



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



Silvana Maria Jacinto

PROCESSOS EDUCATIVOS ENVOLVIDOS NA CONSTRUÇÃO DA ASSOLIMA
ENQUANTO COMUNIDADE POLÍTICA EM POÇOS DE CALDAS - MG

São Carlos – SP

Junho de 2017

Silvana Maria Jacinto

**PROCESSOS EDUCATIVOS ENVOLVIDOS NA CONSTRUÇÃO DA ASSOLIMA
ENQUANTO COMUNIDADE POLÍTICA EM POÇOS DE CALDAS - MG**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Práticas Sociais e Processos Educativos.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Waldenez de Oliveira.

São Carlos – SP

Junho de 2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em Educação

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a defesa de dissertação de mestrado do(a) candidato(a) Silvana Maria Jacinto, realizada em 29/06/2017:

Prof(a). Dr(a). Maria Waldenez de Oliveira
(UFSCar)

Prof(a). Dr(a). Aida Victoria Garcia Montrone
(UFSCar)

pl Prof(a). Dr(a). Débora Monteiro do Amaral
(UFES)

Certifico que a sessão de defesa foi realizada com a participação à distância do membro Débora Monteiro do Amaral e, depois das arguições e deliberações realizadas, o participante à distância está de acordo com o conteúdo do parecer da comissão examinadora redigido no relatório de defesa do(a) aluno(a) Silvana Maria Jacinto.

Prof(a). Dr(a). Maria Waldenez de Oliveira
Presidente da Comissão Examinadora
(UFSCar)

À Manoela Maria da Silva Jacinto: mãe, amiga, companheira e incentivadora deste estudo e que acreditou e acredita na força da educação como condição para tornar-nos um ser humano melhor.

A Osvaldo de Faria Jacinto, em memória, que sempre motivou os filhos a lerem e observar nas estrelinhas, os acontecimentos no mundo.

AGRADECIMENTOS

À Comunidade Souza Lima e à ASSOLIMA que me oportunizaram uma convivência repleta de inspirações, de diálogos, de ensino-aprendizagens, de saberes e sabores.

Aos meus irmãos, sobrinhos e cunhadas que juntos, celebrávamos a cada vitória.

À minha orientadora, Professora Dra. Maria Waldenez de Oliveira, que tornou possível a realização deste trabalho.

Às Professoras, Dra. Aida Victoria Garcia Montrone e Dra. Débora Monteiro do Amaral que, com suas arguições, abriram horizontes que enriqueceram esta pesquisa.

À Professora, Maria José de Souza (Tita), que me inspirou e acreditou na minha trajetória estudantil.

À Ana Luiza Salgado Cunha, amiga e companheira, que não mediu esforços em me acompanhar nas minhas novas aprendizagens.

À Ana Carolina Abreu Pinto Marques e sua equipe de trabalho, que me incentivaram a aproveitar a oportunidade de ampliar os meus estudos.

À Carla F.F. Félix que não mediu esforços em colaborar com os meus conhecimentos frente à estruturação deste trabalho.

À Teresinha Pedroza Migoti e todo Grupo de Reflexão Nha Chica que possibilitaram-me analisar a Comunidade Souza Lima com olhares voltados para a integralidade do ser humano.

Ao Professor e escritor Hugo Pontes que carinhosamente contribuiu literariamente com este texto.

Aos meus amigos, que sempre acreditaram e motivaram a continuar a lutar para a realização de meus sonhos.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para esta construção.

“ Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre. ”

Paulo Freire

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo compreender os processos educativos que contribuem para a formação da Associação Comunitária da Região do Souza Lima (ASSOLIMA) enquanto comunidade política por meio da convivência. A problemática do presente estudo toma como referencial teórico a Educação Popular e a Filosofia da Educação de Enrique Dussel, da qual tomamos o conceito de comunidade política. A metodologia apresenta a ASSOLIMA desde a sua criação, características, práticas, conquistas e tece reflexões no sentido dusseliano do termo. Descreve, também, os processos educativos que emergem da convivência entre os integrantes da ASSOLIMA que contribuíram para a formação de uma comunidade política. Foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa e foram utilizados quatro instrumentos de pesquisa: observação participante, diários de campo, entrevista semiestruturada coletiva e a memória oral. Nos relacionamentos intersubjetivos ocorridos entre os membros desta Associação observou-se que a prática da convivência fez com que os agricultores efetivassem um projeto político que se foi construindo. Podemos considerar que a ASSOLIMA surgiu de acordo com os conceitos dusselianos de instituição e comunidade política, pois nasceu como resposta às reivindicações de uma região que buscava uma organização no sentido de agregar vontades políticas, resultando na formação de uma comunidade política que têm uma liderança com “poder obediencial”, as reuniões são agregadas e disciplinadas, as decisões são coletivas, possuem objetivos comuns como o de sobreviver da agricultura, há o compromisso de cumprir e de prestar contas à comunidade. Espera-se que esta pesquisa possa contribuir para a Linha de Pesquisa em Educação no sentido de refletir sobre a construção de processos educativos que visam o desenvolvimento da prática social da convivência utilizando-se dos encontros de consciências em uma comunidade rural. Também se espera que possa colaborar com movimentos sociais, fóruns, instituições como Associações e Cooperativas rurais ou urbanas que pretendam se utilizar de processos educativos que privilegiem a convivência na resolução de soluções de diversas situações, constituindo-se como comunidade política.

Palavras-chaves: Processos Educativos, Convivência, Comunidade Política, Comunidade Rural.

ABSTRACT

This study has the objective of understanding the educational processes that contribute to the formation of the Community Association Souza Lima (ASSOLIMA) while a political community in social coexistence terms. The issues of the present study take as a theory reference the Popular Education and Educational Philosophy of Enrique Dussel, whose concept of political community is being used. The methodology presents ASSOLIMA foundation, characteristics, practices, and covers reflections on Dusselian terms. It also describes the educational processes that emerge from the coexistence of the group members which helped to the formation of the political community. It was used a qualitative approach and four research instruments: participant observation, field diary, semi-structured interviews, and oral memory. It was observed that the beginning of the Association happened when residents got together seeking for political ways to solve problems in common and that the innovative nature of this space was the record in public political programs regarding family agriculture. In the inter-subjective relationships among the Association members, it was noted that the practice of working together made the farmers establish a political project. We should consider that ASSOLIMA started in accordance to Dussel concepts of institution and political community, as it started as a response to the demands of an area that searched for ways to organize a political will, resulting in a political community that has leadership as an obeying power, collective meetings and decisions, with common goals from living from agriculture to the commitment of reporting data and figures to the community. It is hoped that this research is able to contribute to educational studies regarding reflections about educational processes to develop coexistence social practices in rural communities. This study is also expected to cooperate with social movements, forums, institutions like Associations and rural or urban Cooperatives which intend to use educational processes that privilege social coexistence to solve problems in various situations, as a political community.

Key-words: Educational Processes, Coexistence, Political Community, Rural Community.

Lista de Ilustrações

Figura 1 – Localização da cidade de Poços de Caldas – MG	76
Figura 2 – Escola Municipal Professora Carmélia de Casto.....	77
Figura 3 – Reunião da ASSOLIMA.....	77
Figura 4 – Primeira Festa do Milho	78

Lista de Quadros

Quadro 1 - Consulta de referências bibliográficas no portal da SCiELO.....	28
Quadro 2 - Consulta de referências bibliográficas no portal da CAPES.....	30
Quadro 3 - Consulta de referências bibliográficas no portal da BDTD.....	31
Quadro 4 - Levantamentos sobre as características da ASSOLIMA.....	73
Quadro 5 - Levantamentos sobre a história da criação da ASSOLIMA.....	73
Quadro 6 - Levantamento sobre a comunidade política	73

Lista de Abreviaturas e Siglas

ASSOLIMA	Associação Comunitária da Região do Souza Lima
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEAGESP	Companhia de Armazéns Gerais do Estado de São Paulo
CEASA	Centrais Estaduais de Abastecimento
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEIs	Centros de Educação Infantil
COMPIRÉ	Conselho Municipal para a Promoção da Igualdade Racial e Étnica
CREDHEP	Centro Regional dos Direitos Humanos e Educação Popular
DAP	Declaração de Aptidão
DME	Departamento Municipal de Eletricidade
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LUA	Lutamos, Unimos e Amamos.
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PUC	Pontifícia Universidade Católica
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PROMAE	Programa Municipal de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar
PROVAP	Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
SciELO	Scientific Electronic Library Online
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
Trajetória.....	13
Prosa existencial	13
INTRODUÇÃO	21
1.1 - Contexto da pesquisa	21
1.2 - Caracterização da Região do Souza Lima	22
1.3 - Formação da ASSOLIMA	23
2 – Revisão da literatura	26
CAPÍTULO I - REFERENCIAL TEÓRICO	34
1.1 - Processos educativos em práticas sociais	34
1.2 - Processos Educativos na Convivência.....	39
1.3 - Comunidade política e Instituição	44
1.4 - Instituição política	46
1.5 - Agricultura Familiar	48
CAPÍTULO II - REFERENCIAL METODOLÓGICO.....	65
1.1 - Procedimentos metodológicos.....	67
1.2 – Local de desenvolvimento da pesquisa	76
1.3 - Participantes da pesquisa	80
1.4 – Análise de dados	81
CAPÍTULO III - OS PROCESSOS EDUCATIVOS DESVELADOS	83
1.1 - Formação da ASSOLIMA como uma instituição e suas perspectivas históricas	83
1.2 - Fatores que colaboraram para a prática social da convivência	86
1.3 - Formação de uma comunidade política	93
CAPÍTULO IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
1.1 - Contribuições da metodologia empregada.....	105
1.2 - Contribuições da pesquisa aos participantes e à ASSOLIMA	106
1.3 - Contribuições pessoais.....	106
1.4 - Contribuições para a Área de Educação	107
1.5 - Limitações	107
REFERÊNCIAS	109
ANEXOS.....	116

APRESENTAÇÃO

Trajetória

Início o presente estudo procurando mostrar parte de minha trajetória pessoal e profissional com as inquietações que fizeram parte do processo que direcionaram e direcionam minha visão de mundo.

A pesquisa não é algo isolado, o pesquisador influencia o sujeito da pesquisa e o sujeito da pesquisa, por sua vez, é capaz de um comportamento voluntário e consciente o qual direciona para a construção de saberes. Assim, nem o pesquisador, nem os sujeitos da pesquisa são neutros em suas ações. Dentro deste ponto de vista, apresento um pouco do que sou e como cheguei a ser quem sou.

Prosa existencial

Nasci em Poços de Caldas, cidade localizada no Sul de Minas Gerais, portanto sou urbana, tendo estudado em escolas públicas até o final do Ensino Fundamental II. Cursei o Ensino Médio em escola particular, após ter conseguido uma bolsa de estudos.

Minha identidade social se constituiu na convivência entre os meus pais: Osvaldo e Manoela e os meus avós paternos: Agenor e Ambrosina. Estes últimos, através da sabedoria dos mais velhos, conseguiam reunir doze netos no alpendre e contar histórias, principalmente de assombrações e nos ensinar a cantar músicas infantis e tradicionais de raízes caipiras.

A convivência familiar revelou a identidade racial a qual pertencia. Meus avós e meus pais sempre dialogavam sobre sermos negros e que para melhorar a nossa condição de vida era preciso que nos dedicássemos aos estudos. Meu avô era funcionário público, trabalhava no setor de serviços gerais, pela Prefeitura Municipal do Mercado Central. Minha avó trabalhava em uma fábrica de doces e minha mãe era empregada doméstica, depois tornou-se funcionária pública do Estado de Minas Gerais como servidora geral em uma escola estadual. Meu pai era pedreiro e trabalhador autônomo. Esta educação familiar permitiu desenvolver o processo de construção de minha identidade racial e da conscientização da classe social a qual pertencíamos. Compartilhando com Silva, (1987 p.64):

Educação é o ato de construir o nosso modo próprio de ser, juntamente com quem convivemos, ao assumirmos com eles os destinos de nosso grupo, nossa classe social, nossa comunidade. É vivência que permite tomar consciência do mundo, das coisas, das pessoas, das relações que entre eles se estabelecem, e assim tomar consciência de si próprio. (SILVA, 1987, p. 64).

Esta consciência foi e está sendo construída, pois as aprendizagens humanas consideradas como permanentes permitiram, também, que me identificasse como brasileira, negra e latino-americana. Segundo Andrews (2014, p. 39):

Os africanos não escolheram vir para o Novo Mundo. Outros tomaram estas decisões por eles, primeiro os governantes e comerciantes africanos que os escravizaram, compravam e vendiam, depois os europeus e americanos, comerciantes e proprietários de navios que os transportavam para o Novo Mundo e, finalmente, os senhores de escravos que os compravam. (ANDREWS, 2014, p. 39).

Isto posto, pelas relações de trabalho estabelecidas, a família ocupou e ocupa os espaços construídos e dominados pela classe econômica e de poder que oprime e explora os seguimentos da mão de obra desqualificada, não lhes permitindo, através do trabalho assalariado, a possibilidade de almejar e muito menos ocupar um espaço social melhor, condição desejada, e para eles somente possível através da escolaridade.

Identidade esta construída na história política social, econômica e cultural, na luta pela humanização através da conscientização, reflexão e ação, no desenvolvimento das *práxis* para a superação e transformação da realidade, buscando a humanização do ser humano, tanto do opressor quanto do oprimido. Neste sentido Fiori (2014, p.23) reflete sobre a importância do diálogo intersubjetivo o qual, através dele, podemos unir consciências a favor da humanização do ser humano. Assim o autor coloca que:

A intersubjetividade, em que as consciências se enfrentam, dialetizam-se, é a tessitura última do processo histórico de humanização. Está nas origens da “hominização” e anuncia as exigências últimas da humanização. Reencontrar-se como sujeito, e liberar-se, é todo o sentido do compromisso histórico. (FIORI, 2014, p. 23).

Sem a intersubjetividade entre os sujeitos a convivência, o diálogo, a partilha de conhecimentos, as lutas coletivas por melhores condições de vida são deixadas de lado, o que possibilita a emergência do processo de desconstrução da humanização.

Nos bancos escolares sofríamos coação (psicológica) por sermos negros. Muitas vezes o preconceito partia da própria professora. Durante os estudos da 2ª série (3º ano) do Ensino Fundamental I em que eu e minha irmã estudávamos na mesma sala, a professora posicionou

claramente seu preconceito em relação às crianças negras. Eu e minha irmã Sílvia sofríamos discriminação e racismo. Durante a confirmação da presença, ela não nos chamava pelo nosso nome e sim por “duas cabeças”. Usávamos tranças africanas, por aí percebe-se o quanto sofríamos em sala de aula, no recreio e na saída da escola. Muitas vezes, durante a saída das aulas, alguns alunos da sala em que estudávamos, gritavam para todos ouvirem: “duas cabeças, duas cabeças” e riam muito. Alguns colegas nos defendiam.

Lembro-me que abaixávamos a cabeça e saíamos correndo. Foi uma aprendizagem difícil para duas crianças. Naquele momento, aprendemos que a luta pela igualdade de oportunidades sociais seria um pouco mais trabalhosa. Assim, dedicávamos ainda mais aos estudos, visto que nossa convivência familiar sempre nos alertava sobre a possibilidade de sofrermos discriminação e racismo. Agindo desta maneira, a professora dificultava uma convivência partilhada entre os alunos e a própria professora. Neste sentido, Freire (1996, p. 40) nos pontua que: “A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero, ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia”.

Já na 3ª série (4º ano), a professora buscava valorizar o conhecimento que tínhamos, incluindo todos no processo educativo. Esta, por conviver e valorizar seus alunos, também marcou a minha história. Segui com os estudos até o término do Ensino Fundamental II. Para continuar os estudos, minha mãe buscou ajuda junto à Secretaria Municipal de Educação para conseguir uma bolsa de estudo para cursar o Ensino Médio.

O Ensino Médio foi o profissionalizante. Fiz o Magistério, sendo o 1º ano Básico e os 2º e 3º anos com disciplinas voltadas exclusivamente para a formação Normal. Este período (Magistério) foi um choque de culturas. A convivência com alunos da classe média me intimidou, eu era uma adolescente completamente calada, se não fossem alguns outros alunos provindos de escolas públicas, que também estudavam na mesma sala e na mesma escola, eu não teria desenvolvido os meus estudos ou me socializado. Nos identificamos imediatamente e com isso comecei a ampliar meu espaço social na escola. Compartilho com Brandão (1986, p.41) quando penso nesse momento da minha trajetória:

Projetos coletivos de vida e destino das pessoas e de um povo, a simbologia dos inúmeros valores religiosos e profanos da cultura, os mecanismos familiares e grupais de socialização da criança e do adolescente transferem do todo para cada *ser do grupo*, desde o comecinho de sua vida *no grupo*, uma identidade grupal. (BRANDÃO, 1986, p. 41).

Terminei o Magistério, passei no concurso para Professor I da Prefeitura Municipal e comecei a trabalhar na Educação Infantil. Graduei-me em Pedagogia pela Autarquia

Municipal de Ensino de Poços de Caldas, ainda com o acompanhamento da bolsa de estudos (1988). Depois estudei Orientação Educacional (1989) pela Fundação Educacional “Otávio Bastos”, em São João da Boa Vista (SP), Supervisão Educacional (1990) e Estudos Sociais com habilitação em História (1994) pela Fundação Educacional “José Augusto Vieira” em Machado (MG). Ainda na Graduação em Estudos Sociais, durante as aulas de História da América Latina, ministrada na época pela professora, Dra. Maria José de Oliveira, fazíamos comparações entre a luta pela vida dos povos latino-americanos com a situação política entre os anos de 1991 a 1994. Os diálogos ajudaram na minha formação enquanto cidadã e fortaleceu-me no sentido de caminhar junto àquelas pessoas que são deixadas politicamente à margem da sociedade.

Paralelamente aos estudos, me dediquei à participação de movimentos sociais e religiosos. Na graduação em Pedagogia, uma amiga, Teresinha Pedrosa Migoti, convidou-me a participar do grupo de jovens Lutamos, Unimos e Amamos (LUA) da Paróquia Nossa Senhora Aparecida. Grupo este, com o qual nos reuníamos aos domingos à tarde, para discutir citações da Bíblia e adaptá-las à nossa realidade, como em Carta de São Paulo aos Romanos. Refletíamos sobre a consciência política, social, cultural, religiosa e econômica. Fazíamos visitas nas periferias da cidade, onde além de levarmos alimentos e roupas, conversamos sobre a realidade que vivíamos, entre as quais, oportunidades de estudos e de emprego,

Dialogávamos com os moradores a cada quinze dias nas manhãs de domingo. À tarde íamos à missa e escolhíamos músicas que retratassem a importância da conscientização política e social que enfrentávamos na época da Ditadura Militar. O diálogo era importante, procurávamos resolver o conflito inspirados na dialética que observamos nas leituras de textos de Paulo Freire e Leonardo Boff. Neste sentido, (Oliveira et al. 2014) nos pontuam que:

o diálogo é o encontro de seres humanos que visam a pronunciar e a transformar o mundo percebido. A dialogicidade se funda no amor e na fé no ser humano, exige, confiança, humildade e comunhão, isto é, disponibilidade para estar e aprender com o outro. (OLIVEIRA et al., 2014, p. 128).

Em 1994 comecei a participar da Comunidade Eclesial de Base (CEBs) da Diocese de Guaxupé. Dornelas (2016, p. 3-5) conceitua CEBs:

CEBs não são uma pastoral, mas um “**jeito de ser Igreja**”. Envolve todas as pastorais e movimentos. Lá nós procuramos assegurar os ministérios ou serviços como: catequese, cuidado aos doentes, organização da liturgia; um programa de vida e atividades comunitárias: cultos, formação, festas, sacramentos; uma coordenação que articule as atividades e anime a caminhada de toda comunidade. Uma CEB

nunca está pronta, está sempre em processo de construção, conversão e crescimento. Por isso não deve faltar a formação permanente para as lideranças e o povo em geral. (DORNELAS, 2016, p. 3-5).

No meu entendimento é chamada comunidade porque são grupos de sujeitos que procuram conviver fraternalmente com a partilha de saberes, com a solidariedade e com o servir ao outro. Fundamentado na Teologia da Libertação, os diálogos seguiam num processo educativo voltado para a conscientização e libertação do povo oprimido frente à acumulação de capital. Segundo Boff (2006, p.100): “Se não houver reconstrução das relações para que sejam mais justas igualitárias e includentes, não será possível a convivência pacífica”.

Atuando nas CEBs, percebi que a humildade, a paciência, o diálogo e o ouvir, são valores indispensáveis para a construção de aprendizagens coletivas. A cada dois anos, havia um encontro regional e um anual, quando os participantes tinham a oportunidade de compartilharem aprendizagens e saberes que valorizavam a libertação dos sujeitos. Neste sentido, Freire (2014, p.138) nos revela que: “a libertação dos indivíduos só ganha profunda significação quando se alcança a transformação da sociedade”.

Para coordenar as reflexões temáticas, convidava-se um assessor. Lembro-me bem quando o Professor, Doutor Carlos Rodrigues Brandão, aceitou ser o assessor do encontro setorial das CEBs, realizado em junho de 2006 em Poços de Caldas. Ele compartilhou conosco seus saberes sobre a economia sustentável, o consumo consciente e nos fez refletir sobre a importância do consumo dos produtos orgânicos, da valorização da natureza geradora de todo o tipo de vida. De acordo com Brandão (2005, p. 22) “os grupos sociais comprometidos com a vida, caminham em direção à construção de outro mundo possível”.

Paralelo à minha participação na CEBs fui militante do Movimento Negro CHIBATA (1985-1995)¹, do Centro Regional de Direitos Humanos e Educação Popular (CREDHEP) e do Conselho Municipal para a Promoção da Igualdade Racial e Étnica (COMPIRÉ). Nestes, refletíamos sobre a atuação e participação não somente do negro, mas de todos os marginalizados da sociedade. Dialogávamos sobre a força da educação no desenvolvimento da conscientização da realidade.

Assim, as conversas sobre as Ações Afirmativas voltadas para a igualdade de oportunidades de todos me colocaram diante da realidade de ser negra e estar sujeita à discriminação e ao racismo em qualquer ambiente que eu frequentasse. Então, aprendi que

¹ A palavra CHIBATA não é uma sigla, é um nome que, de acordo com os movimentos sociais, remetia à constante luta pela igualdade de oportunidades da população negra e daqueles que desejavam uma sociedade menos excludente.

lutar para a realização de nossos sonhos, nem sempre é uma tarefa fácil, mas quando se valoriza o processo educativo humanizador e a prática social que favorece a convivência, o diálogo e o respeito entre pessoas independente de classe social, etnia, religião, condição sexual, caminhamos em direção a uma sociedade solidária.

Assim, fiz os concursos para Professor II nas áreas História e Geografia pela Prefeitura Municipal de Poços de Caldas, em 1995. Como professora de História e Geografia procurei conviver, valorizar e respeitar os conhecimentos trazidos pelos alunos. Eu não queria que os meus alunos sofressem ou desenvolvessem processos educativos e práticas sociais que impedissem uma convivência humanizadora, que seria uma educação livre de discriminações e racismos. Procurei envolver os conteúdos com a experiência e a realidade vivida por cada educando. Acordando com Freire (1996, p.33-34) que destaca a importância da valorização dos saberes embutidos na consciência do educando:

Por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante e a convivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida? (FREIRE, 1996, p. 33-34).

Como pertencente de um grupo familiar que se preocupa não somente com a educação escolar, mas, principalmente, com a educação consciente, de que a luta pela igualdade de oportunidades deve se estender a todos os oprimidos e como militante de movimentos sociais que visam o mesmo objetivo, a escolha da Linha de pesquisa Práticas Sociais e Processos Educativos, não foi por acaso. Processos Educativos aqui, entendidos como uma construção coletiva de saberes que transformam os sujeitos envolvidos, através de relações de aprendizagens. De acordo com (Oliveira et al. 2014):

Os processos educativos se formam na convivência, na reciprocidade, nas experiências concretas, em vivências significativas de uns com os outros, independente de gênero, raça/etnia, condição social, escolaridade e cultura. (OLIVEIRA et al., 2014, p. 37)².

Meu interesse em ampliar os estudos acadêmicos surgiu através da convivência com moradores da zona rural da região da comunidade Souza Lima onde atuo como professora de História, na Escola Municipal “Professora Carmélia de Castro”, localizada na Fazenda Catanduva.

² O conceito de processos educativos será desenvolvido de forma mais aprofundada no Referencial Teórico.

Durante uma reunião pedagógica com professores e pais em abril de 2012, surgiu um diálogo sobre a importância de historicizar a trajetória da convivência entre as comunidades próximas à escola.

Em uma segunda reunião pedagógica realizada no Salão de Eventos da Escola Municipal “Professora Carmélia de Castro”, para a entrega de informativos do desenvolvimento pedagógico (Boletim) aos pais dos alunos, o Senhor José, pai de um dos alunos e associado da ASSOLIMA, aproximou-se de mim. Conversamos sobre a Festa do Milho e sobre a Associação. Na oportunidade ele questionou-me sobre a importância de termos registrado a convivência daquele espaço que envolvia as Comunidades Zanetti e Souza Lima.

Após uma reflexão sobre o pedido, iniciei um diálogo com alguns moradores, a saber: Senhor Francisco³, Senhor Leonardo e Senhora Matilda sobre a possibilidade de emprendermos uma pesquisa sobre a comunidade. Depois de outras conversas, amadureci a ideia de aprofundar a pesquisa através da orientação científica, mediada pelo curso de Mestrado.

Antes de entrar no Mestrado, em 2013, realizei um estudo sobre a história local no Curso de Pós-Graduação – Lato Sensu – em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC) – Campus de Poços de Caldas. O trabalho de conclusão intitulou-se: Formação Histórica da Zona Rural de Poços de Caldas: 1872 a 1950. Este trabalho foi construído juntamente com o professor Doutor Sibélius Cefas Pereira, meu orientador.

Depois desse momento, busquei um novo foco para orientar minhas respostas à demanda da comunidade. Enquanto professora e pesquisadora queria encontrar uma universidade que atendesse as expectativas de pesquisar sobre essa comunidade que há tanto tempo faz parte da minha história. Deparei-me com Linha de Pesquisa: Práticas Sociais e Processos Educativos, no Programa de Pós-Graduação na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Quando li os objetivos propostos pela Linha de pesquisa fiquei feliz, pois vinha de encontro à minha trajetória de luta social no envolvimento das histórias dos moradores e do local onde vivem.

A Linha de Pesquisa aponta em sua ementa e objetivos a possibilidade de transformação da sociedade pelo caminho da educação, pelo caminho do amor ao próximo. Sem dúvidas é um desafio, pois é preciso valorizar as experiências passadas em função de um desenvolvimento do presente para uma construção coletiva do futuro. Assim, a função do

³ Todos os nomes citados nesta pesquisa são fictícios.

pesquisador desta Linha é o de ser capaz de estabelecer a simplicidade de comunicação para ouvir, participar, compartilhar e produzir saberes.

A Linha preconiza que devemos conviver com os sujeitos dialogando sobre nossos ideais com sabedoria a refletindo juntos sobre o processo de humanização, enfrentando um sistema que insiste em impor seus ideais mercantilistas e elitistas. A experiência de vida me fez entender que para conviver é preciso respeitar a vivência do outro. Este mesmo valor encontrei na experiência com a ASSOLIMA.

Essas trajetórias não formam um caminho linear, mas são resquícios de experiências que vão marcando uma trajetória de vida que proporcionaram o desenvolvimento deste trabalho.

Nesta pesquisa, a intenção é analisar a convivência na Associação Comunitária Rural da Região do Souza Lima (ASSOLIMA), enquanto uma comunidade política.

Essa convivência perpassa pelo educar-se num processo contínuo que gera experiências ao nos relacionarmos com os outros no cotidiano. Neste sentido, em se tratando dos estudos de uma comunidade rural, Silva (1987, p.15) nos pontua que:

A maneira de uma comunidade e de cada um de seus membros vivenciar, compreender, dar sentido ao mundo (tudo que os rodeia, esteja próximo ou não), se dá no horizonte do dia-a-dia vivido no trabalho e nas relações sociais. As compreensões e sentidos que expressão estão, pois, vinculados ao contexto econômico e político que situa a sociedade, suas intenções, ideais, ideias, formas de organização. (SILVA, 1987, p. 15).

Este percurso histórico de minhas experiências perfizeram um caminho, cujos resultados se fecham neste trabalho. Portanto, nesta pesquisa, destaco a análise dos processos educativos que a comunidade da ASSOLIMA desenvolveu utilizando-se da prática da convivência.

INTRODUÇÃO

1.1 - Contexto da pesquisa

Para caracterizar e compreender a temática relacionada aos estudos da Associação Comunitária da Região do Souza Lima (ASSOLIMA) fiz as leituras necessárias para informação e conhecimento da região em que se situa a comunidade “ Souza Lima”, ou seja, do Município de Poços de Caldas – MG.

A pesquisa foi realizada em Poços de Caldas, portanto falaremos um pouco da formação deste município que se desenvolveu a partir da zona rural, em direção à zona urbana, em função das águas termais. Souza (2015, p.48-50) nos prestigia com um trecho sobre a fundação deste município:

Foi a partir da instalação da guarda dos Campos das Caldas que a região passou a ser área de interesse para adquirir sesmarias. A ocupação da região “dos poços” estava ligada aos interesses da fiscalização exercidos pela Coroa. A família Junqueira, que adquiriu terras na região de Cruzília, cidade do Sul de Minas perto de Baependi, Caxambu, Carrancas, Aiuroca e São Tomé das Letras, foi o tronco inicial da fixação de fazendas nas redondezas do Rio das Antas, afluente do Rio Pardo. A doação de sesmarias na região das Caldas, Campo das Caldas, se deu entre os anos de 1819 a 1821, isso porque o Capitão General Dom Manoel de Portugal e Castro, Governador da Capitania de Minas Gerais passou a atender aos pedidos de sesmarias no território da nova freguesia e veio, então, a conceder ao filho e netos de João Francisco Junqueira, o português, no atual município de Poços de Caldas. (SOUZA, 2015, p. 48-50).

Assim, a presente pesquisa foi realizada na zona rural da cidade de Poços de Caldas – MG, precisamente na Região do Souza Lima localizada na zona leste do município, próximo ao Rio Pardo. A cidade de Poços de Caldas situa-se no Sul de Minas Gerais, próxima à divisa com o Estado de São Paulo. Possui um total de 152.435 mil habitantes (IBGE-2010), destes, cerca de 3.713 mil são moradores da zona rural, os quais representam cerca de 2,44% (IBGE-2010). A base da economia está na indústria hoteleira, no turismo, na prestação de serviços e na mineração. Na zona rural, a economia está direcionada para a monocultura do café a agropecuária em que se destacam, além da policultura, a produção de gado leiteiro e de corte que abastecem as indústrias locais como frigoríficos e laticínios.

Os maiores números de residências rurais são compostos por famílias tradicionais que moram na região há mais de 50 anos e a maioria das famílias são descendentes de imigrantes, principalmente de origem italiana. O território é formado pela pequena e média propriedade que varia entre 20 a 300 hectares.

1.2 - Caracterização da Região do Souza Lima

Para caracterizarmos a Região do Souza Lima, partiremos de um breve relato sobre o povoamento do Sul de Minas e da zona rural de Poços de Caldas.

A região do Sul de Minas situa-se entre as coordenadas 20° e 23° graus de Latitude por 44° e 47° graus de Longitude W. Gr., sendo suas linhas divisórias: ao Norte, o Rio Grande, desde as cabeceiras; ao Sul, os limites estaduais de São Paulo e do Rio de Janeiro.

De acordo com Barbosa (1979, p. 17) praticamente todas as bandeiras paulistas que devassavam os territórios de Goiás, pisaram no Sul de Minas. Neste sentido, o autor nos pontua que: “as principais entradas pelas quais as bandeiras paulistas utilizavam, tinham passagem obrigatória pelo território sul-mineiro” (BARBOSA, 1979, p.17). Sobre o povoamento da região, Barbosa (1979, p. 223), revela que alguns grupos vieram para a região com o objetivo de povoá-la: “O povoamento do Sul de Minas foi efetuado por paulistas, em primeiro lugar, seguidos de fluminenses e portugueses. Os portugueses eram numerosos e exerceram papel de destaque no povoamento do Sul de Minas” (BARBOSA, 1979, p. 223),

De acordo com Megale (2002) a ocupação da região de Poços de Caldas se deu pela descoberta das águas sulfurosas. Como aqui passavam bandeirantes que se banhavam nas minas de águas quentes, a notícia se espalhou principalmente através dos boatos de curas milagrosas. Percebendo a prosperidade do local, através das águas que curavam o fazendeiro Joaquim Bernardes da Costa, que morava na cidade de Conceição do Rio Verde (MG), filho de João Francisco Junqueira, e frequentador dos banhos sulfurosos, aconselhou seus filhos a requisitarem sesmarias naquele local.

De acordo com Souza (2015) as terras distribuídas entre os filhos e netos de João Francisco Junqueira, foram redivididas entre seus herdeiros e depois revendidas em propriedades menores para outros proprietários. Um dos compradores foi o fazendeiro Souza Lima que adquiriu as terras redivididas do Senhor Manoel Rodrigues da Costa, na região da Serra do Selado, às margens do Rio Pardo.

De acordo com o depoimento do Senhor Francisco (2016), a Região da ASSOLIMA, ou seja, do Souza Lima, iniciou-se com a chegada de imigrantes italianos que vieram, fugindo do frio e da miséria, para trabalharem nas lavouras de café, no pós Abolição da Escravatura. Os italianos chegavam em navios. Muitos viajavam escondidos nos porões. Os imigrantes desembarcavam no Porto de Santos e se hospedavam na Casa do Imigrante. Eram

encaminhados para as fazendas onde os haviam contratado. Muitos chegaram de trem até Poços de Caldas.

O Senhor Francisco contou-me que havia um fazendeiro com o nome de Souza Lima que contratou colonos italianos para trabalharem na lavoura de café, entre os quais, estavam seus familiares. Quando as pessoas iam passear ou indicar o local onde trabalhavam, diziam que iam para o “Souza Lima”, ou seja, para a fazenda. Assim, o lugar ficou conhecido como Região do Souza Lima.

Com a morte deste proprietário, seus descendentes iniciaram um processo de êxodo rural em direção à zona urbana, o que oportunizou à algumas famílias de origem italiana a comprarem terras.

Senhor Francisco ressalta que seu avô comprou as terras onde atualmente moram e que levou 25 anos para pagar as dívidas. Segundo o pesquisado, foi o dono da fazenda – Senhor Manoel Rodrigues da Costa – quem ofereceu as terras, pois acreditava que a família pagaria a dívida por serem muito trabalhadores. Isto porque, o fazendeiro não queria que a terra ficasse abandonada, já que seus filhos pretendiam morar na cidade. Neste sentido, Seguso (2007, p.138) enfatiza que: “os colonos preocupavam-se em “obter” terra para cultivar para seu próprio sustento e pasto para os animais, não tendo excessivo interesse em receber contratualmente as remunerações mais elevadas pagas no mercado de trabalho”.

Observei que, com o passar dos anos, as terras cedidas para cultivo e pastoreio aos colonos, geraram lucros maiores do que as baixas remunerações, que permitiu comprar as terras oferecidas pelos fazendeiros ou pelos seus herdeiros.

1.3 - Formação da ASSOLIMA

De acordo com o Senhor Leite, a Associação Comunitária Rural da Região do “Souza Lima” (ASSOLIMA) surgiu quando foi criada, no governo do então prefeito de Poços de Caldas, Senhor Luís Antônio Batista, (1993-1996), a Secretaria Municipal de Assuntos Rurais, sob o secretariado do Senhor Caio Junqueira (1994).

Na época, o Senhor Leite, foi até à Secretaria Municipal de Assuntos Rurais para conversar com o Senhor Caio Junqueira sobre a possibilidade de criar uma associação, na comunidade, como um espaço de discussão e aproximação dos moradores da região, no sentido de proporem soluções dentro das necessidades ligadas aos moradores da zona rural. O Senhor Leite, por ser servidor público (funcionário representante do Ministério da

Agricultura de Poços de Caldas), e possuir acesso às informações burocráticas, não teve dificuldades em ir atrás de modelos de atas⁴ para verificar como se constituía uma Associação.

Segundo o relato da Senhora Zulmira, então secretária, a primeira reunião da Associação aconteceu num bar da comunidade em 2 (dois) de agosto de 1994, com a presença de moradores das comunidades “Zanetti” e “Souza Lima” que aproveitaram para comporem a equipe administrativa, fato compartilhado com o Senhor Leite, quando ressaltou, nesta mesma reunião que teria sido indicado para ser o presidente, mas recusou preferindo se responsabilizar pelo secretariado da Associação, pois assim, teria mais acesso à incumbência de analisar os papéis legais.

Então, a primeira diretoria ficou assim composta:

- Senhor Willian, para presidente;
- Senhor Leite, para secretário;
- Senhor Leandro, para tesoureiro.

Esse processo de desdobramento de saberes, teve como ponto de partida o fato de que os moradores da comunidade rural da Região do “Souza Lima” foram se movimentando no sentido de se aproximarem e conviverem mais, o que permitiu a institucionalização política das necessidades em comum, ao mesmo tempo, perfazendo um caminho histórico/político.

É neste sentido que buscamos na Filosofia da Libertação, de Enrique Dussel, a justificativa da construção da ASSOLIMA. De acordo com Dussel (2007, p.105), o aumento da vida comunitária depende da vontade de vida de cada vítima, no caso, de cada morador da região do Souza Lima. Esta convivência permitiu um desenvolvimento histórico da vida de toda a comunidade.

Para o autor:

A política, sendo a vontade-de-viver, consensual e factível, deve tentar por todos os seus meios (nisso consiste sua normatividade como obrigação analógica à ética) permitir a todos seus membros que vivam, que vivam bem, que aumentem a qualidade de suas vidas. (DUSSEL, 2007, p. 105).

Dussel (2007) destaca o cuidado que a comunidade deve ter em observar o poder confinado aos líderes comunitários, pois se o grupo se institucionalizar enquanto poder dominador, o espaço social comunitário perde a sua finalidade, transformando-se em poder corrompido, deixando de ser uma comunidade.

⁴ A ata de formação da ASSOLIMA se encontra nos anexos.

Para Dussel (2007, p.16) o poder político em uma instituição é importante porque:

Por que todo exercício do poder de toda instituição (do presidente até o policial) ou de toda função política (quando, por exemplo, o cidadão se reúne em conselho aberto ou elege um representante) tem como primeira referência e última o poder da comunidade política (ou do povo, em sentido estrito). (DUSSEL, 2007, p. 16).

Dussel (2007) classifica este momento de *potestas*, que é, segundo a sua visão, aquele momento em que ocorre a institucionalização do poder. Podemos chamar de um momento de passagem, que é fundamental, no sentido de dialogar coletivamente com a institucionalização do poder da comunidade (*potentia*) sem transformá-lo em poder governamental. Assim, o autor nos faz refletir sobre o “processo de passagem de um momento fundamental (*potentia*) e a sua constituição como poder organizado (*potestas*) começa quando a comunidade política se afirmar a si mesma como poder instituinte. Decide dar-se uma organização heterogênea de suas funções para alcançar fins diferenciados”. (DUSSEL, 2007, p. 32).

De acordo com Dussel (2007) quando o processo de normatização política atua de maneira democrática permite efetuar e legitimar as ações de uma comunidade. Ações estas que perfizeram uma trajetória que atraiu novos produtores do entorno da comunidade “Souza Lima”.

Alguns participantes da Associação; como o Senhor Francisco, Senhora Zulmira, e Senhor Leite, disseram que após a primeira reunião, a ideia foi divulgando na comunidade local e outras próximas. As reuniões passaram e continuam a acontecer toda a segunda quarta-feira de cada mês no salão de Eventos da Escola Municipal “Professora Carmélia de Castro”, localizada na Fazenda Catanduva, próxima à comunidade “Souza Lima”, assim a ASSOLIMA abrangia as seguintes localidades: “Barra da Bandeira”, “Comunidade Zanetti”, “Serra dos Leite”, “Serra da Ditinha”, “Serra do Selado” e “Comunidade Souza Lima”. Para cada uma dessas comunidades havia um representante no Conselho da Associação.

Os interesses em institucionalizar os ideais comunitários partiram de um grupo de moradores que perceberam que as ações coletivas podiam trazer benefícios sociais, políticos, econômicos e culturais para todos. No caso da ASSOLIMA, os associados tiveram que assumir responsabilidades quanto à sua participação e colaboração no desenvolvimento do grupo.

2 – Revisão da literatura

Um primeiro levantamento bibliográfico realizado foi a busca por estudos referentes a Poços de Caldas. Encontrei os seguintes autores: Mourão (1951), em seu livro sobre o contexto local assinalou que o município surgiu primeiramente enquanto zona rural e posteriormente ocorreu o desenvolvimento urbano; Ottoni (1960) priorizou a formação do município via Estado de São Paulo; Megale (2002), pontuou a diversidade cultural urbana de Poços de Caldas; Seguso (2007), destacou a presença das famílias italianas na zona rural e na zona urbana, enfatizando o desenvolvimento urbano via famílias italianas que optaram em morar na cidade. Marras (2004) estudou a história da cidade através das águas termais, destacando a exploração das terras via sesmarias. Marrichi (2009) evidenciou a origem das estâncias hidrominerais e a construção da primeira estância na América Latina: Poços de Caldas. Resultou deste levantamento, a constatação de não haver informações bibliográficas sobre a zona rural de Poços de Caldas, exceto meu trabalho decorrente da conclusão do Curso de Pós-Graduação já mencionado anteriormente.

Em seguida, procurei estudos sobre a zona rural em outras localidades. Destaco Silva (1987) que dialoga sobre os processos educativos e as práticas sociais que envolveram a Comunidade Rural do Limoeiro: o desenvolvimento do processo da Educação no Município de Palmares (RS); Candido (2001) relata sobre o caipira paulista e a transformação da maneira tradicional do viver na zona rural entre as décadas de 1940 e 1950, no interior do Estado de São Paulo, em decorrência das mudanças políticas e sociais da época. Numa coletânea de Diários de Campo, Brandão (2009) reflete sobre como as pessoas, as famílias e as comunidades rurais vivem, pensam e sentem em seus espaços, em suas trajetórias de vida e de trabalho, quando passou por algumas áreas rurais dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Goiás. Morissawa (2001) revela uma trajetória da luta pela terra até o aparecimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Martins et al. (2014), refletem sobre as formas de sociabilidade em espaços do mundo rural face à moderna noção de urbanidade, contemporaneidade e globalização. Teixeira (2012) faz uma reflexão sobre a importância da saúde da mulher no campo bem como das práticas populares de cura com plantas medicinais na Associação de Mulheres Assentadas do Assentamento Monte Alegre VI.

Terminada a leitura destas obras, foram selecionados trabalhos publicados on-line, com a intenção de se verificar produções relacionadas à temática da pesquisa. Foram

selecionadas publicações no período entre 2005 a 2010, que constam da bibliografia demarcada.

A busca bibliográfica foi realizada utilizando o sistema informatizado de busca Scientific Electronic Library Online (SCiELO), na página da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no banco de Dissertações e Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Utilizou-se os seguintes descritores para uma busca mais precisa: “Associação Rural”, “Comunidade”, “Convivência”, “Convivência comunitária”, “Instituição” e “Agricultura Familiar.”

Os descritores foram colocados separadamente com a intenção de encontrar artigos referentes à palavra ou expressão. Através dos títulos que apareciam, daqueles que mais se aproximavam do tema da pesquisa, lia-se o resumo. Se o resumo não estivesse de acordo com o que estava se procurando eram descartados ou se estavam de acordo, eram separados para a leitura do texto completo. Foram usados os mesmos descritores para todos estes *sites* de busca de teses e dissertações. Após a leitura dos textos completos, estes foram fichados.

Foram encontradas 234 publicações na página da SCiELO. Após a leitura de todos os títulos levantados foram selecionadas 15 produções que mais se aproximavam da temática da pesquisa. Destes trabalhos, 09 artigos se enquadravam na proposta da revisão sendo 07 artigos e 01 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e 01 Monografia, que foram selecionados para serem lidos na íntegra.

No portal da CAPES foram encontradas 36 produções. Destas foram selecionadas 17 que foram lidos os resumos, sendo selecionadas 04 para serem lidos na íntegra. No portal da BDTD foram encontradas 16 publicações para serem lidos os resumos, dos quais foram selecionadas 03 para a leitura na íntegra. Segue abaixo os quadros descritivos dos textos pesquisados.

Quadro 1: Portal SCiELO

QUADRO 1 - Artigos selecionados conforme os filtros e palavras-chaves de pesquisa. Filtro SCiELO				
Palavras-chaves: Associação Comunidade, Convivência, Comunitária, Instituição Agricultura Familiar.	Filtro da Interface de Pesquisa			Total
	1	2	3	
	Artigos encontrados	Resumos	Textos na íntegra	
Referências Encontradas	15	15	9	9
	Artigos especificamente relacionados ao tema			
Autores	Títulos		Tipo/Ano	
1 - Sousa. A. N. et al.	A comunicação na articulação agroindustrial entre uma cooperativa central, suas cooperativas singulares e cooperados.		Artigo - Pev. Econ. Social. Rural vol. 52 n° Jul/Set. 2014.	
2 - Silva, C.M.V. e Valente, A.L.E.F	Agricultura familiar, gênero e dinâmicas sociais: um estudo sobre a construção territorial do assentamento Novo Lagoa Rica.		Artigo - Ver. Econ. Social. Rural Social. Rural vol. 51 n° 2 - jun. 2013.	
3 - PIMENTEL, A.	Brincadeiras de rua convivência urbana e ecologia de saberes.		Artigo. Ver. Bras. Educ. vol. 20 n° 62 Jul/ Set. 2015.	
4 - FAVERO, A.C	Políticas Públicas e reestruturação de redes de sociabilidades na agricultura familiar.		Artigo: Cad. CRH Vol, 24 n°63 Salvador set./dez. 2011.	
5 - MARCHI, R. C	Trabalho infantil: representações sociais de suas instituições em Blumenau/SC.		Artigo: Educ. Rer., mar 2013, n° 47 p. 249 - 265.	
6 - CEPIK, M.A.C e AMBROS, E.E.	Explicando falhas de inteligência governamental: fatores histórico - institucionais cognitivos e políticos.		Artigo: Varia Hist. [online]. 2012. vol. 28 n° 47, pg. 79 -99	
7 - BASTIAN, H. L.	Motivações e implicações para a sucessão dos jovens da Comunidade rural Dona Josefa, município de Vera Cruz/ RS.		TCC. Repositório Digital-UFRGS Cachoeira do sul 19 de julho de 2013.	

8 - UBERO, R. C	Migraciones y convivencia em tiempos de crisis, apuntes sobre interculturalidad.	Monografia. Revista STUDIA AFRICANA, Revista inter-universitária d'estudis africans - Tema migracions [online] nº22 (2013) pg 25 - 36 (Barcelona Espanha)
9 - SPANEVELLD, R.M, DREBES, L.M, E LAGO, A.	A influência das ações Cooperativista sobre a Reprodução Social da Agricultura Familiar e seus reflexos sobre o desenvolvimento rural.	Artigo. IPEAS 47. Code 2011, Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos. Brasília - DF

Quadro 2: Portal CAPES

QUADRO 2 - Artigos selecionados conforme os filtros e palavras-chaves de pesquisa. Filtro CAPES				
Palavras-chaves: Associação Comunidade, Convivência, Comunitária, Instituição Agricultura Familiar.	Filtro da Interface de Pesquisa			Total
	1	2	3	
	Artigos encontrados	Resumos	Textos na íntegra	
Referências Encontradas	17	17	4	4
	Artigos especificamente relacionados ao tema			
Autores	Títulos		Tipo/Ano	
GONÇALVES, M. M. C. F.	Estudo de casos de agroindústrias da Agricultura Familiar em Pernambuco		Dissertação - UFRP – PE. 2014.	
PETARLY, R.R	Assistência Técnica e extensão para quê? O caso da Cooperativa Agropecuária de Latrocínio - MG.		Dissertação - UFRP – PE. 2014.	
SANTOS, I. L	Modo de vida ou Meio de vida? Dimensões - educacionais e psicossociais sobreviver no mundo rural na perspectiva de pequenos agricultores da região metropolitana de Curitiba/Pr.		Tese. UF Paraná 2014.	
JUNQUEIRA, S. R.A E ROCHA, T. S. J.	A complexa Convivência e os processos educativos libertadores.		Artigo. Revista Horizonte. 2013, v. 11 nº29 pg. 254 - 278.	

Quadro 3: Portal BDTD

QUADRO 3 - Artigos selecionados conforme os filtros e palavras-chaves de pesquisa. Filtro BDTD.				
Palavras-chaves: Associação Comunidade, Convivência, Comunitária, Instituição Agricultura Familiar.	Filtro da Interface de Pesquisa			Total
	1	2	3	
	Artigos encontrados	Resumos	Textos na íntegra	
Referências Encontradas	16	16	3	3
	Artigos especificamente relacionados ao tema			
Autores	Títulos			Tipo/Ano
Nascimento, R.C.S	Estratégia e contexto social de uma Associação de pequenos produtores da Manga no Vale do São Francisco.			Dissertação - UFRP Universidade Federal Rural de Pernambuco 2010.
ALMEIDA, M. R.O	Roda de conversa na Educação não formal: conflitos e diálogos em busca do encontro para a convivência e o respeito às diferenças.			Dissertação - Unicamp 2011
MARCONDES, T.	Desenvolvimento rural e protagonismo social: o caso do Projeto Micro bacias 2 de Santa Catarina.			Dissertação - UFSC 2011.

As leituras que perfizeram um total de 16 foram classificadas e agrupadas de acordo com os descritores afins. No primeiro grupo, os trabalhos enfatizavam o desenvolvimento relacionado às políticas públicas voltadas para a zona rural, a saber, a implementação do Programa da Agricultura Familiar como sendo uma das maneiras que podiam garantir a permanência das características tradicionais do rural brasileiro⁵.

No segundo grupo temático, os trabalhos refletiram sobre a importância da constituição de comunidades rurais, via institucionalização das Associações Rurais ou de Cooperativas, para a garantia de uma economia sustentável e que era necessária uma regulamentação de funcionamento como o Estatuto no sentido de ajudar no cumprimento das responsabilidades adquiridas com a comercialização dos produtos agrícolas. Aqui percebeu-se que os estudos voltados para a zona rural enfatizaram os cumprimentos dos direitos e deveres relacionados ao cumprimento das normas legais direcionadas para a zona rural.

No terceiro grupo, houve reflexões sobre as relações sociais de convivência entre os associados da zona rural e as transformações sociais que acontecem no mundo moderno, as quais refletem no modo de vida dos moradores tradicionais da zona rural. De acordo com as leituras, na convivência entre os moradores da zona rural, destacou-se a mudança do perfil de moradores e de espaço físico. Exemplificando, pessoas que nunca viveram na área rural estão comprando terras, construindo e morando sem a preocupação de trabalhar a terra.

Após as leituras e reflexões da revisão da literatura percebeu-se que está ocorrendo um interesse em se pesquisar a zona rural sob um olhar resguardado pelas políticas públicas, o agronegócio e a compra de terras para moradia. Em sentido contrário, porém, certifica-se que há uma lacuna de estudos direcionados para o desenvolvimento dos processos educativos, e da prática social da convivência entre os seus integrantes.

Diante dessa busca bibliográfica foi-se delimitando o objeto **de pesquisa**, os processos educativos que constituem a ASSOLIMA como comunidade política, focando-se **os processos educativos e a convivência entre os seus participantes**. A partir desse objeto, elaborou-se a seguinte **questão de pesquisa**: *Os processos educativos que emergem da convivência entre os integrantes da ASSOLIMA contribuem para a formação de uma comunidade política?*

Assim, o **objetivo geral** desta pesquisa é: compreender os processos educativos que contribuem para a formação da ASSOLIMA como comunidade política por meio da convivência.

⁵ Sobre tais características, retornaremos no Referencial Teórico bem como a problematização do Programa da Agricultura Familiar.

Especificamente, buscaremos conhecer a região da comunidade “Souza Lima”, situar e conhecer como foi criada a ASSOLIMA, em suas características, em seus objetivos, práticas, conquistas e refletir sobre ela enquanto comunidade política e os resultados alcançados.

Para analisarmos os processos educativos e a prática da convivência, três temas principais foram elencados a fim de compreender a formação dessa comunidade, ou seja, três aspectos foram evidenciados no sentido de buscar respostas que possam indicar uma comunidade política por meio da convivência, sendo eles: 1. Formação da ASSOLIMA como uma instituição e suas perspectivas históricas; 2. Fatores que colaboraram para a prática social da convivência entre seus membros e suas ações sociais; 3. Formação de uma comunidade política.

Para que o leitor compreenda como foi construído o texto, o processo da pesquisa, a busca pelos dados, o contato com os sujeitos envolvidos e a opção pelo referencial teórico, os caminhos da pesquisa texto foi estruturado da seguinte forma:

O **primeiro capítulo** aborda o referencial teórico utilizado para guiar as reflexões e análises realizadas nesse estudo. Os eixos temáticos são: processos educativos, a prática social da convivência, institucionalização da ASSOLIMA, comunidade política e problematização da agricultura familiar.

O **segundo capítulo** evidencia o processo metodológico da pesquisa, ou seja, o caminho percorrido para dialogar com os processos educativos e as práticas sociais na ASSOLIMA. Esclarece sobre a opção da abordagem adotada, bem como as técnicas utilizadas.

O **terceiro capítulo** esta pautado nas análises de dados, referentes à prática social da convivência e da comunidade política. Neste, procurei elencar os aspectos que possibilitaram a formação da Comunidade Souza Lima.

O **quarto capítulo** traz as considerações finais, onde procuro responder se os processos educativos que emergem dos integrantes da ASSOLIMA, favoreceram a formação de uma comunidade política e aponto também as contribuições desta pesquisa.

CAPÍTULO I - REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, apresentarei os fundamentos teóricos que apoiaram a pesquisa e sistematizaram a compreensão de processos educativos decorrentes das ações da ASSOLIMA enquanto uma instituição na comunidade política por meio de seus participantes.

1.1 - Processos educativos em práticas sociais

Os processos educativos nos levam a compreender as práticas de educação em seu sentido mais amplo, pois o ser humano expressa a importância de transformar o mundo por meio de seu trabalho, de sua criatividade. Sobre a educação, enquanto um processo educativo que visa o desenvolvimento do ser humano, Freire (2011) revela ao pesquisador que “a educação, qualquer que seja o nível em que se dê, se fará tão mais verdadeira quando mais estimula o desenvolvimento desta necessidade radical dos seres humanos, e de sua expressividade”. (FREIRE, 2011, p.33).

As práticas sociais e os processos educativos devem estar envolvidos com a vida e com os estudos, sendo assim, Silva (2014) evidencia que, para desenvolver os processos educativos é preciso a construção de saberes com paciência, dedicação, perseverança. É o ato de aprender a se relacionar. Nesse sentido Silva (2014) destaca, ainda, a importância de sermos solidários, de aprendermos ao mesmo tempo que ensinamos à medida que: “Aprendemos a deixar de ser o centro do mundo para ser uma partezinha dele, a deixar de interpretar a história apenas na perspectiva do grupo dominante [...]”. (SILVA, 2014, p. 25).

Desse modo, a compreensão dos processos educativos e das práticas sociais precisam estar situados, analisados e refletidos na nossa realidade como brasileiros, como latino-americanos, como cidadãos do mundo. As práticas sociais decorrem da interação entre os indivíduos, os ambientes naturais, sociais, culturais em que vivemos. Essas práticas podem enraizar, podem desenraizar e/ou podem criar novas raízes.

O processo de enraizamento, de acordo com Weil (1979) ocorre quando uma pessoa em seu *habitat* natural comum tem fixadas suas tradições, suas crenças, seus hábitos e costumes. De acordo com a autora, o desenvolvimento humano, perpassa por uma totalidade de processos que revelam naturalmente o comportamento, o culto religioso, a sabedoria. Nesse sentido, Weil (1979, p.347) conceitua enraizamento:

O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana. É uma das mais difíceis de definir. O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. Participação natural, isto é, que vem automaticamente do lugar, do nascimento, da profissão, do ambiente. Cada ser humano precisa ter múltiplas raízes. Precisa receber quase que a totalidade de sua vida moral, intelectual, espiritual, por intermédio dos meios de que faz parte naturalmente. (WEIL, 1979, p. 347).

De acordo com Mahasen (2009), o ser humano naturalmente se projeta entre o espaço o qual está inserido produzindo uma identificação. Este espaço reflete o modo de vida desses habitantes e envolve a adaptação de um grupo, de uma família, de um indivíduo, além de depender dos modelos sociais, culturais, enfim do estilo de vida gerado pelos seres humanos daquele espaço. Nesse sentido, Mahasen (2009, p.28) nos pontua que:

Os processos psicossociais compreendem os processos cognitivos e afetivos, símbolos e estéticos que dependem da relação do indivíduo do grupo com as situações ligadas aos modos de apropriação do espaço. Os processos de formação do simbolismo do espaço são fundamentais para a manutenção da identidade do indivíduo. (MAHASSEN, 2009, p. 28).

Segundo Mahasen (2009), a comunidade e a tradição possibilitam ao ser humano sentir-se existindo, fato que as colocam em processo de enraizamento. Processo este, que é entendido como um requisito fundamental que proporciona ao ser humano, morar, estar e constituir-se como um habitante entre a população humana.

Bosi (1987) assinala que o choque de culturas provoca desenraizamentos por parte da cultura dominada. A autora cita como exemplo: “a conquista colonial causa desenraizamentos e morte com a supressão brutal das tradições” (1987, p.17) e assinala que “a cultura dominada perde os meios materiais de expressar sua originalidade”. (BOSI, 1987, p.16).

Percebemos que o processo de desenraizamento está ligado à questão do espaço físico, da cultura, do tempo histórico, do pertencimento e da identidade, relacionados ao espaço de vivências de um grupo, de uma comunidade, de uma família, de um indivíduo.

Weil (1979) esclarece que o poder da produção de capital desenfreada a favor de uma economia dominante, “destrói todas as raízes por onde vai penetrando, substituindo todos os motivos pelo desejo de ganhar”. (WEIL, 1979, p. 348). Segundo a autora, o processo de desenraizamento é tão perigoso, que se torna a doença mais perigosa gerada nas sociedades humanas, porque está o tempo todo se multiplicando.

Já para Bosi (1987, p.18) “o desenraizamento é a mais perigosa doença que atinge a cultura”. Aqui a autora pontua que todos nós adquirimos conhecimentos no espaço onde

vivemos. Com a valorização da sociedade de consumo, a racionalização e a automação da produção geraram desenraizamentos que resultaram no confinamento e na repetição.

O contato com a natureza e o desenvolvimento cultural são aspectos que fortalecem o ser humano, no sentido de que há uma certa preocupação em conviver com os nós e não o eu. Essas interações podem garantir o seguimento da vida, e vida em continuidade, onde todos, dos mais velhos aos mais novos vão construindo e constituindo saberes por meio de participações, de expressões, de leituras de mundo, assim, aprendendo e reaprendendo na prática, a partir da convivência.

Na educação em grupo, em organizações, movimentos sociais e associações, ocorrem processos educativos e práticas sociais que ultrapassam a escolarização. O ser humano que se educa a partir do outro e com o outro produz cultura a todo a instante, o que caracteriza uma construção coletiva.

Para esclarecermos essa produção cultural ou, no caso, construção cultural coletiva, partiremos do conceito de cultura de acordo com Freire (2014). Para o autor, o ser humano é o único ser consciente capaz de se relacionar um com o outro produzindo, reproduzindo e não repetindo suas criações e se utiliza delas para transformar o mundo. Assim, Freire (2014,p.38) define cultura:

O homem enche de cultura os espaços geográficos. Cultura é tudo o que é criado pelo homem. Tanto uma poesia como uma frase de saudação. A cultura consiste em recriar e não em repetir. O homem pode fazê-lo porque tem uma consciência capaz de captar o mundo e transformá-lo. (FREIRE, 2014, p.38).

Para Ribeiro (1995, p.34):

Chama-se cultura tudo o que é feito pelos homens, ou resulta do trabalho deles e de seus pensamentos. [...] a fala, por exemplo, que se revela quando a gente conversa, é uma criação cultural. Além da fala, temos as crenças, as artes, que são criações culturais, porque inventadas pelos homens e transmitidas uns aos outros através de gerações (RIBEIRO,1995, p.34).

O autor nos revela que a cultura popular é criação humana e é transmitida de geração em geração. Nesse sentido, Dussel (1997) chama de cultura popular, aquela que resiste, mesmo que não tão facilmente, a todo tipo de propagandas e tudo o mais que tenta desvalorizar a criação popular humana. Dussel conceitua: “Cultura popular é o fruto do compromisso e da história do povo”. (DUSSEL, 1997, p.147).

Se a cultura popular é gerada por um povo, ela se diversifica, pois cada grupo humano possui a sua particularidade criando e recriando processos educativos, se utilizando dos pensamentos e dos seus compromissos com a comunidade. Nesse sentido, Fiori (1991, p.75) nos pontua que:

A cultura se diversifica e se determina pela forma particular de vida de um grupo humano, no qual: se reconstitui a forma homem-sua forma histórica. Se o respectivo grupo humano deve ser o sujeito de seu próprio processo histórico-cultural, então a ele cabe o risco e a responsabilidade de auto-configurar sua forma particular de vida. Isto quer dizer que o homem desta cultura tem o direito de autovalorizar-se, segundo seus próprios valores. (FIORI, 1991, p.75).

Dessa maneira a cultura se diversifica, particulariza e se transforma, apresenta características notáveis, que simbolizam um jeito de viver, de encarar as diversidades e as transformações sócio/culturais.

Essas características se representam no meio rural na produção das atividades ligadas às manifestações culturais como as Quermesses, Terços Juninos e as pamonhadas. Atividades essas que são organizadas pela comunidade. Os mutirões, a convivência entre as vizinhanças, o sentimento de pertencimento, o compadrio, os distanciamentos destas comunidades dos centros urbanos são considerados formas tradicionais na população do campo. Acordando com Brandenburg (2010): “Estas características são formas de sociabilidade identificadas em todas as organizações comunitárias, em distintas regiões do país”. (Brandenburg 2010, p.418):

Sobre a sociedade caipira tradicional, Candido (2001, p.46) nos pontua que:

A sociedade caipira tradicional elaborou técnicas que permitiram estabilizar as relações do grupo com o meio (embora em nível que reputaríamos hoje precário), mediante o conhecimento satisfatório dos recursos naturais, a sua exploração sistemática e o estabelecimento de uma dieta compatível com o mínimo vital – tudo relacionado a uma vida social de tipo fechado, com base na economia de subsistência. (CANDIDO, 2001 p. 46).

Atualmente verifica-se o aumento da dependência econômica condicionado ao ser humano que vive no meio rural. Dependência essa que modifica as relações com as normas tradicionais de sobrevivência, vivência e convivência a partir do aparecimento das novas estruturas sociais, como a econômica voltada para o agronegócio, a comercialização e o relacionamento com a vizinhança.

Candido (2001) destaca cinco traços ligados diretamente ao aspecto econômico sobre as formas de persistência rural:

- 1) Parceria – “O apego do caipira às formas de parceria que se poderiam chamar de *compensadoras* e que, na verdade, representam uma tentativa de prolongar ou recriar a posição social de sitiante”. (CANDIDO, 2001, p. 255) A parceria, segundo Candido (2001) é uma possibilidade de manter a tradição cultural, ou seja, é uma tentativa de preservar os elementos como o diálogo e a convivência que equilibram o grupo.
- 2) Migração – “Há passagem de fazenda a fazenda, de redondeza a redondeza, de município a município; via de regra, predomina o sentido geral Leste-Oeste”. (CANDIDO, 2001, p.256). De acordo com o autor, este tipo de migração favorece a preservação de elementos tradicionais da vida caipira.
- 3) A presença das “colônias” – “Devemos abordar a concentração da vizinhança efetuada pela fazenda. Esta, com efeito, reúne os parceiros em agrupamentos condensados, embora não ordenadas em linha contínua como as colônias”. (CANDIDO, 2001, p.257). Aqui o autor ressalta a vizinhança imediata de membros da família, o que resulta na formação de um subgrupo conectado, mais propenso à solidariedade próxima.
- 4) Interdependência das famílias – “As práticas da solidariedade de vizinhança, que promovem a interdependência das famílias, e, portanto, contribuem para integrá-las no grupo”. (CANDIDO, 2001, p.262). O autor nos revela também que as velhas práticas cooperativas se ajustam à modernidade rural, o que asseguram a sobrevivência dos grupos bem como a preservação de traços culturais tradicionais.
- 5) Traços tradicionais no meio urbano – “Na fase atual, os traços tradicionais, que vão se perdendo, são muitas vezes mantidos graças a certa cooperação interbairros, na qual cada um fornece elementos para a preservação das práticas”. (CANDIDO, 2001, p.264). O autor complementa afirmando que desta maneira preservam-se as relações e práticas (Ex. as Folias de Reis Urbanas), e escapam em partes, à imposição determinada pelo domínio cultural urbano.

Candido (2001) sintetiza estes fatores como traços de preservação cultural e nos pontua que: “funcionam como regulador de mudanças, permitindo tender àquele ritmo satisfatório em que ele encontra melhores condições para se processar, podendo ser considerados verdadeiros mecanismos de sobrevivência social e cultural”. (CANDIDO, 2001, p.265).

Souza (2015) destaca que a cultura tradicional se mantém como modelo para as pessoas que desejam manter as práticas solidárias e uma convivência compartilhada entre os seres humanos, mesmo dentro deste modelo de vida egoísta que nos é imposta pela sociedade de consumo. Percebe-se a resistência cultural quando encontramos comunidades ou grupos culturais que enfrentam a avalanche cultural do mundo globalizado.

De acordo com Souza (2015, p.277):

Ao manter anseios e práticas solidários que fazem com que as pessoas consigam sobreviver, agrupadas numa vida comum, e, compartilhada, a cultura tradicional se mantém como modelo e com modelos capazes de serem transformados em práticas renovadoras ou em propostas revolucionárias. (SOUZA, 2015, p. 277).

A cultura tradicional, caminha resistindo mesmo exposta ao capitalismo, às imposições sociais, políticos e culturais.

1.2 - Processos Educativos na Convivência

Oliveira et al. (2014) destacam a importância das aprendizagens através da convivência. Nos momentos de ensino-aprendizagem, estamos ao mesmo tempo ensinando e aprendendo. O ser humano é um ser social por natureza, ao nascermos já convivemos com um grupo social. Com o passar do tempo, passamos a pertencer a diversos grupos como, vizinhos, colegas de rua, de bairro, de trabalho, da escola, da igreja, enfim, da cidade. Vivendo em sociedade, o ser humano está permanentemente convivendo com seu semelhante, assim, estabelecendo relações sociais e adquirindo a consciência de viver sob o respeito recíproco.

Ribeiro Júnior e Souza (2014, p.30) nos atentam para a importância da reflexão sobre o cotidiano:

Partimos de onde estamos do cotidiano que muitas vezes é justificado pela rotina e que raras vezes é problematizado, questionado. Este ponto de partida implica como veremos, em processo de construção do sentido do ser que poderemos, talvez, associar com a ideia da cosmovisão ou de visão de mundo. Vivemos em um mundo, em uma cidade, em um bairro, em uma classe social e temos um horizonte que delimita este nosso mundo. (RIBEIRO JÚNIOR; SOUZA, 2014, p.30).

Partindo do princípio de que convivemos com diversos grupos, vamos nos inteirando da vontade de vida e vida em coletividade. De acordo com Dussel (2007, p. 25): “Este *querer-viver* dos seres humanos em continuidade denomina-se *vontade*. A *vontade-de-vida* é tendência originária de todos os seres humanos”.

Ao expressar seu pensamento, seu modo de ser, pensar e agir, o ser humano, ao entrar em contato com o outro, vai adquirindo experiências e produzindo novo saberes.

O relacionamento cultural humano perpassa pelo ensino-aprendizagem, quando se objetiva a construção de conhecimentos e saberes que viabilizam a comunicação, o diálogo, o respeito, enfim, um relacionamento compreensivo. Pode acontecer também ensino-aprendizagem quando se objetiva a violência física, a violência psíquica, viabilizando a alienação social, pois o ser humano é um ser sujeito a todo tipo de aprendizagens, ele pode aprender a amar o seu semelhante ou não.

O processo educativo do ensino-aprendizagem por meio da prática social da convivência pode nos levar a construir uma sociedade que considere o ser humano em sua plenitude. Nesse processo ocorrem saberes que podem garantir o seguimento da vida e vida em continuidade onde todos, dos mais novos aos mais velhos vão construindo e constituindo saberes por meio de participações, de expressões, de leituras de mundo, assim, aprendendo e reaprendendo na prática a partir da convivência.

Nelson Mandela (s.d.) clareia esta situação quando reflete que não nascemos odiando ninguém, nós aprendemos a odiá-las através de processos educativos e de práticas sociais.

Ninguém nasce odiando outra pessoa por causa da cor de sua pele, ou de suas origens, ou de sua religião. As pessoas são ensinadas a odiar, e se são ensinadas assim, elas podem aprender a amar, porque o amor chega mais naturalmente ao coração de homem que seu oposto. (MANDELA, s.d.).

De acordo com Araújo-Olivera,(2014, p.54) a educação que se dá nas relações humanas,

nos remete à noção da pessoa – o sujeito – relacionada ao Outro, também sujeito; ambos, eu e o Outro, como sujeitos e objetos, reciprocamente se constituindo na intersubjetividade. Na história do pensamento humano, a percepção do Outro como constituinte do eu é recente e nos remete ao conceito de alteridade como critério ético fundamental. (ARAÚJO-OLIVERA, 2014, p.54).

Dessa forma, Brandão (2002, p.73) leva a reflexão sobre educação e a troca de saberes:

O saber é o que nós somos. Somos o saber que criamos e somos a experiência de partilharmos saber e cada movimento de nossas vidas. De uma múltipla maneira, sempre frágil, inacabada, imperfeita, aperfeiçoável, irreversível, crescente e a cada momento possível de ser mais integrada e mais complexa, saber criar saberes,

partilhar saberes e aprender a saber é o que nos torna o que somos: seres humanos. (BRANDÃO, 2002, p. 73).

Podemos entender que a convivência é a palavra chave para o desenrolar dos processos educativos e das práticas sociais que possibilitam o diálogo entre as partes. (Oliveira et al. 2014) nos leva a refletir sobre a dialogicidade:

O diálogo é o encontro de seres humanos que visam a pronunciar e a transformar o mundo percebido. A dialogicidade se funda no amor e na fé no ser humano, exige, como já apontado anteriormente confiança, humildade e comunidade, isto é, disponibilidade para estar e aprender com o outro. (OLIVEIRA et al. ,2014, p.128).

E que é através da “convivência que os participantes revelam aspectos que favorecem o estabelecimento de diálogo e promovem relações de colaboração”. (OLIVEIRA et al., 2014, p. 135).

As pessoas não vivem completamente isoladas, faz-se necessária uma convivência com a família, com o vizinho, enfim se convive com o outro em qualquer ambiente que se esteja. Conviver com o outro é vivenciar experiências de trabalho, de educação, de vida, de luta de sobrevivência.

Ao conviver, necessita-se de compartilhamentos, respeito, de um existir com o outro, com o diferente, um conviver na alteridade. Neste sentido, Guérios e Stoltz (2010, p.105) destacam a importância da alteridade na convivência entre um e outro e entre o ser humano e a natureza.

O princípio da alteridade expressa aqui à capacidade de conviver com o diferente, responsabilizando-se pelo outro, seja com o ser humano, seja com o meio ambiente. Ou ainda, estar com o olhar voltado justamente para o reconhecimento e acolhimento das diferenças, ainda que estas estejam presentes na natureza. (GUÉRIOS; STOLTZ, 2010, p.105).

Assim, para conviver com todo tipo de vida, é preciso ter capacidade de relacionar com seu semelhante e com o meio ambiente. Os conflitos entre os seres humanos levam a refletir sobre as ações relacionadas à convivência humana e com a natureza.

Para conviver é preciso dialogar, ouvir o outro com respeito, mesmo que se confronte com seus ideais ou suas opiniões. Através do diálogo, podemos ter discordâncias, praticar o respeito e chegar à consensos.

De acordo com Freire (2014, p.109), o diálogo que visa o compromisso pela causa da libertação do ser humano é amor, e para dialogar exige-se simplicidade em reconhecer o outro, em comunhão.

Por isto, o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutados. (FREIRE, 2014, p.109).

Na convivência é que se desenvolve a consciência de vida, se amplia os conhecimentos, relacionamentos, amizades, aprende-se e se ensina através de processos educativos e das práticas sociais. É necessário estreitar o respeito em qualquer ambiente onde se esteja inserido. De acordo com Fiori (1991, p.69) é importante se comunicar e conviver através das consciências. Neste sentido, o autor coloca que:

A comunicação das consciências (a intersubjetividade) supõe um mundo comum. Se cada um constituísse seu mundo, este não poderia ser a mediação para o encontro das consciências, e estas se comunicariam sem o mundo – o que não é o caso, pois somos nele e com ele – ou não se comunicariam. Uma vez mais: as consciências não se encontram, mas constituem em intersubjetividade originária. (FIORI, 1991, p.69).

Desse modo, a convivência exige uma comunicação que precisa ser vivida, é uma prática que possibilita o ensinar e o aprender objetivando um processo de construção de consciências coletivas que podem transformar primeiramente a nós mesmos, nossa família, vizinhos, amigos, a rua, o bairro, a cidade, o país.

Ao conviver num relacionamento intersubjetivo, estamos trocando informações ao mesmo tempo em que construímos consciências culturais coletivas. De acordo com Fiori (2014) a construção de consciências se dá através da educação.

Fiori (2014) destaca a importância da Educação em seu sentido mais amplo, que é o da educação informal, aquele que ocorre em comunidades e instituições não formais.

O autor assim define Educação: “Educar, pois é conscientizar e conscientizar equivale a buscar essa plenitude da condição humana”. (FIORI, 2014, p.55).

Refletiremos, brevemente, sobre o conviver com outro como um processo de educação consciente que intenciona uma educação libertadora, a qual poderá possibilitar o surgimento de um novo ser humano agindo no mundo comunitariamente. Neste sentido, Fiori (2014) esboça alguns pressupostos válidos para se compreender essa reflexão: a) a conscientização

permite o desenvolvimento de uma educação crítica e política, que não se aprisiona em nenhuma situação vivida, mas é capaz de uma reflexão sobre a situação, para torná-la mais presente; b) ao refletir sobre a consciência no mundo, surgem novos horizontes significativos que permitem um diálogo de consciências direcionando para uma ação transformadora; c) a experiência do diálogo ganha mais transparência humana possibilitando a renovação desta mesma consciência; d) a comunicação de consciências que Fiori (2014) chama de intersubjetividade o que poderá proporcionar um mundo comunitário sob o compromisso mútuo; e a conscientização reflete sobre o tempo e a história que só pode ter sentido se estiver voltada para a libertação da opressão política/econômica/cultural e social; f) sem uma mudança estrutural, não há a possibilidade de transformação, os valores se tornam estáticos, não havendo a renovação do ser humano; g) agindo culturalmente, numa convivência conscientizadora, surgem caminhos para um relacionamento intersubjetivo, o que leva a transformar a si mesmo e conseqüentemente o espaço em que convive.

Sabemos que há mudanças, mas nada mudou inteiramente. Assim, a conscientização e a convivência geram processos educativos no sentido de lutar por uma sociedade em que as diferenças possam ser mais respeitadas, valorizadas. Neste sentido, Fiori (1991, p.74) nos pontua que:

A conscientização não pretende refazer o homem desde seus recônditos mais ocultos, pretende, sim, retomar o movimento da constituição da consciência como existência, isto é, retomar-se naquele instante em que o homem se reconstitui, conscientemente, num sentido histórico que é a visão e compromisso. (FIORI, 1991, p.74).

É preciso que o ser humano dê significados ao mundo, partindo do seu reconhecimento histórico, compartilhando-o com o saber histórico de sua comunidade, dando significados a esse encontro de consciências voltados para uma tarefa que valorize a convivência e os processos educativos voltados para o compromisso humano. É nesse caminho que se direciona para o além do individualismo, para a interiorização do mundo voltada para passado e para o futuro, a fim de libertar do enraizamento construído numa política social em que ele não foi incluso. O foco da consciência é a integralidade humana.

1.3 - Comunidade política e Instituição

De acordo com Wong Un (2002) a palavra comunidade está inserida às características físicas e estruturais: “Comunidade é aquilo que se vê e que pode ser medido” (WONG UN, 2002, p.16). O autor coloca que uma comunidade local é constituída por um território composto por um pequeno número de moradores, geralmente dedicados à agricultura de subsistência e à criação de animais domésticos.

Como ponto de partida, iniciaremos nosso diálogo, caracterizando as populações do campo e da floresta de acordo com a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (2013) que assim conceitua estas populações:

As populações do campo e da floresta são caracterizadas por povo e comunidades que têm seus modos de vida, produção e reprodução social relacionados predominantemente com a terra. Neste contexto estão os camponeses, sejam eles agricultores familiares, trabalhadores rurais assentados ou acampados, assalariados e temporários que residam ou não no campo. Estão ainda as comunidades tradicionais, como as ribeirinhas, quilombolas e as que habitam ou usam reservas extrativistas em áreas florestais ou aquáticas e ainda as populações atingidas por barragens, entre outras. (BRASIL,2013).

Para Wong Un (2002, p.7) as comunidades produzem culturas que, no decorrer dos processos coletivos, constroem-se desejos possíveis de serem compartilhados entre todos.

a comunidade possui, no mundo contemporâneo, o poderoso encanto da nostalgia, da volta a uma idade de ouro, à uma sociedade idealizada à maneira de um mundo perfeito onde as pessoas relacionavam-se em base à identificação comum, ao interesse na ajuda mútua, e colocando os objetivos coletivos acima dos pessoais. (WONG UN, 2002, p.10).

Wong Un (2002) destaca a importância do fortalecimento da vida comunitária dizendo que a nostalgia é uma realidade social e muitas vezes, em determinado lugar, há um revivamento coletivo das lembranças em relação ao passado. O autor destaca que: “essa nostalgia, essa saudade manifestada pelas pessoas em relação ao passado comunitário que muitas tiveram (ou acreditaram que tiveram) quando criança, é uma realidade social”. (WONG UN, 2002, p.14).

Dussel (2007) ressalta que o poder das comunidades está na comunicação participativa, através da qual seus integrantes possuem igual capacidade de argumentações, visando chegarem a um consenso que deve ser acordado entre todos os participantes. Assim,

há uma consistência no processo de união das vontades, principalmente no que se refere ao enfrentamento às políticas públicas opressoras.

Neste sentido o autor define comunidade:

A comunidade, como comunidade comunicativa, linguística, é aquela em que seus membros podem se dar razões uns aos outros para chegar a acordos. Mediante o uso de argumentos dos mais diversos tipos como expressão retórica pública em referência à comunidade de vontades, e quando o cidadão participa simetricamente, pode-se chegar a consensos, às vezes não intencionais, mas sim aceitos por tradições e não por isso menos vigentes, que produzem a convergência das vontades para um bem comum. Isso é o que podemos denominar propriamente “poder político”. (DUSSEL, 2007, p. 27).

As reivindicações da comunidade da região do “Souza Lima” –ASSOLIMA– trouxeram para o local a esperança de melhorias do espaço rural, através de processos educativos como a linguagem do diálogo, da liderança, das políticas públicas, através da prática social da convivência. Ferreira Neto (1987, p.15) chama este tipo de organização de:

Um conjunto planejado de ações, contemplando as várias dimensões das necessidades vitais de uma população. O que caracteriza o vigor comunitário para o desenvolvimento é a sequência articulada de esforços e eventos-chave, dirigidos para o gradativo bem-estar econômico e social, a partir da adesão e do compromisso dos próprios cidadãos com a execução das ações planejadas e orientadas para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes. (FERREIRA NETO, 1987, p. 15).

Os planejamentos de determinadas ações podem passar por períodos tensos que causam um desequilíbrio social em uma comunidade. Foi o que aconteceu com a Associação na preparação da Festa do Milho. Esta manifestação cultural era organizada pelos membros da Associação com o objetivo de angariar fundos para apoiar a Associação.

Em 1998, devido à grande quantidade de chuvas, o prejuízo financeiro da comunidade rural foi grande, então todos concordaram com a paralisação da festa por tempo indeterminado. Seguiram-se 3 (três) anos sem o evento. Na época, a Diretora da Escola Municipal Professora “Carmélia de Castro” professora Elisa, participou de uma reunião da ASSOLIMA, e assumiu o compromisso de retomar a festa contando com a parceria da Associação. Nesta realização contando com o apoio do poder público e outros, a ASSOLIMA pode reivindicar melhorias para a Região como o asfaltamento para escoar mais rápido a produção agrícola, para atender aos festeiros da região de Poços de Caldas e na compra de equipamentos escolares como computadores, livros e material escolar para servir aos alunos.

Segundo o relato do Senhor Francisco a festa cresceu tanto que a ASSOLIMA passou a não ter condições de bancá-la nem mesmo em parceria. Foi aí que a escola mudou a parceria. Agora era a prefeitura que apoiava o evento. De acordo com o entrevistado, este “apoio” acabou de vez com a festa, pois hoje ela não existe mais. De acordo com Dussel (2007) estas palavras do Senhor Francisco nos mostram que, quando um modo de ocultação do poder político inverte o conhecimento, a realidade, prevalece a vontade do poder do representante, onde o seu poder e sua palavra sobrepõe à vontade da comunidade, isto é uma ação dominadora. Dussel (2007, p.45) chama este episódio político de fetichismo:

O fetichismo é a inversão espectral: o fundado aparece como fundamento e o fundamento como fundado. “Esse é o mistério fetichista do capital”, ou seja, um modo de ocultação que distorce a interpretação, o conhecimento da realidade, invertendo-a. (DUSSEL, 2007, p. 45).

Esta política fetichizada, de acordo com o depoimento do Senhor Francisco, acabou com a manifestação cultural e popular dos moradores da Região do “Souza Lima”, hoje nem a ASSOLIMA, nem a escola e nem a prefeitura organizam a festa.

De acordo com o depoimento de Senhora Ruth, esposa do Senhor Francisco após este episódio, houve um desânimo entre a maioria dos associados. A ASSOLIMA continuou com as reuniões, mas com um número reduzido de associados.

A festa cooperada pareceu mostrar como instrumento de união (fraternidade) dos moradores e, também, como sustentação da legitimidade da ASSOLIMA. Assim, pode-se compreender que o fim da “pamonhada” (fator de união) o grupo reunido através da ASSOLIMA, se enfraqueceu com a perda de poder e de força ao se produzir para um mercado com interferências de estranhos (poder opressor) aos objetivos da Associação.

1.4 - Instituição política

Dussel (2007) destaca que desde o seu surgimento, as instituições já demonstram como a vida do ser humano será organizada dentro de uma legitimação. Ainda de acordo com o autor, as instituições já nascem disciplinadas e agem eficazmente a favor de uma sociedade burocrática, assim, é preciso que haja uma transformação ou uma supressão desde fim em si mesma.

Dussel (2007) explica que a ação política é uma estratégia que transforma a natureza vivida pelo ser humano por uma natureza vivida-compartilhada, na busca da vontade de vida dos grupos e movimentos sociais através de uma relação intersubjetiva.

Nesse sentido, Dussel (2007, p.52) conceitua ação política:

A ação política é *estratégica*, não meramente instrumental, (como a ação técnica que transforma a natureza) uma vez que se dirige a outros sujeitos humanos que, como atores, ocupam espaços práticos, hierarquizam-se, oferecem resistência ou ajudam na ação uns dos outros, em um campo de forças que constituem o que denominamos *poder*. Por isso, a vontade consensual dá à ação coletiva força, unidade, poder de alcançar os propósitos. (DUSSEL,2007, p.52).

Dussel (2007, p.59), descreve as instituições políticas em três *esferas* de organização institucional: a primeira esfera de instituições torna funcional a produção e o aumento do conteúdo das ações e instituições políticas; a segunda é a das instituições procedimental-normativas de legitimação e a terceira é das instituições que permitem a factibilidade ou realização empírica concreta das duas anteriores. Assim, as instituições são atravessadas por estas esferas num campo político.

Dussel (2007) coloca que o campo político é atravessado pelo campo material que é a vontade de vida; legitimidade do conflito/consenso; gestão e organização no sentido de perpetuar o sentido comunitário de viver, mesmo dentro da sociedade de mercado. Este engloba os campos ecológico, econômico e cultural. De acordo com o autor, o objetivo das instituições políticas é, em última instância, atender satisfatoriamente as reivindicações sociais. Assim, Dussel (2007, p.60-61) conceitua instituição:

Com a repetição no tempo e a sistematização do campo político as ações se depositam, coagulam-se em instituições (cuja totalidade denominamos a *potestas*, que não é o Estado), que acumulam o alcançado pelas ações estratégicas e são condição de ações futuras. (DUSSEL, 2007, p.60-61).

Ações políticas futuras para se concretizarem necessitam da construção de processos educativos que se utilizam da convivência de um poder intencional dividido e compartilhado de uma fraternidade humana. Nesse sentido, Dussel (2007, p.65) conceitua fraternidade: “A *fraternidade* é a amizade que reúne as vontades e dá solidez ao poder”.

Para Dussel (2007, p. 59-60) as relações em graus de intersubjetividade estão relacionadas com o privado e com o público e que o social, o político e o civil são relações de institucionalidade do campo político. Para o autor, “o social é um subcampo do campo político que é atravessado pelos campos materiais como o ecológico, o econômico e o

cultural”. E ainda retrata que “a política deve resolver esse problema social”. (Dussel, 2007, p. 60).

Quando falamos em intuição política, enxergamos logo um padrão de controle da conduta individual que é imposta pela sociedade. A instituição parece ser algo fora do ser humano, dotada de uma força objetiva que exerce sobre este mesmo ser humano, mas o que Dussel (2007) propõe é que estas instituições políticas devam corresponder às reivindicações dos grupos sociais e conduzi-las para que haja condições de qualidade de vida, o que deveria ser a primordial função das instituições políticas.

1.5 - Agricultura Familiar

De acordo com Silva e Jesus (2017) a partir de 1950 iniciou-se o processo de modernização da agricultura no Brasil, surgiram várias indústrias ligadas ao ramo de produção de insumos agrícolas como os agrotóxicos, as máquinas agrícolas e os adubos químicos. Neste sentido, Silva e Jesus (2017, p.4) nos pontua que: “ O Governo montou inúmeros aparatos para incentivar o uso dessas novas tecnologias. Surge a partir daí a “revolução verde” modelo que preconizava a modernização da agricultura que só veio a se efetivar nos anos 60”.

Martins (2014, p.9) afirma que os anos finais da década de 1970 e início da década de 80 foram fundamentais para o desenvolvimento de questionamentos relacionadas à temática do campo ambiental e rural. De acordo com o autor: “os processos sociais envolvidos na produção agrícola permaneceriam analiticamente associados à dinâmica das relações de classe no campo”. Ainda de acordo com o autor, surgem novos interesses com a intenção de regulamentar o uso da terra e seu relacionamento com o meio ambiente, com o gerenciamento dos recursos financeiros da terra e da água e, principalmente, da remodelação dos espaços rurais. Assim, as políticas de conservação da biodiversidade entram no cenário, trazendo a discussão sobre território. De acordo com Martins (2014, p.09):

A noção de território estendeu-se ainda ao debate sobre identidades, dialogando com a construção de novas coletividades, (na maior parte dos casos associadas a movimentos de base ambientalista, como a agroecologia) e com a mudança de estatuto das regiões rurais no contexto da produção de alimentos (produção agora mais seletiva e territorialmente qualificada). (MARTINS, 2014, p. 09).

Fernandes (2013) reforça a ideia de que a noção de território vai além do espaço geográfico. Para o autor, neste espaço, as relações sociais são fundamentais e intensas, pois envolvem uma certa intencionalidade, o que permite aos sujeitos criar, construir, produzir, não somente alimentos, mas significados, interpretações de suas realidades de acordo com os interesses de uma coletividade ou não, existentes num determinado espaço físico. Fernandes (2013, p.195 -196) problematiza a palavra território, dizendo que ela apresenta diversas abordagens. Dessa forma, o autor coloca que:

Nas “abordagens territoriais” predominam análises da dimensão econômica e da dimensão social numa acepção de território como uma unidade geográfica determinada, quase sempre como espaço de governança. A definição de “território” por órgãos governamentais e agências multilaterais não consideram as conflitualidades dos diferentes tipos de territórios contidos “território” de um determinado projeto de desenvolvimento territorial. (FERNANDES, 2013, p. 195-196).

Fernandes (2013, p.199) faz referência aos conflitos que surgiram a partir destas diversidades de interpretação de conceitos territoriais. Aparecem pelos menos dois modelos conceituais que interferem especificamente na organização do espaço agrário:

Estamos nos referindo especialmente aos modelos de desenvolvimento do agronegócio, resumidamente a partir da produção de monoculturas em grande escala, com trabalho assalariado, intensamente mecanizado e com utilização de agrotóxicos e sementes transgênicas. E ao modelo de desenvolvimento do campesinato ou agricultura familiar, resumidamente a partir da produção de policulturas, em pequena escala, com predominância do trabalho familiar, com baixa mecanização, em sua maior parte, com base na biodiversidade sem a utilização de agrotóxicos. (FERNANDES, 2013, p. 199).

Carneiro (2014, p.33) reforça e critica a ideia de que a noção de território abrange as concepções sociais, levando em conta as esferas das políticas públicas e as disputas de interesse entre o pequeno e o grande produtor. Nesse sentido, a autora nos pontua que:

Voltando à noção de território, entendemos que ela resgata a ideia de localidade como dimensão espacial para observar as dinâmicas e construções sociais territoriais. No entanto, há de se levar em conta a crítica quanto à operacionalidade da noção de território no âmbito das políticas públicas. (CARNEIRO, 2014, p. 33).

De acordo com Fernandes (2013, p.203), “uma classe não se realiza no território de outra classe”. Assim, as disputas territoriais se referem, primeiramente, às disputas econômicas, seguidas pelas disputas pelo poder político de determinado espaço e pela diversificação da paisagem. Desse modo, o autor pontua que:

Os territórios do campesinato e os territórios do agronegócio são organizados de formas distintas, a partir de diferentes relações sociais. Um exemplo importante é que enquanto o agronegócio organiza seu território para produção de mercadorias, o grupo de camponeses organiza seu território, primeiro, para sua existência, precisando desenvolver todas as dimensões da vida. Esta diferença se expressa na paisagem e pode ser observada nas distintas formas de organização dos dois territórios. A paisagem do território do agronegócio é homogênea, enquanto a paisagem do território camponês é heterogênea. (FERNANDES, 2013, p. 203).

Percebe-se aqui, que o significado de território rural depende do ponto de vista de quem detém o poder sobre a terra. Como a força política do pequeno camponês é menor, o domínio das políticas públicas sobre o espaço rural está nas mãos dos governos e parceria com o agronegócio mundial.

Souza Filho e Buainain (2011) destacam que os governos em todo mundo interferem na política agrícola no sentido de estabilizarem a economia, a política e a sociedade, para assegurar um desenvolvimento econômico próspero para os grandes produtores agrícolas. No entanto, há um controle sobre a produção agrícola através de legislações que garantem o mínimo de qualidade de vida digna para o pequeno produtor. Assim, Souza Filho e Buainain (2011, p.13) nos pontuam que:

A importância estratégica da agricultura para a estabilidade econômica, política e social, assim como para o desenvolvimento econômico, tem justificado o uso de instrumentos de política agrícola por governos em todo o mundo. Na maioria dos países, a intervenção dos governos na produção e comercialização de produtos agropecuários ocorre por meio da fixação de preços mínimos de garantia para os produtores, de preços-teto para os consumidores, da manutenção de estoques reguladores, da oferta de créditos em condições especiais de pagamento, da legislação sanitária e ambiental, entre outras. (SOUZA FILHO; BUAINAIN, 2011, p. 13).

De acordo com Oliveira e Bergamasco (2014) a evolução das políticas públicas relacionadas a agricultura brasileira possuem como referência o modelo de produção organizado a partir da chamada “Revolução Verde”, a qual possibilitou o uso de tecnologias que agrediam a natureza, no espaço territorial dos grandes produtores. Em contrapartida, avaliam as autoras, não há, até o presente momento, uma política pública que atenda, de fato, às reais necessidades da agricultura familiar dentro de suas realidades. Segundo as autoras, até a promulgação da Constituição de 1988, não se conceituava Agricultura Familiar, o produtor camponês “era considerado ‘mini produtor’ para efeito de enquadramento no Manual de Crédito Rural”. (OLIVEIRA; BERGAMASCO, 2014, p.206).

Essas autoras relatam o surgimento da expressão “Agricultura Familiar” e o consequente aparecimento de algumas políticas públicas como o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Assim, de acordo com Oliveira e Bergamasco (2014, p.206-207):

Em 1988, com a promulgação da Constituição, ocorreu um reordenamento do Estado brasileiro e ao se primar pela descentralização das ações estatais, foram introduzidos mecanismos de gestão social das políticas públicas, visando democratizar o acesso dos beneficiários aos recursos públicos. A partir de então, atendendo a uma antiga reivindicação dos trabalhadores rurais, em 1994, o Governo Itamar Franco criou o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), que posteriormente passou por reformulações e abriu espaço para a criação da primeira política pública destinada aos agricultores familiares, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O programa foi criado pelo Decreto Federal 1.946, de 28 de junho de 1996, “ *com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do seguimento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda*”, mediante o financiamento de atividades agropecuárias ligadas ao setor da agricultura familiar. A criação deste programa representou o reconhecimento e a legitimação por parte do Estado, em relação às especificidades de uma “nova” categoria social – os agricultores familiares –, que até então estavam à margem dos benefícios da política agrícola brasileira e eram designados por termos como pequenos produtores, produtores familiares, de baixa renda ou agricultores de subsistência. (OLIVEIRA; BERGAMASCO, 2014, p. 206-207).

Souza Filho et al. (2009, p.14) caracterizam a agricultura familiar como sendo “um espaço territorial composto por grupos ou comunidades particulares que utilizam de estratégias próprias de sobrevivência e de produção, as quais reagem de maneiras diferentes a cada novo desafio”. Outra característica destacada pelos autores é que os agricultores familiares no Brasil estão excluídos do processo de modernização tecnológica do campo onde a maioria dos agricultores familiares ainda utilizam a força braçal e a enxada como principais instrumentos de trabalho e que esbarram em obstáculos como, por exemplo, estarem isolados em meio a grandes propriedades.

Para Esquerdo, Bergamasco e Andrade(2013, p.154):

A agricultura familiar brasileira sempre foi um setor muito importante no meio rural, seja pela possibilidade de permanência do homem do campo, perpetuando suas tradições culturais, seja pela produção de gêneros alimentícios para a população. Porém, ocupou um lugar secundário em relação às políticas públicas, uma vez que essas, prioritariamente, foram direcionadas às grandes propriedades monocultoras. (ESQUERDO; BERGAMASCO; ANDRADE, 2013, p.154).

De acordo com Esquerdo, Bergamasco e Andrade (2013), desde a década de 1990 a agricultura familiar no Brasil começou a ser reconhecida como uma categoria produtiva e social, porque o Estado começou a enxergar que a implementação das políticas públicas voltadas para o agronegócio das pequenas, médias e grandes propriedades, com olhos nos rendimentos que poderia obter. Assim com a criação do PROVAP, a distribuição de financiamentos aos pequenos produtores passou a ser diferenciada por categorias de agricultores. Foi um primeiro passo para o aparecimento, dois anos mais tarde, do PRONAF, o primeiro e um dos mais importantes programas relacionados ao desenvolvimento da agricultura familiar.

O PRONAF surgiu da mobilização de trabalhadores rurais, que faziam pressões sobre o Estado desde os finais da década de 1980, por estarem excluídos das políticas públicas existentes. A implementação desse programa, teve como objetivo a ajuda financeira e o apoio institucional aos agricultores familiares. Por enquanto, o PRONAF é a única política pública voltada ao crédito para a agricultura familiar, mas não garante a melhoria de renda e da vida dos agricultores.

Na década de 1990, surge no país um movimento de luta focado nos direitos dos camponeses: o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Este que veio como forma de reação à frequente desapropriação de famílias rurais, à falta de políticas e investimentos no campo, às dificuldades climáticas que geraram um longo período de seca na Região Sul. Condições estas, que acentuaram a situação financeira e social dos agricultores familiares desta região.

Esta insatisfação popular congrega com o que Dussel (2007, p.89-90) afirma, quando diz que estes movimentos emergem de uma comunidade não satisfeita:

É a partir da *negatividade* das necessidades – de alguma dimensão da vida ou da participação democrática – que a luta pelo reconhecimento se transforma frequentemente em mobilizações reivindicativas (que não esperam a justiça como dom dos capitalistas, mas sim como conquista dos próprios movimentos). Haverá tantos movimentos quanto reivindicações diferenciais. O problema político aparece quando se considera que há tantas reivindicações quanto forem as necessidades em torno das quais nascem os movimentos. (DUSSEL, 2007, p. 89-90).

Esses fatores favoreceram o aparecimento do MPA, no Rio Grande do Sul em 1996, que abriu caminhos para reflexões e direcionamentos no sentido de construir no coletivo, políticas públicas que viessem a atender à reais necessidades do agricultor familiar em todo o Brasil.

De acordo com Santos (2016, p.23):

pode-se inferir que o aprendizado com as mobilizações, formas de luta, decisões, encaminhamentos, organização, busca de consciência política, entre outros aspectos, tornavam-se muito expressivos na concretização posterior do Movimento. (SANTOS, 2016, p. 23).

Santos (2016) destaca ainda que o MPA direciona a sua luta para o diálogo permanente no que se refere à conscientização dos pequenos agricultores, frente às políticas excludentes. Dessa forma, o movimento se preocupa com a formação de lideranças, chamadas “lideranças de base” intencionando a troca de experiências práticas e saberes entre as comunidades.

Freire (2014, p.181) reflete sobre o papel dessas lideranças, que ele chama de “lideranças revolucionárias”, no processo de humanização. Segundo o autor, as lideranças devem dialogar com as “massas” no sentido de refletirem sobre a realidade política/social e agirem na transformação desta mesma realidade.

O autor confirma que o caminho para a conscientização, problematização, reflexão e ação está no diálogo com as “massas”:

O caminho, então, que a liderança faz até elas é espontaneamente dialógico. Há uma empatia quase imediata entre as massas e a liderança revolucionária. O compromisso entre elas se sela quase repentinamente. Sentem-se ambas, porque coirmãdas na mesma representatividade, contradição das elites dominadoras. (FREIRE, 2014, p. 222-223).

Segundo Santos (2016, p.26), as mobilizações são formas de luta que chamam a atenção dos dominantes para que percebam a insatisfação da classe, da comunidade, de um grupo, de um povo. De acordo com o autor, a mobilização de famílias camponesas por melhores condições de vida e vida digna trouxe um despertar de uma classe para “a tomada de consciência de sua situação e de seu potencial”.

Santos (2016) evidencia a palavra camponesa com sendo relevante na identificação de uma classe que resiste à imposição social do agronegócio. Dessa maneira, o autor conceitua a palavra camponês como sendo:

O sujeito que mesmo inserido no sistema de mercadorias não se define como capitalista escapando à simples definições, pois, apresenta um modo de vida que o diferencia nas mais diversas localidades do planeta, constituindo, a partir de suas relações, formas distintas de produção, que traduzem o seu entendimento de mundo e dessa forma a sua identidade, ou seja, apresenta características próprias. (SANTOS, 2016, p. 26).

Percebemos que o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA se utiliza de caminhos dialógicos e conscientizadores para defender uma produção agrícola a fim de que o alimento com qualidade chegue à mesa dos oprimidos. Observamos também, que a liderança exerce um papel fundamental nesse processo de conscientização, e que o movimento se utiliza da mobilização como uma das ferramentas de luta.

Em 2003, outro programa surge como mais um suporte para o desenvolvimento da agricultura familiar que veio acompanhado do Programa Fome Zero, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

De acordo com (Grisa et al 2010):

Partindo de uma concepção intersetorial da segurança alimentar e nutricional, o PAA integra as demandas de acesso aos alimentos às necessidades de mercado para os produtores da agricultura familiar. O programa adquire os produtos dos agricultores familiares (com dispensa de licitação) e repassa-os aos programas públicos e organizações sociais que atendem pessoas com dificuldade de acesso aos alimentos ou em situação de risco alimentar. (GRISA et al, 2010, p. 139).

Pelo que foi apresentado, a política pública do PAA apresenta algumas contribuições no que se refere ao fortalecimento da agricultura familiar e à segurança alimentar e nutricional, de acordo com (Grisa et al 2010):

- a) *Alteração na matriz produtiva e de consumo*: o PAA tem sido responsável por restaurar a policultura. Hortaliças, produtos de origem animais e agroindustriais, além de frutas, são exemplos de bens adquiridos pelo PAA;
- b) *Influência nos preços, na renda e na criação de novos mercados*: o PAA possibilitou o ingresso no mercado local e regional, oportunizando o distanciamento do mercado internacional, no que se refere à escala de produção e ao padrão tecnológico;
- c) *Capital social⁶ e fortalecimento das organizações sociais*: destaca as relações sociais no interior das comunidades. Associações, cooperativas, relações familiares são fontes de capital social.

Para inserir-se no programa, o agricultor deve estar com a declaração de que é de fato um produtor agrícola e que utiliza mão de obra familiar, comprovado através da Declaração de Aptidão (DAP) ao PRONAF. Além disso, deve ser sócio de uma cooperativa ou associação de produtores rurais. Os beneficiários são creches, asilos, orfanatos, hospitais, escolas,

⁶ Segundo Frey (2003, p.176), “capital social é sinônimo da existência de confiança social, normas de reciprocidade, redes de engajamento cívico e de uma democracia saudável e vital.”

cozinhas populares, igrejas, e pessoas atendidas pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

Depreende-se, do exposto, que o PAA traz contribuições que aumentam o movimento social entre comunidades e entre produtores rurais. Mas não podemos nos iludir diante apenas de tais pontos, pois o PAA também apresenta limitações as quais dificultam um melhor desempenho e operacionalização. Destacamos:

- a) *O desconhecimento em relação ao programa*: a pouca divulgação, impede que o número de cadastros seja maior, talvez a oferta orçamentária por parte do Estado seja limitada e também muitos agricultores ignoram o programa por desconhecê-lo;
- b) *Seleção dos agricultores beneficiários*: muitos agricultores são excluídos por não se adequarem às fichas burocráticas como exigência da Declaração de Aptidão (DAP) e a falta de um cadastro de participação que possibilita definir critérios geográficos e socioeconômicos que poderiam priorizar aqueles que mais precisariam ingressar no programa;
- c) *Aspectos operacionais e logísticos do PAA*: muitos pescadores, agricultores familiares e extrativistas apontam a imposição da inscrição no DAP como o principal problema.

Essa declaração é o principal recurso de diferenciação entre os agricultores familiares de outras categorias que desejam entrar no mercado, pois a situação de débito de muitos agricultores, os impede de conseguir a certidão negativa, uma das exigências para conseguir a declaração que possibilita a renovação do cadastro no PAA. De modo geral, outras dificuldades apresentadas são os obstáculos referentes ao transporte de mercadorias até o local de consumo, as carências de veículos, o alto preço do transporte particular (caminhões e barcos) as estradas em péssimas condições, são fatores que limitam a participação e operacionalização do Programa.

Esquerdo, Bergamasco e Andrade (2013) ressaltam que em 1954 o Ministério da Saúde criou o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que foi formalizado pelo Ministério da Educação e Cultura em 1955 com a intenção de diminuir a desnutrição escolar e aprimorar, ao mesmo tempo, os hábitos alimentares dos estudantes. Atualmente esse Programa foi regulamentado pela Lei 11.947/2009 e é gerenciado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e coordenado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

A Lei 11.947/2009 criou um novo mercado, o atendimento à alimentação escolar através do Programa Dinheiro direto na Escola em parceria com as prefeituras e com agricultor familiar. A compra de alimentos é realizada através das chamadas públicas que permitem a aquisição de alimentos sem a necessidade de licitação. O agricultor pode participar das chamadas públicas de modo individual, via associação ou cooperativas. Antes, porém, o agricultor deve estar com a Declaração de Aptidão (DAP) regulamentada no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

A política pública referente ao Programa Municipal de Alimentação Escolar (PROMAE) está inserida no PAA e está vinculada ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar (FNDE) sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação. Este programa compra 30% dos alimentos direto do produtor, que deve estar cadastrado em uma associação ou cooperativa. Como a ASSOLIMA está cadastrada no PAA, participa automaticamente das chamadas públicas municipais vinculadas ao PROMAE Municipal, o que não lhes garante a venda dos produtos, pois está apta a sofrer as mesmas obrigações e exigências do Programa.

Sobre os canais de distribuição, Souza Filho et al. (2009) classificam-nos como canal de distribuição longo e canal de distribuição curto. No canal curto, a distribuição é direta aos consumidores finais ou organizacionais, desempenhando todas as funções (plantar, cuidar, colher e vender) são responsáveis por todos os investimentos de custo-benefício. No canal longo, a distribuição é indireta, os atacadistas, varejistas e produtores (membros indiretos independentes) possuem responsabilidades específicas sendo geralmente associados com a grande especialização do canal e possuem o requerimento financeiro reduzido o que intenta uma coordenação das funções e atividades.

Destacamos as empresas atacadistas mais conhecidas pelo público em geral e que estão ligadas aos mercados públicos: as Centrais Estaduais de Abastecimentos (CEASAS) e a Companhia de Armazéns Gerais do Estado de São Paulo (CEAGESP). De acordo com (Souza Filho et al. 2009, p. 116):

Verifica-se que essa estrutura está associada a uma imagem de ineficiência, formação de grupos de interesse, perdas físicas no processo de comercialização e inoperância dos agentes públicos, inicialmente imaginados como protetores dos interesses da sociedade. (SOUZA FILHO et al. 2009, p.116).

Diante do exposto, Souza Filho et al. (2009, p.117) problematizam os canais longos de distribuição, ressaltando que estes, possuem o domínio da informação por parte de atacadistas referentes “às condições de comercialização e às condições físicas das mercadorias”.

O autor também nos pontua que: “Existe uma dispersão de recursos que resume os atacadistas com taxas acima do que seria uma remuneração competitiva, drenando parte do lucro dos produtores”. (SOUZA FILHO et al. ,2009, p.117).

Souza Filho et al. (2009, p. 117) observaram que a maior parte dos fornecedores desses centros atacadistas são produtores de grande porte e normalmente são especialistas em um tipo de cultura, há uma quantidade expressiva de produtos provenientes de outros Estados e fornecem os alimentos na colheita da safra e em determinada época do ano, fatores que beneficiam os atacadistas que comprem as mercadorias em grande quantidade.

A participação dos produtores familiares nos canais longos envolve a dificuldade de comunicação e o risco do descumprimento das negociações. (Souza Filho et al. 2009, p.117) destacam que:

Para os produtores familiares serem fornecedores potenciais dessas empresas, é necessário, inicialmente, estarem cientes da dificuldade de comunicação e do risco de inadimplência. Em seguida. Devem oferecer um volume maior de produtos, tomar os cuidados necessários na produção, colheita e transporte, para garantir a manutenção dos fatores visuais e buscar informações quanto aos requisitos de seleção necessários para cada tipo de produto a ser oferecido. (SOUZA FILHO et al., 2009, p.117).

Percebemos que as empresas varejistas estão sufocando o pequeno agricultor e a agricultura familiar que se vê impossibilitado de ampliar seu comércio frente ao tamanho e o poder de compra dos grandes varejistas. A ampliação e a aplicação de tecnologias avançadas estão levando muitas empresas a optarem pela constituição de centrais próprias de compra e distribuição de produtos, o que permite uma normatização, acondicionamento e distribuição dos alimentos.

Dessa forma, Souza Filho et al. (2009, p.118) observam que está ocorrendo “uma perda de importância dos atacados públicos na distribuição de produtos e crescente participação das empresas varejistas, que têm seu poder e influência aumentados nos últimos anos”.

Verifica-se assim, mais um enfrentamento dos agricultores familiares frente às políticas públicas ligadas ao agronegócio. Percebeu-se que a ASSOLIMA se inclui nesse contexto.

Recentemente a economia globalizada tem trazido mudanças nas relações político-econômicas referentes a instituições rurais no que se refere à políticas públicas da agricultura familiar. Mudanças políticas que estão obrigando a ASSOLIMA a se adaptar ao processo de

modernização do agronegócio e ao mesmo tempo, desenvolver caminhos de resistência à sobrevivência no campo. Nesse sentido, dialogaremos sobre a Associação inserida na política pública do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) entrelaçada com os conceitos de comunidade e de instituição aqui apresentados.

De acordo com o depoimento do Senhor Júnior, o impulso para se inscreverem neste Programa de PAA, foi quando, em 3 de novembro de 2014, aconteceu uma reunião convocada pela Secretaria Municipal da Promoção Social e pela presidência da ASSOLIMA (Senhor Leandro) com a presença do Prefeito Municipal Doutor Eloísio do Carmo Lourenço. Foi assim que se conseguiu reunir vários agricultores da região em torno do entendimento sobre o funcionamento da política da agricultura familiar. A reunião contou com a presença de mais ou menos 40 agricultores para ouvir a proposta lançada pela prefeitura. De acordo com o entrevistado, durante a explicação enfatizou-se que para o agricultor participar do programa do PAA, o primeiro passo seria se cadastrar em uma Associação ou Cooperativa Rural. Enfatizou-se também que o Programa era patrocinado pelo Governo Federal, que garantiria a baixa de juros aos empréstimos bancários, em facilitar a compra de carros do tipo saveiro e caminhonetes para transportar o alimento até a cidade, e a garantia da prefeitura em comprar os alimentos dos produtores cadastrados na ASSOLIMA, o que motivou muitos agricultores a se inscreverem na Associação. O prefeito na época propôs a compra de mercadorias através do PROMAE com a participação no Programa de Aquisição de Alimentos –PAA – que tem por finalidade a distribuição de alimentos em instituições como nos Centros de Educação Infantil (CEIs), asilos e hospitais.

Foi a partir da necessidade de inserir uma Associação para participar do Programa da Agricultura Familiar, proporcionado pelo Ministério da Agricultura, que a ASSOLIMA retornou, mas, agora, focalizada na agricultura familiar, ou seja, no desenvolvimento econômico. Dessa forma, podemos dizer que a ASSOLIMA que, por um tempo se tornou “apática”, reaparece dentro de uma realidade social que tende a valorizar o desenvolvimento econômico via agricultura familiar.

Os moradores, então, começam a se articularem para dialogar, juntos, sobre a aplicabilidade do programa governamental e uma das exigências era a de ser agricultor familiar⁷. Assim, a comunidade começa a se organizar, a desenvolver um trabalho que

⁷Segundo a Constituição brasileira, materializada na Lei nº 11.326 de julho de 2006, considera-se **agricultor familiar** aquele que desenvolve atividades econômicas no meio rural e que atende alguns requisitos básicos, tais como: não possuir propriedade rural maior que 4 módulos fiscais utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas da propriedade; e possuir a maior parte da renda familiar

pressupõe o aumento da produção de alimentos conseqüentemente o aumento da renda familiar. Foi preciso voltar a participar das reuniões para conversar sobre os problemas não somente de cunho econômico, mas também os sociais⁸, na coletividade. Percebe-se então que os interesses dos integrantes da ASSOLIMA vão além do trabalho pelas necessidades econômicas, pois perpassam pela possibilidade de um relacionamento mais próximo, além do trabalho. De acordo com Silva e Araújo-Olivera (2004, p.02):

Uma comunidade de trabalho, tal como a entendemos, se constitui em torno de objetivos comuns que ultrapassam a ordem do pessoal, se situam e enraízam em compromisso com a construção de uma sociedade justa que garanta iguais direitos e tratamento diverso para diferentes condições, circunstâncias, oportunidades sócio-histórico-sociais. (SILVA; ARAÚJO-OLIVERA, 2004, p.02).

Para a ASSOLIMA inserir-se no mundo econômico da agricultura familiar foi preciso dialogar e compartilhar⁹ conhecimentos, ou seja, foi preciso que integrassem mais no processo de ensinar e de aprender, afinal, sem o contato com o outro, sem a convivência, os diálogos para resolver as questões da produção e da renda financeira não seriam possíveis. Para Brandão (2005, p.86) ao longo de nossas vidas, além de aprendermos conosco mesmos, aprendemos em diferentes espaços os quais estamos integrados e aprendemos o tempo todo em qualquer ambiente composto por seres humanos ou só no ambiente físico, através de observações ou em contato com a natureza. O autor reflete sobre este processo de aprendizagem pontuando:

Mas, olhando de perto e de dentro, podemos pensar que ninguém ensina ninguém, porque o aprender é sempre um processo e é uma aventura interior que eu aprendo ao ler ou ao ouvir, provém de saberes e sentidos de outras pessoas. Chega a mim através de trocas, de reciprocidades, de interações com outras pessoas. (BRANDÃO, 2005, p. 86).

Após a ASSOLIMA entrar para o Programa de Agricultura Familiar, que é mantido pelo poder público local dentro das políticas públicas voltadas para o pequeno e médio produtor, o número de integrantes subiu de cinco (na época em que a Associação estava,

proveniente das atividades agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural.”(Regis Rodrigues de Almeida-s.d.).

⁸ Social aqui entendido como um espaço de diálogo sobre a ajuda a algum produtor relacionado à sua produção ou de auxílio médico/financeiro. Há também, momentos de lazer quando se organizam jantares comunitários para que ocorra um relacionamento mais humano entre seus integrantes.

⁹ Compartilhar aqui, no sentido de dividir experiências, visto que para que a Associação continue a dialogar com a Agricultura Familiar, foi preciso que uns colaborassem com os outros. Se um contrato não fosse cumprido, era a ASSOLIMA que respondia e não do agricultor que não cumpriu com o combinado.

segundo o provérbio popular; “caminhando a passos lentos”), para 30 agricultores da região do “Souza Lima”, o que inclui as cidades vizinhas de Bandeira do Sul, Campestre, Botelhos e Andradas, todas localizadas no Sul de Minas Gerais. São novas pessoas, novas aprendizagens, novos ensinamentos que acontecem o tempo todo, mesmo fora da reunião da ASSOLIMA.

Durante a reunião havia um espaço para que os integrantes partilhassem os acontecimentos referentes ao mês que antecedeu a reunião. Nesse momento, os agricultores partilhavam os principais acontecimentos bons ou ruins. Viver e aprender e ensinar são práticas que fazemos o tempo todo e muitas vezes não percebemos.

Faz-se necessário uma explicação detalhada para compreender esse processo. Os integrantes são divididos por produtos como abobrinha, banana, laranja, cenoura, hortaliças, tomate entre outros. Então há um prazo estipulado pelo Programa Municipal de Alimentação Escolar (PROMAE.). Neste estabelecimento são analisadas as mercadorias quanto à qualidade e a quantidade combinada, depois é expedida uma nota fiscal e um comprovante de qualidade.

Quando a entrega dos produtos combinados era bem-sucedida, a parte burocrática, como a entrega das notas fiscais e dos comprovantes de qualidades, agilizava o processo do retorno financeiro por parte da Prefeitura de Poços de Caldas. Quando algum produtor deixava de entregar a mercadoria combinada, a Associação deixaria de receber a parte financeira combinada, então, quando chegava o pagamento, o produtor que não cumpria com o combinado não recebia.

Para a Associação essa situação soava como um ponto negativo, pois o produtor, no momento da entrega representava a ASSOLIMA e não a si mesmo. Através de acertos e erros é que os produtores foram aprendendo em ambientes que exigissem o trabalho burocrático. Foram momentos de aprendizagem em ambientes diferentes como participar das reuniões da ASSOLIMA, do ambiente do PROMAE, na hora do lanche, no início, durante e final das reuniões, em jantares, em bingos, em casa, ou em qualquer outro lugar. Esses ambientes de aprendizagens Brandão (2005, p.87) chamam de *comunidades aprendentes*. Segundo o autor:

Pares, grupos, equipes, instituições sociais de associação e partilha de vida. Lugares onde ao lado do que se faz como o motivo principal do grupo (jogar futebol, reunir-se para viver uma experiência religiosa, trabalhar em prol da melhoria da qualidade de vida no bairro, e assim por diante) as pessoas estão também inter-trocando saberes entre elas. Estão *se* ensinando e aprendendo. (BRANDÃO, 2005, p. 87).

Ao lidar com a produção agrícola, lida-se com produtos químicos que podem afetar a vida humana e a vida animal. O que observamos foi que havia uma preocupação com o uso de

produtos químicos, pois para atender a demanda do programa, era preciso, em alguns locais, aumentar a produção o que implica no aumento do uso de agrotóxicos. Observei que foi um tema dialogado em todas as reuniões que participei.

Nessas reuniões havia um grupo que sempre falava da possibilidade de lançar uma campanha a favor da agricultura orgânica. O argumento utilizado por esse grupo foi justamente a preservação de todo o tipo de vida e vida saudável, regada de bens que a natureza se encarrega de fornecer à vida neste mundo. Mesmo sendo um grupo minoritário, praticamente em todas as reuniões, lembravam-se da agricultura orgânica. Percebemos que há agricultores que possuem um pedaço de terra separado para a produção de sobrevivência e que não utilizam agrotóxicos. A maioria não concordava e defendia a ideia de que sem o uso dos insumos químicos, a produção não atenderia a demanda do mercado local. A preocupação deste grupo não era sem sentido, pois afinal, estamos lidando com uma comunidade que aprende, mas que também ensina. A preocupação remete à vida, fato que vem de encontro com as palavras de Dussel (2007), à vontade de vida.

Percebemos que os integrantes da ASSOLIMA preocupam com as outras formas de vida, porém no momento, a questão maior é o desenvolvimento da produção agrícola, mas com o uso consciente de agrotóxico, ou seja, usá-lo dentro das normas e regras estabelecidas pelo Ministério do Meio Ambiente de acordo com a Lei 7802/89, que prevê o controle do uso de agrotóxicos no desenvolvimento da agricultura no país.

Viver em comunidade exige preocupações com todo tipo de vida, sendo assim e de acordo com (Almeida et al 2013):

Temos refletido sobre diversas cosmovisões que situam o sentido de comunidade num patamar amplo e complexo, quando deixa de considerar em sua formação apenas os seres humanos, abrangendo também o que aqui chamamos de *tudo* que, por sua vez inclui: outros seres vivos animados, inanimados, visíveis e invisíveis, cujas relações dinâmicas compõem um determinado ecossistema de vida e de trabalho. (ALMEIDA et al, 2013, p.50).

Nessa direção, pressupõe-se que a ASSOLIMA caminha em direção a uma cultura de consciência ambiental quando há um grupo que incentiva a produção orgânica entre seus associados. Sabemos que no momento atual, o mercado exige qualidade na produção e em pouco tempo, o que dificulta a espera do desenvolvimento natural da planta.

Neste momento de diálogos, se fez necessária uma convivência em que se objetiva a participação de todos, através de ações políticas coletivizadas, que proporcionaram abrir espaços para novos relacionamentos do ensino-aprendizagem. Pode-se citar, como exemplo, a

aproximação com a Secretaria de Assuntos Rurais que no momento está servindo como uma ponte para assegurar o cumprimento das normas e regras do Programa de Agricultura Familiar e a organização dos jantares no sentido de estreitar as relações descontraidamente, ou como uma forma de conhecer melhor o outro.

Com a integração da ASSOLIMA nos programas governamentais, ela assumiu um poder que a comunidade não imaginava. Agora, percebeu-se que todos os integrantes da Associação, procuram esta instituição para tentar resolver os problemas. Dessa maneira, se a ASSOLIMA se afirmar como última instância do poder na Região do “Souza Lima” consistiria em fetichismo do poder e a possível corrupção de todos aqueles que intencionam exercer o poder da presidência da Associação, pois, se assim acontecer, o poder tornar-se-á centralizado, acima das opiniões e objetivos do grupo.

A criação desse espaço político abriu caminhos para a prática do poder político, fazendo ou usando a Associação como intermediária nas reivindicações quanto ao atendimento das necessidades da comunidade “Souza Lima” e das políticas públicas, junto ao governo municipal estabelecido. Para essa situação, Dussel (2007, p.16) nos faz compreender que:

Todo exercício do poder de toda instituição (do presidente até o policial) ou de toda função política (quando, por exemplo, o cidadão se reúne em conselho aberto ou elege um representante) tem como primeira e última o *poder da comunidade política* (ou do *povo*, em sentido estrito.). (DUSSEL, 2007, p.16).

A ASSOLIMA até o momento ampliou o seu espaço de influência no setor de políticas públicas voltadas para o setor agrícola na região, o que a torna respeitada na mesma proporção que é questionada, pois não temos o mesmo olhar para as mesmas situações. Há o risco de se perder o sentido comunitário dentro dessa amplitude. Quanto mais se amplia o grau de influência, mais próxima a comunidade deve ficar para que a prática da convivência e do diálogo não sejam a base de conflitos, e sim de conscientização da importância de se viver comunitariamente.

O não aludir, o cortar as relações com o exercício delegado de poder com o poder da comunidade, fetichiza, e corrompe o exercício do poder do representante em qualquer função. Assim, a comunidade deve ficar atenta, pois de acordo com Dussel (2007) esta corrupção pode ser dupla: de um lado o representante da ASSOLIMA querer ser soberano do poder, de outro a comunidade política permitir e pode tornar-se servil em vez de ator da construção de um projeto político na Associação.

Nesse sentido, Dussel (2007, p.47) destaca que:

Quando o poder se define institucional, objetiva ou sistematicamente *como dominação*, no melhor dos casos proclamado como poder *do povo, pelo povo, e para o povo*, as reivindicações populares nunca poderão ser cumpridas, porque o poder funciona como uma instância separada, extrínseca, dominadora “de cima” sobre o povo. (DUSSEL, 2007, p. 47).

Quando a comunidade da região do “Souza Lima” desejou institucionalizar o poder político em uma Associação intencionou-se oportunizar a participação de todos moradores que quisessem opinar em situações que poderiam beneficiar a comunidade. Assim, e de acordo com Dussel (2007, p.25) “o ser humano é originalmente comunitário”. Os integrantes da ASSOLIMA têm que conviver com pessoas as quais não conheciam. Afinal, o Associação integrada à política da produção agrícola, atraiu membros de outras localidades com ideais diferentes.

Percebemos que nem todos concordavam com as decisões coletivas e alguns integrantes insatisfeitos deixaram de participar das reuniões. Essas desistências serviram de base para refletir sobre a função da ASSOLIMA. Será a Associação uma instituição apenas de função econômica? O que aconteceu para que ocorressem desistências? A resposta a essas questões buscamos uma justificativa em Dussel (2007, p.27) quando coloca que:

Quanto mais participação os membros singulares na comunidade de vida têm, mais se cumprem as reivindicações particulares e comuns; por convicção raciocinada, o poder da comunidade, o poder do povo, transforma-se em muralha que protege e em um motor que produz e inova. (DUSSEL, 2007, p. 27).

Assim, pode-se pensar a ASSOLIMA como uma instituição política que deve usar das estratégias dusselianas como a vontade-de-viver, e o consenso racional, que oportunizem ouvir as críticas e elogios visando melhorias nos relacionamentos políticos e sociais entre todos na construção do poder político e assim obtendo resultados que beneficiem a comunidade toda, incluindo seus familiares. Essas estratégias, Dussel (2007, p.28) chama de:

factibilidade estratégica, ou seja, a possibilidade de realizar com razão instrumental e empiricamente os propósitos da vida humana e seu aumento histórico, dentro do sistema de legitimação que se desenvolveu, e das instituições (microsociais ou macropolíticas) que tornam, por sua vez, possíveis as outras duas esferas, é, a terceira determinação construtiva do *poder político*. (DUSSEL, 2007, p. 28).

Estrategicamente a objetividade da tomada de decisões em conjunto sugere um exercício de divisão de poderes, o que dificulta o aparecimento do orgulho pessoal do estar no poder. Para Dussel (2007), quando se tem autonomia para liderar sem autoritarismos, sem imposições, é a ação da *potentia*, isto é, o poder do povo.

O líder eleito deve atender aos desejos da comunidade mediando os conflitos se utilizando de processos educativos e das práticas sociais para se chegar a um consenso. Dussel (2007, p.39) destaca que: “O que manda é o representante que deve cumprir uma função da *potestas*. É eleito para exercer *delegadamente* o poder da comunidade; deve fazê-lo em função das exigências, reivindicações, necessidades da comunidade”.

CAPÍTULO II - REFERENCIAL METODOLÓGICO

Neste capítulo abordo os procedimentos metodológicos que impulsionaram a coleta de dados visando e a análise destes no atendimento ao objetivo proposto para esta pesquisa. Cabe destacar que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética da UFSCar sob o número do CEP:1.904.859¹⁰ e que os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)¹¹ para o uso das informações e das imagens.

Freire (2014) destaca a importância do diálogo na construção da consciência que transforma as aprendizagens e os ensinamentos em práticas que direcionam para uma convivência. Assim, de acordo com o autor, é utilizando da palavra que poderemos construir e constituir um novo mundo baseado no diálogo para a resolução dos conflitos. Neste sentido, Freire (2014, p.107) pontua que:

Quando tentamos um adentramento no diálogo como fenômeno humano, se nos revela algo que já poderemos dizer se ele mesmo: a *palavra*. Mas, ao encontrarmos a palavra, na análise do diálogo, como algo mais que um meio para que ele se faça, se nos impõe buscar, também, seus elementos constitutivos. (FREIRE, 2014, p. 107).

O papel do pesquisador em Educação, segundo Brandão (2014), é o de refletir sobre o diálogo científico por parte do pesquisador entre as ciências, em prol do ser humano. Atualmente vivemos um tempo em que a razão de ser, de buscar seres vivos, está na interação e no diálogo entre as pessoas, entre as artes, entre as espiritualidades e entre as tradições culturais o qual “deveria crescer sempre entre um lado e o outro lado” (BRANDÃO, 2014, p.12).

Para o autor, a finalidade primeira do conhecimento é o de buscar, de criar, de demonstrar, de rebuscar e recriar respostas às verdadeiras necessidades humanas e que os processos educativos e as práticas sociais de vocação humanistas devem partir do lugar social da comunidade concreta, cotidiana e reflexivamente de modo a atender, na prática as reais necessidades teóricas e práticas. Assim, a educação cria conectividades formando um alicerce, inclusão sobre a qual se pisa ao caminhar e acima do qual resta reconstruir toda a casa do ser. Somente o ser humano é imprevisível. Para Brandão (2014, p.14) “o diálogo deve ser livre e solidário, pois é a origem e o destino do que se vive e do que se aprende, é o acontecer do aprender, a saber, ”.

¹⁰ Em anexo.

¹¹ Em anexo.

Não podemos transformar o saber em uma mercadoria, é preciso que a educação e o pesquisador tenham coragem de caminhar lado a lado e a favor da plenitude da realização humana. O destino do verdadeiro saber é desencadear novos saberes, pois todo o conhecimento passa pela Educação. Educação esta que deve estar atenta ao saber popular comunitário, social, cultural e econômico, ou seja, a favor de um projeto de vida. A Educação deve estar voltada para os processos educativos e as práticas sociais da convivência, do diálogo, do respeito, visando um sentido prático, produtivo e humanizado. Nesse sentido, no processo de pesquisa não há apenas um envolvimento com o trabalho, mas também pelo respeito à vida.

(Oliveira et al. 2014) nos pontuam que:

Envolver-se pelo trabalho, a vontade de melhor conhecer, o saber e o sabor da convivência, nos remete a pensamentos e sentimentos, que de nosso ponto de vista não são antagônicos à rigorosidade científica, ao contrário, atribuem ao fazer ciência um especial rigor: amorosidade, acolhimento, indignação, simplicidade, colaboração. Um desejo de tornar-se mais humano, de humanizar-se no sentido de vida mais junta. (OLIVEIRA et al. 2014, p. 43).

Para atuar junto a outros grupos se faz necessário o diálogo, a convivência, a aproximação compreensiva e acima de tudo, aproximação humana. Compartilhar ideologias e inquietações entre os ambientes sociais e associações, favorecem e contribuem para o diálogo e a convivência coletiva.

Os processos educativos, a prática social da convivência e o diálogo geram interações entre as pessoas provocando o engajamento das mesmas. A inserção dialógica do pesquisador favorece a construção de conhecimentos de ambos os lados.

Silva (1987) destaca a importância da convivência e o respeitar o outro em sua plenitude. Essa reflexão ajudou-me a compreender os processos educativos entre os moradores da Região do “Souza Lima”. De acordo com Silva (1987, p.23):

A organização econômica e a estrutura social (dela advinda), perpassam a vida do camponês, do trabalhador rural, não só nas relações de produção, como nas que mantêm com a própria família, a sua comunidade, a sociedade mais ampla. (SILVA, 1987, p. 23).

Assim, nós pesquisadores devemos estar envolvidos com os processos educativos e as práticas sociais em educação e com o olhar para convivência além da pesquisa. É no dia a dia que construímos a convivência baseada no conhecer, no aprender, no respeitar a cultura do

outro, livre de preconceitos. É preciso estar alerta às novas aprendizagens, que somente a convivência permite que este ensino-aprendizagem ocorra compreensivamente.

De acordo com Bogdan e Biklen (1994, p.48):

Os investigadores qualitativos frequentam os locais de estudo porque se preocupam com o contexto. Entendem que as ações podem ser melhor compreendidas quando são observadas no seu ambiente habitual de ocorrência. (BOGDAN; BIKLEN, 1994, P.48).

1.1 - Procedimentos metodológicos

Para falarmos em metodologia partiremos de sua função social e do papel do pesquisador frente ao objeto de estudo. A metodologia não é captação de dados empíricos. Ela deve ser entendida como um movimento reflexivo utilizado pelos pesquisadores para ajudar na análise dos processos investigativos. Desse modo, (Oliveira et al. 2014) nos apontam que:

O (a) Pesquisador não é externo (a) ao fenômeno estudado, pois sua motivação para conhecer e seu interesse partem do engajamento ao objeto de estudo. Esses interesses movem aqueles (as) que, com seu trabalho, procuram inferir na realidade e, nela, buscam ampliar compreensões acerca de processo humanos. (OLIVEIRA et al, 2014, p.119).

No sentido de atingirmos o objetivo geral para este estudo - compreender os processos educativos que contribuem para a formação da ASSOLIMA como comunidade política por meio da convivência - foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa voltada para a observação participante, tendo em vista os processos educativos que emergem da convivência entre os integrantes da ASSOLIMA.

A validade em se optar pela pesquisa qualitativa está relacionada com a responsabilidade no tratamento das informações obtidas e nas decisões da pesquisadora, envolvendo preocupação ética. Ao observar os processos educativos e a prática social da convivência, no sentido de verificar a construção de uma comunidade política entre os membros da ASSOLIMA, ocorre o processo de observador e observado; ao mesmo tempo em que nós pesquisadores estamos observando as relações sociais entre os pesquisados durante as inserções, estamos sendo também observados por esses mesmos integrantes.

Há uma troca de olhares e sentimentos quase inconscientemente, afinal estamos fazendo parte do grupo naquele momento, mas não pertencemos ao grupo. Ghedin e Franco

(2011, p.114), ressaltam que: “O principal elemento metodológico é o próprio pesquisador, que deve entrar em contato contínuo e prolongado com seu objeto de conhecimento”.

Assim, a investigação qualitativa se caracteriza como um elemento fundamental de privilegiar os processos educativos no contexto da prática social o que contribui para uma análise dos dados e para verificação dos significados dos resultados obtidos. De acordo com Bogdan e Biklen (1994, p.16):

Os dados recolhidos são designados por qualitativos, o que significa ricos em pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversa, e de complexo tratamento estatístico. As questões a investigar não se estabelecem mediante operacionalização de variáveis, sendo, outrossim, formuladas com objetivo de investigar os fenômenos em toda a sua complexidade e em contexto natural. (BOGDAN; BIKLEN, 1994 p.16).

Quando o pesquisador direciona o seu olhar para os processos educativos, as práticas sociais carregam consigo seus significados. De acordo com Silva, (1987, p.102), ao pesquisar somos também pesquisadores num relacionamento voltado para uma parceria de significações. Dessa maneira, a autora nos revela que:

Tendo em vista que o ser humano é intrinsecamente mostração, é se fazer ver; que, ao se dar ao mundo como os outros e pelos outros, para significá-lo, também é significado e significa-se a si mesmo, a captação da vivência de se educar, no presente trabalho, deu-se numa relação entre sujeitos, numa situação imediata sempre presente. (SILVA, 1987, p. 102).

Os sentimentos de simplicidade deverão seguir à frente de toda a trajetória da pesquisa, então o diálogo se apresenta como um processo que favorecerá a construção de conhecimentos de ambos os lados: o do pesquisador e dos pesquisados. De acordo com (Oliveira et al. 2014):

O processo de pesquisar também é um processo de permitir pesquisar-se. O movimento que busca compreender, ampliar o conhecimento sobre o mundo, transformando-o, é também movimento que busca compreender a si mesmo, num reencontro com sua humanidade, com seres humanos, seres no mundo. Processos educativos dialógicos que se dão nesta prática não são um simples trocar de ideias: São um encontro de seres humanos, um ato de criação. (OLIVEIRA et al., 2014 p. 129).

A convivência, o saber ouvir, a simplicidade, o diálogo participativo e não impositivo são estratégias que facilitam a formação de conhecimento entre o observador e o observado. Assim, Minayo (2014, p.273) propõe que:

A observação participante pode ser considerada parte essencial do trabalho de campo na pesquisa qualitativa. Sua importância é de tal ordem que alguns estudiosos a tomam não apenas como uma estratégia no conjunto da investigação, mas como um método em si mesmo, para compressão da realidade. (MINAYO, 2014, p.273).

De acordo com Minayo (2014), ao observar o pesquisador necessita desenvolver uma afinidade com os observados, pois esta, faz parte de um procedimento metodológico que começa a partir do momento da permissão e aceitação no grupo que será pesquisado. Desse modo, há uma corroboração entre o observador e o observado e conseqüentemente, um entrelaçamento de consciências mesmo que por tempo pré-determinado. Nesse sentido, Minayo (2014, p.281) nos pontua que: “A consciência, dos dois lados, de uma relação temporária (enquanto dura o trabalho de campo) ajuda a minimizar os problemas de envolvimento que inevitavelmente acontecem, pondo em questão a suposta “objetividade” nas relações.

No cotidiano vivemos de observações. Dessa maneira, Laville e Dionne (1999, p.176) ressaltam que: “A observação participa também de uma ampla variedade de descobertas e de aprendizagens realizada pelos homens”.

Há uma responsabilidade humana por parte do pesquisador em Educação em coletar os dados sem se prender a preconceitos e críticas que prejudiquem a convivência e a formação de um diálogo consciente e construtivo. Oliveira et al. (2014) nos atentam para: “a aproximação com o grupo com quem vamos pesquisar é um momento muito importante de um processo que se pretende ser realizado de forma dialógica, coletiva, participativa”. (OLIVEIRA et al. 2014, p.127)

Como pesquisadores temos que nos aproximar do grupo ou da pessoa com a qual se intenciona a pesquisar, temos que nos inserir de maneira tal que vamos nos dialogando, nos respeitando, nos compreendendo; nos tornando mais humanos. Assim, se faz necessária uma postura ética por parte do pesquisador que envolva o diálogo e o respeito aos posicionamentos políticos, religiosos, sociais e culturais relacionados aos pesquisados, agindo de maneira coerente.

(Oliveira et al. 2014) refletem sobre o relacionamento entre o pesquisador e os processos educativos se utilizando da observação participante. “Na relação de comunhão,

conhecimentos são colocados à disposição, e respeitados num processo de conscientização em que todos ampliam o conhecimento acerca daquela realidade, do estar no mundo”. (OLIVEIRA et al. 2014, p. 125).

Para participar das reuniões da ASSOLIMA, não foi uma tarefa difícil, uma vez que sou professora de História de filhos de vários associados, pois as reuniões acontecem, como já mencionado, todas as segundas quartas-feiras de cada mês, no Salão de Eventos da Escola Municipal “Professora Carmélia de Castro”. Em abril de 2015, cheguei para participar da reunião mais cedo para justificar junto ao Presidente da Associação, Senhor Leandro, o objetivo de minha presença. Fui, então, apresentada a todos, alguns com olhares desconfiados, outros com olhares de confiança, estes já me conheciam, foi dada a oportunidade de justificar-me a perante todos. No momento, percebi que para conquistar a confiança de todo o grupo teria que dialogar, sempre destacando a importância da pesquisa no sentido de compartilhar com a comunidade uma troca de saberes, a dos pesquisados e minha enquanto pesquisadora. Enquanto pesquisadora sou, ao mesmo tempo, observadora e observada. Os olhares e os saberes estavam atentos, o silêncio ao ouvir a minha fala revelou-me que a construção de saberes em parceria, seria o caminho para conhecer a realidade do objeto de estudo (ASSOLIMA) em tempo real. Seria preciso aproximar-me de alguém para que este se tornasse um colaborador. Foi o que fiz, aproximando-me do Senhor Francisco, pois já havia sido professora de seus filhos. Pronto, foi um porto seguro! Para observar foi preciso saber ouvir, ver, falar, selecionar o que anotar sistematicamente. Foi preciso ter autodisciplina, observar atentamente e não julgar, mas apenas pesquisar, colaborar, assim, fui aprendendo, percebendo e julgando apenas as minhas próprias anotações. Falei também da importância do retorno dos resultados de minha pesquisa para que o grupo percebesse que a historização da Associação seria uma forma de registrar os pontos de destaque da própria comunidade. Naquele momento, não houve questionamentos, apenas olhares atentos, o que me deixou com o sentimento de que seria preciso dar um primeiro passo: passar confiança aos associados.

Dessa forma, Laville e Dionne (1999, p.176) nos pontuam que:

A observação revela-se certamente nosso privilegiado modo de contato com o real: é observando que nos situamos, orientamos nossos deslocamentos, reconhecemos as pessoas, emitimos juízos sobre elas. A observação participa também de uma ampla variedade de descobertas e de aprendizagens realizadas pelos homens. Não é, pois, surpreendente que as observações tenham também um papel importante na construção dos saberes, no sentido em que a expressão é entendida em ciências humanas. (LAVILLE; DIONNE, 1999, p.176).

Tendo em vista, o desenvolvimento da pesquisa através da técnica da observação participante, optei por utilizar a observação não estruturada que, de acordo com Laville e Dionne (1999), a coleta de informações deve ser sistemática, pois é praticamente impossível anotar as informações imediatamente, pode ser arriscado e gerar desconfiança perante os pesquisados. Por isso anotei os pontos principais para depois redigir um texto baseado nas minhas rápidas anotações e também na minha memória.

Para os registros de dados foram utilizados os diários de campo para detalhar as observações e informações de conversas significativas para, posteriormente, analisar e refletir sobre as anotações. A utilização do diário de campo facilitou-me o desenvolvimento do ato de escrever, do ato de observar com atenção e do descrever com precisão.

Dessa maneira, Brandão (1982, p.13) destaca a importância da observação dos detalhes que fazem a diferença no olhar do pesquisador. Segundo o autor “uma pequena observação que naquele momento o pesquisador enxerga, mas não vê, quando da anotação no diário pode ser o caminho da resposta aos objetivos da pesquisa”.

O diário de campo foi para mim um importante instrumento, uma técnica fundamental que permitiu uma análise reflexiva sobre os processos educativos que são construídos através da prática da convivência.

Serviu, também, para registrar a minha experiência. Tive a oportunidade de exercitar a minha observação relacionada ao meu próprio comportamento e o do grupo social em estudo. Nele pude relacionar os eventos observados, diálogos e postura do grupo e/ou das pessoas observadas e entrevistadas, permitiu-me descrever e analisar o que foi observado. Revelou-me, também, como as relações entre eu como pesquisadora e os pesquisados estavam se desenvolvendo no sentido de analisar a nossa própria convivência. O diário serviu para reter a memória da pesquisa me auxiliando na visualização do que foi e do que não foi registrado/observado e para verificar as intervenções ocultas e/ou percebidas nas falas dos observados e dos entrevistados.

De acordo com Bogdan e Biklen (1994, p.150-151):

As notas de campo podem originar em cada estudo um diário pessoal que ajuda o investigador a acompanhar o desenvolvimento do projeto, a visualizar como é que o plano de investigação foi afectado pelos dados recolhidos, e a tornar-se consciente de como ele ou ela foram influenciados pelos dados. (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p.150-151).

Sendo assim, não basta apenas anotarmos as observações, é preciso teorizá-las. Estudar as anotações exige uma disciplina intelectual que demanda humildade e paciência, pois o registro das observações podem nos ajudar a encontrar detalhes que podem estar além da resposta que buscamos. Portanto, analisar esses registros e de acordo com Freire (2009) é estar ao mesmo tempo, criando e recriando ideias baseadas em fundamentos teóricos. Nesse sentido, Freire (2009, p.59) nos pontua que: “Um texto para ser lido é um texto para ser estudado. Um texto para ser estudado, é um texto para ser interpretado.”

Assim, Bosi (2003) destaca a importância do ato de ler, de compreender, de ser simples ao realizar uma pesquisa em Educação. A autora nos revela que para se obter uma entrevista que atenda aos objetivos se faz necessário o não constranger e valorizar a entrevista em seu meio cultural, recorrer ao máximo de informação sobre o assunto temático para que o entrevistado se sinta estimulado a dialogar.

A memória oral foi utilizada no sentido de registrar a história da ASSOLIMA, via relatos orais, uma vez que não se encontrou materiais escritos, até então, sobre esta Associação. Para que esta técnica se devolvesse, foi preciso organizar um local onde outras pessoas, além da própria família, pudessem participar de uma entrevista semiestruturada coletiva. Como já havia se aproximado do Senhor Francisco, este prontamente ofereceu a sua casa para que esta entrevista acontecesse. A casa fica localizada em uma pequena propriedade rural na Região do “Souza Lima”.

A entrevista semiestruturada coletiva (coletiva porque as perguntas eram direcionadas para o grupo e não individualmente) foi utilizada no sentido de valorizar a resposta livre e a atuação do pesquisador. As questões giraram em torno da formação histórica da ASSOLIMA, o porquê da participação na Associação, a verificação dos pontos positivos e negativos, os pontos de conflitos e consensos, o que poderia melhorar e qual a contribuição do entrevistado para o grupo. Além dessa modalidade de entrevista, também utilizei entrevistas individuais e entrevistas com dois participantes.

O roteiro semiestruturado permitiu que os entrevistados pudessem falar espontaneamente sobre a temática da pesquisa, no decorrer da conversa foram surgindo outras questões não previstas em função das interações entre a pesquisadora e os pesquisados. Nesse sentido, Minayo (2014, p.191), assim descreve a importância desta técnica para esta modalidade:

Para essa modalidade de abordagem, o *roteiro* deve desdobrar os vários indicadores considerados essenciais e suficientes em tópicos que completam a abrangência das informações esperadas. Os tópicos devem funcionar apenas como lembretes, devendo, na medida do possível, ser memorizadas pelo investigador quando está em campo. Servindo de orientação e guia para o andamento da interlocução, o roteiro deve ser construído de forma que permita a flexibilidade as *conversas* e a absorver novos temas e questões trazidas pelo interlocutor como sendo de sua estrutura de relevância. (MINAYO, 2014, p.191).

Do roteiro inicial para as entrevistas constavam as seguintes perguntas:

- ✓ Na sua opinião por que a ASSOLIMA foi criada?
- ✓ Como é a convivência entre os membros da ASSOLIMA?
- ✓ A agricultura conseguiria sobreviver sem o Programa de Aquisição de Alimentos?

Analisando as descrições das entrevistas, percebi o desdobramento de tais questões e inúmeras outras no decorrer das entrevistas. Assim, tecnicamente, ao final das entrevistas, observei o seguinte rol de questões:

<p>Quadro 4: Sobre a História da criação da ASSOLIMA</p>
<ol style="list-style-type: none"> 1. Como viviam os moradores antes da criação da ASSOLIMA? 2. Como conviviam os moradores no antes e no depois da criação da ASSOLIMA?
<p>Quadro 5: Sobre as características gerais da ASSOLIMA foram propostas as seguintes questões:</p>
<ol style="list-style-type: none"> 1. Onde moram, nas proximidades da Associação ou em cidade vizinhas? 2. Quantos membros ativos haviam no passado e agora? 3. São sitiantes, fazendeiros, pequenos ou médios produtores? 4. Já haviam participado da produção agrícola em regime de parceria? 5. Quais motivos levaram você a participar da Associação Comunitária da região do “Souza Lima” (ASSOLIMA). 6. Quais os pontos positivos e negativos que você observa na Associação? 7. No que você acredita que contribui para a Associação? 8. O que você está aprendendo participando da ASSOLIMA? 9. Depois de entrar na ASSOLIMA, que melhorias, em sentido geral, você alcançou? 10. Na sua opinião, como é a convivência entre os membros da Associação?
<p>Quadro 6: Sobre Comunidade política</p>
<ol style="list-style-type: none"> 1. Na sua opinião, o que as pessoas que compõem a ASSOLIMA têm em comum? 2. Na sua opinião, quais são os pontos conflituosos? 3. Quais são os pontos de consenso? 4. Na sua opinião o que significa a palavra comunidade? 5. Qual é o seu sentimento em participar da Associação?

6. Quais são as vantagens em participar de uma Associação?
7. Há desvantagens?
8. Você considera a Associação como uma instituição política?
9. O que seria uma instituição para você?
10. Você acredita que os seres humanos têm vontade de viver em comunidade?
11. Você acha que a ASSOLIMA é a associação poderosa?
12. O que é ter poder para você?
13. Como você define a ASSOLIMA?
14. O que você ensina e aprende estando participando de uma associação?
15. Como é a convivência fora das reuniões da Associação?
16. O que você acha em viver ou participar de uma comunidade?

Para que a memória oral acontecesse foi preciso esta parceria entre a oralidade e o roteiro no sentido de focar os diálogos no tema principal: a Associação e sua influência na convivência entre os moradores da região da ASSOLIMA.

Algumas vezes eu tive que retornar, delicadamente, ao objetivo da pesquisa, pois de acordo com Bosi (1994, p.39):

A memória é um cabedal infinito do qual só registramos fragmentos. Frequentemente, as mais vivas recordações, afloram depois da entrevista, na hora do cafezinho, na escada, no jardim, ou na despedida no portão. Muitas passagens não foram registradas, foram contadas em confiança, como confidências. Continuando a escutar ouviríamos outro tanto e ainda mais. Lembrança puxa lembrança e seria preciso um escutador infinito. (BOSI, 1994, p.39).

Como um assunto puxava outro, a condição da entrevista não se restringia apenas na sala da casa, se estendia para a cozinha, para o quintal, para a horta, para o jardim.

A memória oral garante uma fonte de informações centradas em dados que permite analisar os momentos relacionados com a temática da pesquisa sob vários aspectos e pontos de vista, assim garante a sobrevivência da história social-escrita. Desse modo, Thompson (1992, p.25) pontua:

No sentido mais geral, uma vez que a experiência de vida das pessoas de todo o tipo possa ser utilizada como matéria-prima, a história ganha nova dimensão. A história oral oferece, quanto a sua natureza, uma fonte bastante semelhante à autobiografia publicada, mas com maior alcance. (THOMPSON, 1992, p.25).

Recordar é viver, é manter a memória ativa, é uma verdadeira terapia. Nós necessitamos ter a oportunidade de exprimir nossos sentimentos, conversar sobre nossos problemas individuais e/ou coletivos no desejo de compartilhar e transmitir nossas

experiências. Então, em se tratando de memória oral, além da individual, a memória coletiva se faz presente. O ser humano precisa participar dos acontecimentos sociais, históricos para manter a sua memória. Apesar de cada indivíduo ter a sua interpretação própria dos fatos ocorridos, as lembranças coletivas são mais fáceis de guardar e de se efetivar.

Quem conta a história de modo memorial é porque foi testemunha. A convivência mantém viva as lembranças e ajuda a reconstruir a memória coletiva. A falta dessa convivência tende a enfraquecê-la. Cada ser humano possui a sua própria história, mas o convívio no coletivo torna a nossa história também coletiva. De acordo com Halbwachs (2006) “É bem verdade que em cada consciência individual, as imagens e os pensamentos que resultam dos diversos ambientes que atravessamos se sucedem segundo uma ordem nova e que, neste sentido, cada um de nós tem uma história”. (HALBWACHS, 2006, p. 57).

A lembrança está ali. Quantas vezes ao sentirmos um cheiro, encontrarmos uma foto antiga, uma peça de roupa ou um objeto, remetem-nos há tempos a tal ponto que lamentamos ou nos alegamos dos acontecimentos passados. A intuição sensível é então recriada. Em uma conversa de pessoas que conviveram num mesmo espaço territorial por tempos, esta lembrança se torna coletiva. Divisão essa que permite a durabilidade da memória por tempos, que permite a sua formação histórica no coletivo. Memória, tempo, história e espaço caminham juntos em busca de reescrever e reconstruir a memória acrescentando um significado novo dentro de uma mesma finalidade.

Considerando a memória como um processo que obriga o relacionamento do indivíduo com a sociedade, esta traz em si uma maneira particular de inserção do ser humano nos mais variados grupos em que este participou e/ou participa, o que implica automaticamente na reconstrução das lembranças, fazendo com que o espaço, o tempo, a história, a convivência, o diálogo, figurem dentro de um sentimento comum de realidade. Sentimento este que é constituído pelo convívio em grupo. Dessa forma, entendemos que:

A construção e a narração da memória do passado, tanto coletiva quanto individual, constitui um processo social ativo que exige ao mesmo tempo engenho e arte, aprendizado com os outros e vigor imaginativo. Nisto, as narrativas são utilizadas, acima de tudo, para caracterizar as comunidades e os indivíduos e para transmitir suas atitudes. (THOMPSON, 1992, p. 185).

Sendo assim, é importante que se valorize a memória, a convivência e a experiência passada em função do desenvolvimento do presente e da construção de um convívio futuro e em comunidade.

A memória é um conjunto de bens orais que pode ser considerado um patrimônio, uma riqueza, um acervo memorial infinito. Muitas memórias são contadas em confiança e lembrança puxa lembranças. Bosi (1994) afirma que o passado se conserva e é atual no presente. Há a memória corporal e comportamental que são, também, autênticas liberações do passado. Sem a memória há um processo de aculturação. É no passado que se convive com o presente e recria a natureza humana por um processo contínuo de lembranças e de revivamento dos momentos sentidos e observados. Voltar ao passado é, de acordo com Bosi (1994), para buscar nele o que se relaciona com suas preocupações atuais.

Para Bosi (1994), lembrar é recordar o passado, é manter viva a história, a vivência e sobrevivência de cada um. Assim, a autora nos pontua que: “A lembrança é a sobrevivência do passado. O passado, conservando-se no espírito de cada ser humano, aflora à consciência na forma de imagens-lembrança. A sua forma pura seria a imagem presente nos sonhos e nos devaneios”. (BOSI, 1994, p.53).

1.2 – Local de desenvolvimento da pesquisa

Seguem abaixo, figuras ilustrativas do local de desenvolvimento da pesquisa:

Figura 1: Localização- Poços de Caldas- MG



Fonte: Google Maps, 2016.

Figura 2: Escola Municipal Professora Carmélia de Castro



Fonte: Google Maps .jan. 2015.

Figura 3: Salão de Eventos da Escola Municipal Profª Carmélia de Castro.



Fonte: Acervo ASSSOLIMA. Mar 2016.

Figura 4: 1ª Festa do Milho, 1996



Fonte: Acervo particular.

De acordo com Minayo (2014), a entrevista é uma das técnicas de pesquisa que privilegia a comunicação. É uma conversa entre seres humanos, destinadas a construir informações relacionadas ao objeto de estudo. A entrevista foi um instrumento utilizado no sentido de construir informações e saberes visando atingir o objeto e o objetivo da pesquisa.

As entrevistas foram realizadas na casa de dois moradores da Região do “Souza Lima”, no Escritório da Secretaria Municipal de Assuntos Rurais, no escritório da representação do Ministério da Agricultura, e no salão de eventos do Departamento Municipal de Eletricidade (DME) - Curso sobre a Agricultura Familiar. De acordo com Minayo (2014,p.262):

a entrevista como fonte de informação fornece dados [...] que constituem uma representação da realidade: ideias, crenças, maneira de pensar; opiniões, sentimentos, maneiras de sentir; maneiras de atuar; condutas; projeções para o futuro; razões conscientes ou inconscientes de determinadas atitudes e comportamentos. (MINAYO,2014, p. 262).

A entrevista realizada no DME foi a única em que não se teve permissão para gravar, pois foi um curso em que fui convidada a participar por estar relacionado com a pesquisa.

As entrevistas foram realizadas nas casas de dois associados, agendadas para os sábados e/ou domingo no período da manhã ou da tarde.

Na primeira entrevista, foram convidadas pessoas que participaram da criação da Associação. Participaram os três membros da mesma família (cederam o local para a realização da pesquisa): Senhor Francisco, Senhora Ruth e Senhor Júnior e uma pessoa de outra família, Senhor Luiz que também estava presente no momento da primeira reunião que originou a Associação. Portanto, com um total de 05(cinco) participantes (me incluí) iniciamos a nossa conversa. Como mediadora pontuei as primeiras perguntas (ver quadros 4, 5 e 6) e desta seguiram-se outras que foram surgindo durante as reuniões que duravam em torno de uma hora e meia a três horas.

Na segunda entrevista estavam presentes dois moradores: Senhora Zulmira e Senhor Nilo, um casal. Ele participou da primeira reunião para a formação da ASSOLIMA; ela, a atual secretária da Associação. Nesta entrevista, verifiquei uma segunda opinião coletiva, sobre a comunidade, seus conflitos, suas convivências e expectativas. Aqui observei que a convivência entre os associados, nem sempre foram consensuais. Houve momentos em que se pensava que a Associação não resistiria a diversos conflitos.

A terceira entrevista foi realizada na Secretaria Municipal de Assuntos Rurais. Durante as reuniões da Associação, nos momentos de entrada e de saída, alguns associados solicitavam que eu entrevistasse dois membros desta secretaria que estariam ligados diretamente ao ingresso da organização no Programa da Agricultura Familiar. Agendei uma data. No dia agendado, dialogamos sobre o porquê da escolha da ASSOLIMA para a aplicabilidade deste projeto institucionalizado pelo Governo Federal. (Ver quadro 6). O Senhor Josemar e Senhor Hugo disseram-me que esta instituição foi escolhida por já possuir um Estatuto em vigor, exigência primeira do Governo para a inscrição no Programa Federal relacionado à Agricultura Familiar. Foi interessante porque pude observar opiniões de pessoas não moradoras da região do “Souza Lima” e com intenção no desenvolvimento econômico dos agricultores.

A quarta entrevista foi realizada no escritório do representante do Ministério da Agricultura na cidade. O Senhor Leite, foi um dos incentivadores para a criação de uma Associação que viesse a atender às reivindicações dos moradores da organização em estudo. Na oportunidade, ele lamentou não existir mais a Festa do Milho que, segundo ele, motivava as reuniões para decidir sobre o evento e eram momentos de união, de respeito, de

participação, de opinião, de diálogo, de convivência entre os moradores no sentido de tomada de decisões que beneficiariam a todos.

A quinta entrevista ocorreu no Salão de Eventos do DME da cidade. Durante o Curso sobre a Agricultura Familiar. A Senhorita Eloísa pontuou-me, que participar da ASSOLIMA estava sendo um momento de prosperidade e reconhecimento, não somente pelo aumento das vendas dos produtos agrícolas, mas principalmente, pela convivência com outras realidades, com outros agricultores os quais geram novos conhecimentos.

Participar das reuniões oportunizou-me momentos que permitiram observar como os diálogos ocorriam mediante uma pauta prévia, organizada pelo presidente e pelo secretário da Associação, bem como perceber como se desenvolviam os processos educativos, vivências e convivências nesse espaço de discussão.

O número de participantes das reuniões variava entre 30 a 40 agricultores, entre jovens, mulheres e homens. Essas reuniões eram mediadas pelo presidente e pelo secretário. Este último colocava a situação e o Senhor Leonardo abria para o diálogo. Os associados poderiam opinar, prevalecia o voto da maioria ou um consenso de que aquela solução beneficiaria a todos.

O tempo estipulado para que as reuniões ocorressem eram de duas horas: das 19h30min às 21h30min, como eu chegava mais cedo, em torno de 19h, observei a movimentação de agricultores, que comentavam sobre a pauta, pois esta era comunicada previamente através das redes sociais ou telefones e no final da reunião os comentários permaneciam, agora acrescidos dos resultados propostos. Estes momentos percebidos esclareceram o quão importante é a convivência na prática do diálogo.

1.3 - Participantes da pesquisa

As pessoas envolvidas nesta pesquisa são moradores da zona rural, da região do “Souza Lima”. Dez pessoas participaram diretamente das entrevistas como já citadas no decorrer do texto. Os entrevistados optaram em participar deste estudo voluntariamente, suas identidades foram preservadas e identificadas pelo nome fictício. Em torno de 30 a 40 pessoas fizeram parte indiretamente desta pesquisa por meio das observações nas reuniões da ASSOLIMA. Esses últimos, são todos produtores agrícolas classificados entre pequenos e médios produtores com características físicas variando entre mulheres adultas com menos de

30 anos, mulheres adultas com mais de 50 anos, homens com menos de 30 anos, homens com mais de 70 anos.

A maioria dos agricultores estão envolvidos no trabalho familiar, na produção agrícola, na participação na Associação, são pequenos agricultores e moradores há mais de 50 anos, no mesmo local. Nasceram, se criaram e trabalham a terra desde criança. Até o presente momento, estes agricultores pretendem permanecer na terra. Algumas diferenças foram observadas nas especialidades de produção. Na família do Senhor Francisco, as hortaliças são o “ganha pão”, já na família da Senhora Zulmira, os legumes caracterizam a maior produção (jiló, mandioca, cenoura...).

Na terceira entrevista, participaram o Senhor Josimar (adulto) e Senhor Hugo, (jovem adulto) funcionários públicos municipais, já foram moradores da zona rural. Ambos tiveram uma participação ativa na implementação do Programa da Agricultura Familiar no município.

Na quarta entrevista, participaram o Senhor Leite, (adulto) que também já foi morador da zona rural e um dos fundadores da ASSOLIMA.

Na quinta entrevista, participou Senhorita Eloísa, uma jovem produtora de hortaliças, nascida e criada na zona rural e que até a presente pesquisa, não pretende largar as suas raízes.

1.4 – Análise de dados

Para Bogdan e Biklen (1994) a análise de dados é um caminho de busca e de organização que se acumulam no sentido de aumentar os conhecimentos materializados, os quais permitem apresentar a todos os resultados obtidos concretamente.

Os dados foram analisados a partir de categorias teóricas previamente estabelecidas, em que foquei os elementos contidos dos conceitos centrais do trabalho, a saber: - instituição, convivência, comunidade política. Analisei os processos educativos à luz desses conceitos, objetivando responder à questão de pesquisa, ou seja, a contribuição dos processos educativos propiciados pela convivência para a constituição de comunidade política entre aos membros da ASSOLIMA.

A análise de dados e o diálogo com a literatura, aqui foi apresentada em três categorias visando entender a comunidade em estudo, no sentido de buscar respostas que identifiquem uma comunidade política por meio da convivência.

1- Formação da ASSOLIMA como uma instituição e suas perspectivas históricas, onde são descritos e analisados os dados que propiciou compreender a ASSOLIMA como uma instituição.

2- Fatores que colaboraram para a prática social da convivência; em que o foco é a convivência e seus processos educativos decorrentes.

3- Formação de uma comunidade política.

De acordo com Bogdan e Biklen (1994), os dados são materiais em estado bruto que proporcionam elementos que formam a base de nossa análise. Para os autores os dados são ao mesmo tempo provas e pista que protegem a escrita de especulações não fundamentadas. Eles nos ajudam a pensar nas categorias a serem investigadas, tabuladas e analisadas.

Para organizar os dados coletados, parti dos seguintes instrumentos de coleta: observação participante, diários de campo, entrevista semiestruturada coletiva e memória oral. Os resultados foram transcritos, foram analisadas as conversas, as observações que geralmente revelam um mundo carregado de significações. Desse modo, Bogdan e Biklen (1994, p.200) nos pontua que:

Tornar-se um bom investigador qualitativo é em parte, apreender esta perspectiva; os detalhes específicos são pistas úteis para a compreensão do mundo dos sujeitos. A investigação qualitativa envolve pegar nos objetos e acontecimentos e levá-los ao instrumento sensível da sua mente de modo a discernir o seu valor como dados. (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 200).

Para cada observação participante, (cada reunião que perfizeram um total de sete), foram anotadas as situações que se relacionavam ou que aproximavam do objeto de estudo, a convivência entre os membros da ASSOLIMA enquanto uma comunidade política. Essas observações foram detalhadas, transcritas em anotações, catalogadas em ordem cronológica e revisadas a cada detalhe que foi esquecido no momento das anotações em diários de campo. Procedeu-se a síntese de cada um dos diários, onde foram anotados ao lado, as falas a fim de compará-las e verificá-las se essas continham os temas propostos para esta pesquisa: convivência, instituição e comunidade. Ao mesmo tempo verifiquei se as anotações também atenderiam às categorias que auxiliariam na análise de dados.

Quanto às entrevistas, tanto as gravadas quanto as anotadas, foram transcritas na íntegra, catalogadas na ordem cronológica pelos mesmos temas e categorias utilizadas na organização dos registros da observação participante.

CAPÍTULO III - OS PROCESSOS EDUCATIVOS DESVELADOS

Neste capítulo desvelo as categorias que foram elencadas visando a formação dos processos educativos e da prática da convivência que possibilitaram considerar a ASSOLIMA como uma associação baseada no conceito dusseliano de comunidade política.

1.1 - Formação da ASSOLIMA como uma instituição e suas perspectivas históricas

Diante de todo processo de transformação da zona rural, voltada para a globalização de mercado, a ASSOLIMA surge em agosto de 1994 como uma instituição focalizada no desenvolvimento rural local. De acordo com o depoimento do Sr. Leite, “a convivência entre as famílias era muito boa”. Os moradores habitavam um espaço de convivência e pretendiam continuar a habitá-lo. Sobre a formação de um espaço de convivência com significações políticas, econômicas, sociais e culturais, Brandão, (2009, p.21), reflete sobre o habitar para além do território:

Criar o espaço-de-habitar equivale a erguer do chão um lugar que conquistamos, de que nos apropriamos e que transformamos, como querem alguns. Um espaço político, pois ali uma polis se instaura. Um espaço econômico, pois ali se produzem os bens da terra (as coisas da natureza tornadas objetos de cultura), ali eles circulam e ali, no mercado para onde de um modo ou de outros todos convergem, e onde são trocados bens, serviços e sentidos (BRANDÃO, 2009, p. 21).

Assim, neste “espaço-de-habitar”, surge uma associação intencionada a construir um projeto de vida em comunidade. Entre 1994 e 1997, a ASSOLIMA passou pelas seguintes situações: a compra de um Determinador de Umidade de Café em 1995 e no ano seguinte, a aquisição de três equipamentos de proteção de geada, todos para o uso compartilhado, mais a disponibilidade de dois tratores por parte da Prefeitura para prestar serviços à comunidade.

No entanto, o uso desordenado destes equipamentos coletivos, (havia um período, estipulado para a utilização destes) como a permanência estendida para o além do tempo determinado nas terras de um, prejudicava a temporada do outro, favoreceram a ocorrência de conflitos e desistências que acabaram por entravar o objetivo principal da criação da instituição: a união da comunidade.

Outro fator que pode ter também influenciado a ASSOLIMA negativamente, foi a partir do momento que houve a influência da política local em finais da década de 1990, nos

assuntos da comunidade como, por exemplo, a organização da Festa do Milho, a qual detalharemos mais adiante. O Senhor Leite, chamou este tipo de influência, de política “Chapa Branca”. Para ele, neste momento, o sentido de comunidade simplesmente desapareceu e quase “matou” a ASSOLIMA. Dussel (2007, p.35) chama de dominação do poder para alienação do povo, da comunidade, do grupo, de uma instituição.

Assim, Dussel (2007, p.35) coloca que: “neste caso, a alienação como mera objetivação se converte na negação do exercício *delegado* do poder, ou seja, em exercício fetichizado de tal poder”. Então, a ASSOLIMA surge em 1994, e em 1996 surge a Festa do Milho Verde que por três anos seguidos, foi organizada pela comunidade (1996,1997 e 1998). Perante os desequilíbrios internos ocorridos pelos fatores acima citados, ocorreu uma diminuição de participantes que chegaram aos números de cinco agricultores que, entre 1999 e 2013, discutiam apenas a vendas dos produtos agrícolas para o Programa Municipal de Alimentação Escolar (PROMAE), supermercados da cidade e da região e as Centrais Estaduais de Abastecimento (CEASA) local, mas continuaram perseverantes e acreditando nos processos educativos e na prática social da convivência como o caminho de união da comunidade.

Diante da possibilidade de participar de políticas públicas direcionadas para o pequeno e médio produtor rural, em 2014 a ASSOLIMA aderiu ao Programa de Agricultura Familiar, um projeto no ligado ao Ministério da Agricultura, tendo em vista que para implementar esta política voltada para a valorização dos produtores locais, necessita-se da inserção em uma associação. De acordo com Schneider (2003, p. 100), historicamente.

a afirmação da Agricultura Familiar no cenário social e político brasileiro está relacionado à legitimação que o Estado emprestou ao criar, em 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Esse programa, formulado como resposta às pressões do movimento sindical rural desde o início dos anos de 1990, nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos agricultores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas ao longo da década de 1980 e encontravam sérias dificuldades de se manter na atividade. A partir do surgimento do Pronaf, o sindicalismo rural brasileiro, sobretudo aqueles localizados nas regiões Sul e Nordeste, passou a reforçar a defesa de propostas que vislumbrassem o compromisso cada vez mais sólido do Estado com uma categoria social considerada específica e que necessitava de políticas públicas diferenciadas como juros menores, apoio institucional, etc. (SCHNEIDER, 2003, p. 100).

De acordo com o morador Senhor Júnior, a primeira reunião, em agosto de 2014, havia apenas cinco agricultores, e esta já iniciava com a proposta da inserção no programa de Agricultura Familiar com o apoio do governo local. Ainda de acordo com este morador, a

Secretaria Municipal da Promoção Social, solicitou ao presidente da ASSOLIMA, Senhor Leandro, para que este convidasse a comunidade rural da Região do “Souza Lima” para uma segunda reunião em setembro do mesmo ano.

O Assunto seria sobre a implantação das Políticas Públicas voltadas para o Agricultura Familiar para o dia 03 de novembro do mesmo ano. De acordo com o associado, Senhor Júnior:

Com o Programa da Agricultura Familiar do Governo Federal, se você não for nas reuniões, você perde o direito de negociar seus produtos. Mas esta situação foi boa para a Associação, só assim ela pode sair do chão e dar esperança para todos aqui. Foi a oportunidade de unirmos outra vez e agora não de forma selada, para discutirmos nossos problemas, mas agora em comunidade. (Senhor Júnior).

Percebemos que as reuniões renovaram as energias de uma instituição adormecida, que agora acorda inserida num contexto da multifuncionalidade (Carneiro, 2014, p. 44) que vai além da produção agrícola. Assim a agricultura familiar inseriu um novo modo de vida, de acolhimento, de diálogo, de convivência entre os moradores da zona rural do “Souza Lima” e região. De acordo com Carneiro (2014 p.44-45):

Temos de considerar as motivações culturais e sociais para a manutenção da atividade agrícola, tais como a manutenção de uma identidade social, a de um patrimônio familiar, de redes de solidariedade, de sociabilidade, enfim, de um modo de vida. Destaca-se também o papel fundamental da agricultura como fornecedora de alimentos para o consumo dos próprios produtos. (CARNEIRO, 2014, p. 44-45).

Assim, o governo local recebe uma verba federal, destinada para o Programa de Municipal de Alimentação Escolar (PROMAE) e para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que é obrigada a comprar as mercadorias de uma associação devido à preferência da aquisição de alimentos dos produtores locais e/ou regionais. Sendo assim, a prefeitura é obrigada a comprar 30% da produção de uma associação. De acordo com o Senhor Júnior: “Está ficando tudo amarrado agora, ou seja, um mercado voltado para a Agricultura Familiar, com transparência”.

Dessa forma, a ASSOLIMA caminha em direção a uma possível ampliação na participação de políticas públicas, pois estão buscando outros programas que podem auxiliar os agricultores na luta pela sobrevivência na área rural. A princípio, a produção destinava-se apenas para o PAA, agora já ampliou para o PROMAE, CEASA e feiras que priorizam o comércio da agricultura familiar.

É unindo forças, unindo ideias e ideais, que formam a base para a tomada de atitudes, para a tomada de decisões, as quais interferem na vontade de vida. De acordo com Dussel (2007, p. 26-27) “Se as vontades pudessem unir seus objetivos, seus propósitos, seus fins estratégicos, alcançariam (somando organicamente suas forças como uma “vontade-de-viver-comum”) maior potência”

1.2 - Fatores que colaboraram para a prática social da convivência

O conviver desta comunidade, as experiências de vida dos seres humanos permitem a realização de uma assembleia de pessoas, por meio de condições que levam à prática da convivência, tais como: a manutenção de uma identidade social; o sentimento de pertencimento a um território; a resistência perante os enfrentamentos das políticas públicas frente ao agronegócio; a consciência da importância de uma liderança que Freire (2014) chama de “liderança revolucionária” e que Dussel (2007) vem a chamar de poder obediencial; a solidariedade entre seus moradores.

A imposição de certas condições na vida rural impulsionou a comunidade à prática do diálogo coletivo, à prática da convivência comunitária a busca de um viver em que todos possam compartilhar conhecimentos se solidarizando.

Desse modo, Freire (2014, p.117) explica que o verdadeiro diálogo permite transformar não só a vida daqueles diretamente envolvidos nos processos de ensinar e aprender que se está analisando/estudando, mas também de sua família de sua comunidade. Para transformar a realidade dos participantes da ASSOLIMA foi preciso a união de todos num rompimento com o individualismo. E para romper com o individualismo como diz Fiori (2014) se faz necessário um diálogo que não permita o isolamento de ideias e ideais, e sim uma conscientização de luta, de ação e reflexão constante. Dessa maneira, Fiori (2014, p.22) nos pontua que:

o diálogo fenomeniza e historiciza a essencial intersubjetividade humana, ele é relacional e, nele, ninguém tem iniciativa absoluta. Os dialogantes “admiram” um mesmo mundo, afastam -se dele e com ele coincidem, nele põem-se e opõem-se. (FIORI, 2014, p. 22).

Os diálogos na ASSOLIMA giravam também em torno da colaboração solidária com um dos membros da comunidade que, naquele momento, necessitam de alguma ajuda financeira para algum tratamento médico. Assim, organizou-se um bingo ou uma rifa. No

final da reunião, colocou-se o problema pelo qual o morador estava passando e solicitou-se a colaboração para a doação de prendas e, também, para participar do bingo. Percebe-se neste episódio que quando é para ajudar alguém da comunidade e/ou membro da ASSOLIMA que necessita de uma ajuda financeira para tratamento de alguma doença, há um consenso.

Há um contato com a realidade que os situam como comunidade e assim situados se reconhecem as pessoas e se solidarizam com elas.

É preciso ter humildade, saber ouvir o outro, ter paciência para desenvolver esse processo de construção e de reconhecimento da realidade. Sentimentos esses que parecem já existir na comunidade da Região do “Souza Lima.”

Para dialogar faz-se necessário o reconhecimento do outro em comunhão, as pessoas buscam saber mais. Esse verdadeiro diálogo vem revestido de esperança. Busca-se, assim, um sentido de lutar, transformar a realidade. De acordo com Freire (2005, p.95) “Esta busca não faz no isolamento, mas na comunicação dialógica entre os homens”, comunicação esta que vai se corporificando no novo projeto da ASSOLIMA.

O verdadeiro diálogo permite transformar a realidade da família, da comunidade a qual pertence. Percebi que a ASSOLIMA é uma instituição que se utiliza da conversa para a tomada de decisões coletivas e que procura dialogar a partir da convivência. Diálogos que muitas vezes são acompanhados de discussões. Nesses momentos, a presença do líder foi importantíssima, pois mediava os conflitos oportunizando àqueles que estavam em desacordo, a oportunidade de se justificarem.

Assim, a existência de um processo de transformação só é possível se houver esse processo de reflexão. Reflexão esta que assegura o processo de desalienação (ant-fetichismo) do ser humano frente à opressão da classe dominante. As resistências a essas opressões exigem diálogos compromissados com o amor à natureza e aos seres humanos. Dessa forma, Freire (2014) destaca que ao dialogar em torno da conscientização da realidade, é um ato de amor: “Sendo fundamento do diálogo, o amor é, também, diálogo[...]. Porque é um ato de coragem, nunca de medo, o amor é compromisso com os homens. Onde quer que estejam estes, oprimidos, o ato de amor está em comprometer-se com sua causa.” (FREIRE, 2014, p.110-111).

Percebi que a ASSOLIMA se utiliza do diálogo na interação entre seus participantes, não somente para resolverem os problemas com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), mas em situações que envolvem a comunidade da Região do “Souza Lima”, pois nas reuniões presenciadas por mim, eram dadas oportunidades para aqueles que quisessem expor

algum acontecimento de interesse do grupo, como por exemplo o convite para um agricultor visitar a produção do outro no sentido de trocarem conhecimentos práticos e experiências relacionadas ao cultivo de determinadas plantas. Identifiquei que o espaço das reuniões é um ambiente parecido com uma sala de aula por ser um espaço de dúvidas, de ensino e de aprendizagens.

Desse modo, Freire (2005) sugere que ao nos encontrarmos, em reuniões, em salas de aulas, em qualquer espaço, esse processo investigativo perpassa por um diálogo. Aparece, conjuntamente, as dúvidas, os anseios, as esperanças. Assim é possível desequilibrar o mito do heroísmo em que as classes opressoras se julgam mantenedoras da ordem e defendem a “barbárie materialista”. O que interessa para a classe opressora é enfraquecer os oprimidos mais do que já estão, é enfraquecer a comunidade para manejá-la. Aqui, ao se repensar a criação e objetivos da ASSOLIMA, pode-se considerar a sua função enquanto “sala de aula” ao processo socioeducativo dos produtores associados.

Segundo Freire (2005), a característica primeira da ação antidialógica, implica na conquista de um sujeito pelo outro, transformando-o em quase “coisa” em que o diálogo é apenas uma colaboração a serviço do opressor, não havendo, assim, espaço para as ideias revolucionárias. Para transformar esta realidade, é preciso que os oprimidos se unam entre si, rompendo com o cordão umbilical ao qual se encontram ligados, num processo mágico e mítico.

Dessa maneira, é indispensável que no processo revolucionário, a união do oprimido seja, desde o começo, o que deve ser uma ação cultural, cuja prática da unidade vai depender da experiência histórica e existencial da estrutura na qual vive. Neste espaço de vivência, a liderança revolucionária deve instaurar o seu aprendizado da pronúncia do mundo verdadeiro, por isso, diálogo. Essa liderança revolucionária segundo Freire (2005), deve incorporar-se aos saberes da “massa” na inspiração reivindicativa, de um lado e de outro, deve-se problematizar o significado da própria reivindicação, pois a invasão cultural serve à manipulação, serve à conquista, serve à dominação. O exemplo que se coloca foi o fim da Festa do Milho.¹²

Para Dussel (2007) toda a comunidade tem que estar alerta constantemente, pois corre-se o risco de se transformar em poder fetichizado. Se isto acontecer, a ASSOLIMA perde o seu sentido comunitário para se tornar uma instituição, de acordo com Dussel (2007), fetichizada, ou seja, enfeitada pelo desejo do poder político.

¹² Detalharemos a Festa do Milho, no item: Formação de uma comunidade política.

O novo poder¹³ político da ASSOLIMA, construiu-se através da convivência, do diálogo, das negociações comerciais, das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, por uma liderança que no momento procura atender ao chamado poder “obediencial”. Percebe-se então, que há uma preocupação com o poder político da liderança, a de evitar que o desejo de poder sobreponha aos desejos dos agricultores integrantes da ASSOLIMA.

A preocupação com a liderança é visível entre os associados. Há um certo receio por parte de alguns associados, parece que temem um líder que não atenda aos anseios gerais da comunidade, que se coloca como o bem-estar de todos.

Foi possível perceber esta situação quando os senhores Senhor Francisco e Senhor Leonardo, compartilham da opinião do Sr. Leite: “o líder é um político comunitário que precisa estar à frente, na condução dos diálogos, mas que deve ser aquele em que as pessoas se espelham nele”.

Dessa forma estão demonstrando preocupação com uma liderança forte, que seja prestativa, mediadora e que saiba ouvir e respeitar as decisões da comunidade, ou seja, que o líder seja eleito para cumprir uma função que envolve o poder político e que deve mandar, mas em função das exigências da comunidade, afinal, de acordo com Dussel (2007, p.41-42): “quem manda, manda obedecendo”.

De acordo com o Senhor Leite (2016):

o que enfraqueceu o poder político da ASSOLIMA frente à comunidade rural, foi a falta de uma liderança que atendesse aos interesses comunitários. Um aspecto interessante é que na vida tem que ter uma liderança, um líder, e esse líder, tem que ser de fato um líder, uma pessoa que inventa, que pensa muito mais na comunidade, nas pessoas, no todo, do que em si, na sua família ou nesse ou naquele grupo e aquela pessoa que não tem essa liderança de fato, tende a aparecer aproveitador. No dia a dia, tem aqueles falsos líderes que às vezes impressiona com o discurso que os ostenta, as pessoas veem neles um líder, mas na verdade não o são. São falsos líderes. É preciso que as pessoas tenham um maior nível de informação. Se tem um líder de fato, as comunidades se encaminham verdadeiramente para uma visão comunitária. (Sr. Leite, 2016).

Senhor Leite, destaca, assim, que a falta de uma liderança voltada para o bem comum, foi um dos motivos que levou a ASSOLIMA a ter dificuldades para resolver a crise interna.

¹³ Novo poder político porque, antes, os participantes da ASSOLIMA se preocupavam com as melhorias para a Região do Souza Lima como por exemplo, o asfaltamento das vias que interligam com a cidade, para que as mercadorias chegassem com mais rapidez aos centros comerciais. As reuniões para conversarem sobre a Festa do Milho, tinham está finalidade, a de dialogar sobre os outros problemas, além da manifestação cultural.

Então, alguns associados foram se afastando do grupo, porque perderam a credibilidade na liderança.

Assim, Freire (2014) destaca a importância de uma liderança que seja transformadora, que atenda à comunidade em sua essência: o bem-estar do ser humano. A liderança de um grupo tem um papel fundamental na transformação social do local, de uma instituição. O líder exerce uma forte influência sobre os seus liderados, ele não pode pensar sem a “massa”, sem o povo, sem a comunidade, ele tem que questionar a realidade de modo que ocorra constantemente reflexões sobre a realidade vivida e compartilhada. (FREIRE, 2014, p.181) nos pontua que: “O que tem de fazer uma liderança revolucionária é problematizar os oprimidos, não só este, mas todos os mitos de que servem as elites opressoras para oprimir”.

A declaração desse participante, acima citado, vem de acordo com o discutido por Dussel (2007) sobre o poder “obediencial”, ou seja, quando o sujeito é eleito como representante da comunidade, ele deve representá-la obedecendo os seus desejos, as suas necessidades. Neste sentido, o autor nos pontua: “O que manda é o representante que deve cumprir uma função da *potestas*. É eleito para exercer delegadamente o poder da comunidade, deve fazê-lo em função das exigências, reivindicações, necessidades da comunidade. (DUSSEL, 2007, p.39). ”

A preocupação dos membros da ASSOLIMA em terem um representante que seja um servidor de todos, não é em vão. Afinal, este exercício de poder político se cumpre quando há o compromisso com a comunidade. É um poder consensual como garantia de uma continuidade comunitária. De acordo com Dussel (2007, p.27),

O consenso deve ser um acordo de todos os participantes, como sujeitos, livres, autônomos, racionais, com igual capacidade de intervenção retórica, para que a solidez da união das vontades tenha consistência para resistir aos ataques e criar as instituições que lhe dêem permanência e governabilidade. (DUSSEL, 2007, p.27).

Esse líder não pode ser corrompido, não pode fetichizar o poder, esse não pode transformar a instituição em fonte do poder porque “As reivindicações populares nunca poderão ser cumpridas, pois o poder funciona como uma instância separada, extrínseca, dominadora ‘de cima’ sobre o povo”. (DUSSEL, 2007, p. 47).

Um dos fatores de convivência entre os membros da ASSOLIMA nas reuniões, está diretamente associado à vivência de como aprendem e como compartilham das mesmas facilidades e dificuldades relacionadas, principalmente, com o fator econômico que envolve Programa da Agricultura Familiar.

Foi possível perceber que há momentos de convivência. Um outro momento de convivência é o que antecede às reuniões. As pessoas vão chegando e conversando, dialogando sobre a pauta da reunião, trazem lanches como bolos, queijos, doces, cafés e refrigerantes.

Nas reuniões das quais participei, os assuntos “pré-reunião” giraram em torno da produção agrícola, sendo esta orgânica ou não, em torno do uso de agrotóxicos, da questão financeira, do uso da água, da erosão do solo pela exploração indiscriminada da terra fértil. De maneira geral, há a preocupação com o desenvolvimento ecológico.

Dussel (2007, p.138) demonstra a preocupação com a ecologia, com o desgaste dos recursos naturais tão essenciais para a continuidade da vida no planeta. Percebemos que esta preocupação está viva entre os membros da ASSOLIMA. De acordo com o autor, a preocupação ecológica é a garantia de todo tipo de vida no planeta Terra. Muitos esquecem que sem os recursos naturais corremos o risco de desaparecer, e para a garantia de vida é preciso mudar de atitude. Assim, o autor coloca que:

O postulado político no nível ecológico-campo das relações do ser vivente humano com seu meio físico-natural terrestre-poderia enunciar-se assim: devemos atuar de tal maneira que nossas ações e instituições permitam a existência da vida no planeta Terra para sempre, perpetuamente! A “vida perpétua” é o postulado ecológico-político fundamental. (DUSSEL, 2007, p.138).

O processo educativo de ouvir o outro perpassa pela convivência, mesmo quando há divergência. Todos têm a oportunidade de falar. Afinal, como conhecer o outro se não permitir que ele exponha seus pensamentos e sentimentos? Quando algum membro impede que o outro fale, o presidente se posiciona a favor daquele integrante que iniciou a primeira fala. É através do diálogo que exercemos a capacidade do ouvir o outro. E ouvindo com respeito, no sentido de aprender e ensinar os saberes que vão sendo construídos ou desconstruídos (quando se reflete sobre as próprias ações) no ato da conversa.

Percebi que, ao conviver em grupos, o ser humano passa por diversas situações que envolvem o ouvir, o respeitar, o compreender, mesmo que não compartilham das mesmas ideias, é preciso chegar a um consenso onde o benefício alcance a toda comunidade. Nesse sentido Silva (1987, p.63) nos atenta dizendo que:

Em qualquer grupo humano, no convívio, uns se colocam com a disposição de pôr outros a par da sua comunidade, de e lhes dar referências para que se estabeleçam de maneira própria, mas não individual, no mundo, compreendendo-o com sua comunidade, através da ação conjunta que nela assumem. (SILVA, 1987, p. 63).

A convivência permite este respeito e contatos com diversos ideais, o que favorece conhecer outras realidades, outras situações as quais beneficiam o desenvolvimento dos processos educativos entre o grupo todo. Dessa maneira, Ribeiro Junior et al. (2013, p.45) colocam que:

Na convivência, busca-se a eliminação de assimetrias que se manifestam nas desqualificações e negações de outras culturas. Por meio do diálogo, busca-se a compreensão de outras culturas e o estabelecimento de acordos para que seja possível a construção da unidade na diversidade. (RIBEIRO JUNIOR et al., 2013, p.45).

Os participantes chegavam com um bolo, uma torta, um pão, um café, refrigerante que eram depositados em cima de uma mesa. Quando do término das reuniões a convivência continuava em torno dessa mesa por mais 20 ou 30 minutos. Nestes momentos mais descontraídos, os participantes comentaram sobre os resultados da pauta dos diálogos, o que não fugia dos assuntos da pauta da reunião. Comentava-se sobre os rendimentos da produção, sobre a valorização da produção orgânica, sobre as mudanças climáticas, Agricultura Familiar, PAA, PROMAE, CEASA, sobre os problemas pessoais, sobre sugestões de pauta para as próximas reuniões.

O interessante é que mesmo aqueles que durante a reunião divergiam de opiniões e práticas, durante esse momento estavam conversando, saboreando os quitutes, tomando um cafezinho e, ainda, justificando as opiniões, mostrando que é possível conviver com as opiniões diferentes.

Podemos observar que foi através da prática da convivência acompanhada da prática do diálogo que a ASSOLIMA nasceu enquanto projeto voltado para a formação de um território multidimensional, ou seja, um espaço geográfico social, que está sendo formado por processos educativos relacionados aos seguintes fatores: o diálogo coletivo; o poder político visto como um instrumento de luta comunitária; o consenso perpassado pelos conflitos e respeito; a preocupação com a natureza; o saber ouvir, o saber compreender e o saber compartilhar.

1.3 - Formação de uma comunidade política

A partir dessas observações foi possível refletir sobre a vontade de vida e vida comunitária, sobre como é sim, possível, conviver com o outro constituindo uma comunidade política. O conviver, o dialogar, o ensinar e o aprender podem transformar a qualidade da vida de uma comunidade, de um grupo, de um movimento social, de uma instituição. Dussel (2007, p.105) coloca que:

A política, sendo a vontade-de-viver, consensual e factível, deve tentar por todos os seus meios (nisso consiste sua normatividade como obrigação analógica à ética) permitir a todos seus membros que vivam bem, que aumentem a qualidade de suas vidas. (DUSSEL, 2007, p. 105).

De acordo com os moradores Senhores Leite e Francisco, após a instituição da ASSOLIMA, houve três realizações importantes já citadas: a primeira, a compra coletiva de um Determinador de Unidade de Café que era de uso comunitário. Quando o produtor precisava armazenar o café, media a unidade primeiro; a segunda, a compra de três equipamentos para proteção da geada e a terceira foi a Festa do Milho.

Segundo esses moradores, a ideia de se realizar uma festa comunitária partiu do Senhor Caio Junqueira, e foi sendo alimentada pela Associação. Diversas reuniões aconteceram até que se decidiu pelo nome: Festa do Milho Verde, já que este alimento tinha uma importância cultural entre os moradores da Região do “Souza Lima”, pois com ele se faz, bolo, suco e diversas comidas nas casas dos moradores, sendo que estes já tinham o costume de se reunirem para fazer pamonha, por exemplo.

Ainda de acordo com estes moradores, a ideia da realização da Festa do Milho Verde era para exercitar a capacidade de discutir outros assuntos na comunidade, isto é, se utilizava este espaço para juntos conversarem sobre outros assuntos. O objetivo dessa festa era o de levar lazer para a comunidade e para tal foi necessária uma convivência que resultou em uma grandiosa festa.

Assim, de acordo com Freire (2014, p.109), não existe diálogos sem um tema gerador que geralmente proporciona outros temas, outras aprendizagens e ensinamentos entre os seres humanos.

Se é dizendo a palavra com que, *pronunciando*, os homens o transformam, o diálogo se impõe como caminho pelo qual os homens ganham significações enquanto homens. Por isto, o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser

transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideia a serem consumidas pelo permutastes. (FREIRE, 2014, p. 109).

Nesse sentido, Brandão (1986, p.41-42) destaca que nascemos dentro de um projeto de vida, uma identidade grupal. O autor destaca:

Projetos coletivos de vida e destino das pessoas e de um povo, a simbologia dos inúmeros valores religiosos e profanos das culturas, os mecanismos familiares e grupais de socialização da criança e do adolescente transferem do todo para cada ser do grupo desde o comecinho de sua vida no grupo, uma identidade grupal. Uma identidade que é dele, como uma pessoa, mas que é também, fatalmente, a do grupo, através dele. (BRANDÃO, 1986, p. 41-42).

Levar a ideia para ser dialogada nas reuniões da ASSOLIMA, a princípio, foi a maneira encontrada pela comunidade para conscientizar-se de sua realidade com propostas de transformá-la. Dessa forma, Fiori (1991) nos coloca que: “A verdadeira educação é participação ativa nesse fazer, em que o homem se faz continuamente. Educar, pois, é conscientizar, e conscientizar equivale a buscar essa plenitude da condição humana.” (FIORI, 1991, p. 65).

Ainda para o autor, “A cultura se diversifica e se determina pela forma particular de vida de um grupo humano” (FIORI, 1991, p. 75). Cultura aqui, entendida como humanização, isto é, como valorização do homem. Dessa maneira, Fiori (1991, p.73) nos pontua que é “a ação cultural conscientizadora que reivindica para o homem, em intersubjetividade, a posição de sujeito no processo histórico”.

Dussel (1997, p. 145) reflete sobre a cultura popular como forma de conscientização da população oprimida, por isso, muitas vezes, é desvalorizada pelo opressor. Para ele: “A cultura popular, nascida da exterioridade do sistema, é real, é nossa, mas ela é ignorada, negada e considerada analfabeta: sua simbologia não é compreendida”.

Segundo os moradores Senhor Francisco, e o Senhor Leite, por três anos seguidos a Festa do Milho foi organizada pela comunidade (1996,1997 e 1998), depois a organização passou a ser a coordenada pela escola sob a direção da professora Elisa (2000). Segundo o Senhor Leite (2016):

Durante este período, um vereador achou que deveria transformar a festa em festa “chapa branca” ou seja transformá-la em uma festa oficial do calendário oficial, do município. Assim a prefeitura passou a organizar tudo. A escola participava como interessada, e outras escolas passaram a participar também. (Senhor Leite, 2016).

E continua:

A festa “chapa branca” impediu as decisões comunitárias, calou-se a voz da comunidade. Deixou de ser realizados os momentos de discussão entre os moradores e produtores da comunidade, isto deixou de ser feito. Virou uma festa que fazia parte do calendário turístico, começou a vir gente de outros municípios, da cidade inteira. Virou uma festa que nós não tínhamos estrutura para aguentar, a escola ficou sobrecarregada. Era uma atividade hipercaseira. Hoje nem tem festa. (Senhor Leite, 2016).

Nesse sentido, percebemos que a prática da convivência possibilitou o desenvolvimento da consciência de interferência entre os moradores da região do “Souza Lima”, ou seja, a comunidade observou que a interferência da política por parte do poder público não atendeu a vontade do povo, isto é o que Dussel (2007) vem a chamar de poder governamental, autoritário, aquele poder que manda sozinho sem a participação popular.

A Festa do Milho surgiu no sentido de unir os moradores em torno de um ideal que é o bem-estar de toda a comunidade. Valendo-se do referencial dusseliano, entendo que a Festa foi uma oportunidade de se organizar (*potentia-potesta*) sem a interferência de secretários, vereadores e prefeitos (poder governamental). Quando a festa se fetichizou, o poder da liderança foi corrompido, oprimindo o poder da comunidade. De acordo com Dussel (2007, p.33):

A política será a longa aventura do uso devido (ou corrompido) da *potestas*. *O nobre ofício da política* é uma possibilidade que se abre desde esta primeira cisão; a outra possibilidade é a do ofício corrompido idolátrico do poder como *potesta* auto-referente, que sempre termina por oprimir o povo. (DUSSEL, 2007, p. 33).

Observamos que a Festa do Milho teve um objetivo primordial que foi além da arrecadação de fundos financeiros. Ao se reunirem para dialogarem sobre a organização do evento, comentavam também sobre outras reivindicações como a implementação do asfalto e melhorias para a escola, onde seus filhos estudavam. Mas observei também que esta mesma motivação desencadeou uma crise política entre seus associados.

De acordo com o depoimento do Senhor Júnior, alguns agricultores queriam obter lucros com a Festa sem compartilhar com a proposta primeira que era o de dividi-lo com a Associação. A individualidade gera desunião, gera falta de diálogo. Desse modo, Freire (2014, p.111) nos fala que: “ se não amo o mundo, se não amo a vida, se não amo os homens, não é possível o diálogo, não há, por outro lado, diálogo, se não há humildade. ”

Neste momento de crise, surgiu a parceria da escola no ano de 2000 que a princípio foi vista como uma “solução prática e viável” na ajuda à organização da ASSOLIMA. A

expressão está entre aspas porque, na verdade, a escola abriu as portas para a institucionalização da festa quando organizou um evento que transcendeu à simplicidade do local, dos moradores e da Associação. A repercussão da festa percorreu os quatro cantos da cidade e de cidades vizinhas. O pátio da escola não suportava tamanha quantidade de pessoas. Muitos associados ficaram espantados com a grandeza da festa. De acordo com a entrevista com o Senhor Leite, o propósito da Festa do Milho era o de exercitar a capacidade de resolução dos problemas da comunidade, pela própria comunidade.

Essa movimentação toda levou a escola a ampliar a parceria. Assim, o poder público municipal propôs a oficialização da Festa do Milho, colocando-a no calendário de festividades da cidade, e foram além, propondo mudar o local da festa. Essa grandiosidade encheu os olhos do poder governamental que passou a enxergar a festa como uma oportunidade de conseguirem mais votos, para manterem-se no poder.

Caminho aberto para, como disse (Dussel, 2007, p.43), um “fazer deuses”. A festa passou a ser organizada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Aos poucos o próprio sistema público também não conseguiu manter o nível da festa, então, ela desaparece diante dos olhos da comunidade que a criou.

Percebe-se que o desaparecimento da Festa do Milho levou consigo o ânimo de muitos associados, que não tiveram motivos para se reunirem. Parece que esta manifestação cultural era de fato, como observado nas entrevistas individuais e coletivas, um dos temas que permitia a união da comunidade. As reuniões para dialogarem sobre a Festa do Milho eram regadas de saberes e sabores. A comunidade em geral da região do “Souza Lima” e os associados da ASSOLIMA, parece que ficaram sem ação, sem saber o que fazer, houve um distanciamento entre os próprios produtores. Percebe-se que a sabedoria popular não foi compreendida pelo poder opressor.

Desse modo, Dussel (1997) destaca que: “A cultura popular, nascida da exterioridade do sistema, é real, é nossa, mas ela é ignorada, negada e considerada analfabeta. Sua simbologia não é compreendida” (DUSSEL, 1997, p.145) e, por isso, a intenção da sugestão e colaboração para a mudança em transformá-la em grandiosidade, fora da realidade da sua origem era a de destruí-la.

Para os entrevistados, esse foi o principal motivo que levou a ASSOLIMA a ficar entorpecida por um período de 14 anos (1999 a 2013). Hoje, retomada pelo PAA, aguardaremos os resultados futuros dessa parceria governamental.

A ASSOLIMA adormeceu, mas não morreu. A convivência na Associação levou a comunidade a se preocupar com a prática do ensinar-aprendendo. Como a experiência da convivência vai além da estrutura política governamental, os integrantes aproveitavam as reuniões sobre o programa do PAA para refletirem juntos sobre as suas ações no grupo. Aqui se destaca a humildade em aprender o novo sem deixar que o conhecimento de cada um seja desvalorizado.

Assim, Freire (1996, p.52) coloca que: “Saber ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção e sua construção.” A cada reunião havia uma pauta para discussões que giravam em torno do programa de Agricultura Familiar.

A seguir está exemplificado o processo ensino-aprendizagem que ocorreu em uma das reuniões que ocorreu em 08 de abril de 2015 no Salão de Eventos da Escola Municipal “Professora Carmélia de Castro” e fazia parte de um curso oferecido pelo Serviço Brasileiro de Apoio às pequenas e Micro Empresas (SEBRAE).

A pauta principal desta reunião foi organizada pelo SEBRAE, sob a coordenação da Senhora Andressa, que foi a de refletir sobre os progressos, os ajustes e propostas para a ASSOLIMA. Os integrantes foram divididos em três grupos: “roda das marmotas, roda das marmitas e roda dos marmanjos”. Grupos separados, foram, então, distribuídas folhas de sulfite contendo: Progressos alcançados; Progressos a serem alcançados; Propostas de progressos.

Após os diálogos e apresentação foram pontuadas as principais situações:

- a) *Que bom!* o aumento de associados, o aumento da comercialização, da credibilidade dos clientes em supermercados e no Mercado Central, a distribuição dos alimentos no CEASA, PROMAE e PAA, a contribuição do SEBRAE, a presença constante do novo presidente.
- b) *Pontos de melhorias e ajustes:* o relacionamento entre os integrantes, a rapidez por parte das políticas públicas em realizar os acertos financeiros e o respeito ao cumprimento dos direitos e deveres frente ao acordo com o Estatuto da Associação.
- c) *Propostas futuras:* a padronização das caixas de entrega, a constituição de uma logomarca da Associação, a construção de uma sede própria.

Esta metodologia utilizada levou os participantes da ASSOLIMA a refletirem sobre as suas ações frente à necessidade de se ajustarem na economia de mercado sem deixar de focalizar o processo da convivência humana, pois foi através das divergências de opiniões que

se possibilitou chegar a um consenso. Assim Freire (2014) nos pontua sobre a importância do uso de uma metodologia que permita uma convivência em que todos têm a oportunidade de investigar a pauta da reunião e opinar sobre ela.

Sabemos que o ato de ensinar e ao mesmo tempo aprender ocorre em qualquer ambiente, sendo assim, apresentamos aqui mais um exemplo de como é possível aprender o tempo todo. Aconteceu que a Secretaria de Assuntos Rurais promoveu um curso, em abril de 2016, em parceria com o SEBRAE, (2016, p.03) cujo objetivo foi o de:

capacitar o agricultor familiar e o empreendedor familiar rural a vender para o mercado público, especificamente os gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar com dispensa de licitação, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escola (PNAE) e ainda o Programa de Alimentos, e suas modalidades. (SEBRAE, 2016 p. 03).

As oficinas ocorreram entre os dias 12 e 15 de abril de 2016. Analisando os diários de campo observamos os processos educativos e a prática social da convivência entre os participantes neste curso. Um dos momentos foi quando oicineiro Senhor Jonas, elaborou a seguinte questão: Qual é o meu maior sonho? Após a manifestação daqueles que se dispuseram a participar, selecionou-se as seguintes expressões: viver da e na terra; ser exemplo para os filhos; ser e ter ética; sucessão familiar; formação escolar voltada para agricultura familiar; o aluno da zona rural tem que estudar na zona rural; os filhos vão embora por falta de espaço; despertar o interesse pela agricultura familiar para garantir o jovem na zona rural; produzir com melhor qualidade e utilizar menos fertilizantes, menos agrotóxicos e a consumir menos produtos industrializados; construir uma lei que permita ao jovem da zona rural que trabalhe para preservar a cultura familiar e mantê-lo no espaço rural.

Refletindo sobre essas opiniões percebemos a preocupação dos agricultores com a permanência digna na zona rural. Entendemos que aqueles agricultores que estavam presentes neste dia no curso não tinham a pretensão de sair da terra onde vivem. Há uma preocupação em participar dos programas de políticas públicas, não somente pelo retorno financeiro, mas para garantirem o mínimo de sobrevivência na própria terra. Querem continuar a viver e conviver em comunidade na zona rural. Tanto que não encontramos nas opiniões, nenhuma expressão que referendasse vender a terra e vir morar na cidade. Uma simples pergunta trouxe à tona o desejo de continuar a conviver, e a dialogar com o outro que estava na reunião, pertencente ao mesmo território camponês.

De acordo com Fernandes (2013, p. 203-204):

A mercadoria é a expressão do território do agronegócio. A diversidade dos elementos que compõem a paisagem do território camponês é caracterizada pela grande presença de pessoas no território, porque é neste e deste espaço que constroem suas existências, produzindo alimentos. Homens, mulheres, jovens, meninos e meninas, moradias, produção de mercadorias, culturas e infraestrutura social, entre outros, são os componentes da paisagem dos territórios camponeses. (FERNANDES, 2013, p. 203-204).

Percebeu-se, que os produtores não abriram mão, pelo menos nesse dia, do algo mais precioso que Freire (1996) chama de convivência dialógica. Assim, nos espaços de prática de convivência, os diálogos educativos-críticos favoreceram os momentos de reflexão sobre a identidade cultural. Desse modo, Freire (1996) nos coloca que ao assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz e de ter raiva porque é capaz de amar. “Assumir-se sujeito por que é capaz de reconhecer-se como objeto” (FREIRE, 1996, p. 46).

As expressões dialogadas pelos agricultores despertaram para a conscientização e valorização do espaço rural que vão além das questões físicas e econômicas. É um processo de educação conscientizadora que permite uma reflexão coletiva e não individual. Esses momentos de comunicação, de expressão de sentimentos, supõem um mundo comum que Fiori (1991, p.103) chama de consciência intersubjetiva. Então:

A abertura das consciências é, desde logo, consciência de *intersubjetividade*. E, onde radica a consciência da intersubjetividade? Não é numa consciência hipostasiada, num sujeito intersubjetivo, numa consciência intersubjetiva, mas na comunhão entre as consciências, na intersubjetividade delas. (FIORI, 1991, p.103).

Os processos educativos na prática da convivência e do diálogo oportunizaram desenvolver a convivência na coletividade, ou seja, na comunidade, no seu mundo, no mundo da vida, segundo Dussel (2007).

Ao analisar o modo de resistência da comunidade rural tradicional em todo mundo globalizado que atualmente vivemos, Brandão (2009, p.37) coloca que:

Mesmo nos espaços mais aparentemente dominados pelo gigantismo “do que mudou”, as formas de vida comunitárias e tradicionais de ocupação e produção em múltiplos espaços partilhados de vida, labor e trabalho, não apenas resistem e sobrevivem, mas, em alguns cenários, elas proliferam, adaptam-se e se transformam. Ainda que esta transformação represente uma progressiva perda de autonomia em nome dos pólos dominantes da economia agropastoril. O próprio agronegócio se expande às expensas da pequena agricultura e, mais ainda, em aliança com pequenas e médias propriedades agrícolas modernizadas e a meio caminho entre a *economia de excedente* e a *economia de mercado*. (BRANDÃO, 2009, p. 37).

Com a institucionalização do poder da comunidade “ Souza Lima”, a ASSOLIMA cria um espaço que se utiliza dos processos educativos como os diálogos, o ouvir, o respeitar, o ensinar e o aprender possibilitando a afirmação de uma identidade cultural: sobreviver da produção agrícola. A normatização desta comunidade oportunizou o surgimento de estratégias possíveis de realizações, legalizando assim, uma vida politicamente comunitária.

Esse processo de desdobramento do saber, parte do fato de que os integrantes da ASSOLIMA vão de movimentando pelas necessidades de vivências em comum, perfazendo um caminho político/econômico e sócio-cultural. Assim, os produtores integrantes desta Associação estão construindo uma nova hegemonia como a apontada por Dussel (2007, p.128): “ É a ação dos sujeitos que se tornam atores, os quais constroem o novo edifício da política a partir de uma nova cultura política”.

CAPÍTULO IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS

As organizações das associações comunitárias rurais associadas ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) desenvolvidos pelo Governo Federal estão ligadas aos processos educativos que proporcionam uma convivência para a consciência social política de produção alimentar. Para Dussel (2007, p. 27), comunidade é aquela união de pessoas que ao se confrontarem, se refletem e chegam a acordos, uns vão dando razões a outros, assim, chega-se a um consenso.

Ao pesquisar a Associação Comunitária da Região do Souza Lima - ASSOLIMA, observamos que os moradores se uniram em busca de caminhos políticos para solucionar os problemas em comum. Foi um primeiro passo para a institucionalização de uma Associação, pois ao se efetivarem e oficializarem um estatuto com liderança, regras e normas para a organização e funcionamento da instituição, o grupo se transformou em um espaço de diálogos que permitiram um conviver regrado de reflexões sociais, políticas, econômicas e culturais e estão se conscientizando (refletindo e agindo) sobre a convivência no espaço territorial camponês que se ampliou para o atendimento das políticas públicas.

Chegando à conclusão deste estudo, avalio que atendeu ao seu objetivo quando se observou as condições que possibilitam uma convivência: a preocupação com a juventude. Muitos jovens estão abandonando a zona rural em função dos atrativos urbanos. Na região da ASSOLIMA, a maioria dos jovens que terminam o Ensino Fundamental II frequentam o Ensino Médio na Zona Urbana, portanto, decidem morar na cidade. A manutenção de uma identidade social: ser roceiro; o sentimento de pertencimento a um território camponês; a consciência da importância de uma liderança que atenda aos anseios da comunidade; a manutenção de laços culturais históricos como as pamonhadas.

Essa conjuntura proporcionou o desenvolvimento dos processos educativos como a prática do diálogo; o saber ouvir, respeitar, compreender, compartilhar, solidarizar; o ensino-aprendizagem entre os agricultores que eram transmitidos ao longo das reuniões, na chegada, no cafezinho e saída dos encontros; a humildade em reconhecer que ao unir os ideais, todos os participantes eram beneficiados, por conseguinte, toda a comunidade da região do “Souza Lima”; a comunicação entre os novos integrantes da ASSOLIMA, pois, ao interagirem, se conheceram, favorecendo a ampliação de assuntos a serem dialogados, e o relacionamento intersubjetivou-se.

Esses processos educativos anunciaram vidas que se organizaram para chegar a um consenso crítico-democrático, através da prática social da convivência, em que se destacam a historicidade do local e sua institucionalização, a qual efetivou um projeto político que se foi construindo e tornando os responsáveis pelas políticas públicas, mediadores e intermediários do crescimento e expansão dos diálogos comunitários.

Desse modo, podemos dizer que esta construção-construindo foi uma criação política, portanto, concluímos que a ASSOLIMA é uma organização comunitária política.

No meio das técnicas produtivas e reprodutivas desenvolvidas pelas famílias rurais no Brasil, o ingresso nas políticas públicas direcionadas para o crescimento e fortalecimento da agricultura familiar é de fundamental importância para a produção social e econômica dos agricultores.

Ao estudar a ASSOLIMA, observou-se que o caráter inovador e transformador deste espaço de convivências foi o cadastro da associação na política pública do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Antes, a comunidade se reunia no sentido de refletir sobre a manutenção das tradições culturais, e permanecer com o cultivo de produtos para a sobrevivência e no atendimento ao comércio local e que a organização da Festa do Milho era um motivo fundamental onde se aproveitava para dialogar sobre as necessidades da região. Quando ocorreu a oficialização da festa, o grupo se desequilibrou com a saída de vários agricultores.

Esta realidade se transformou, pois agora a ASSOLIMA, passou de poucos, para muitos associados, isso porque, o programa simboliza a “garantia” da venda, então, os agricultores que haviam abandonado a ASSOLIMA retornaram acompanhados de outros de fora da região. O resultado foi a diversificação de ideias e ideais que obrigou a Associação a eleger um líder que pudesse exercer o cargo obedecendo e atendendo as reivindicações sociais de seus associados se utilizando da prática do diálogo, do ouvir, enfim, da prática do conviver.

Observou-se que os associados estão tendo que se adequar às exigências do PAA. Uma das exigências é a obrigação que o agricultor tem de estar inscrito junto ao Ministério da Agricultura e a confirmação desta passa pelo registro da Declaração de Aptidão (DAP) e este órgão exige que os agricultores estejam aptos com suas dívidas bancárias para participar das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. Além do mais, essas imposições levam à inserção de mais insumos químicos no cultivo das plantas, pois para o agronegócio, a beleza do produto está em primeiro lugar e não o seu valor nutritivo. Essa temática foi um dos motivos que levou alguns associados a se retirarem do programa por não concordarem com

esta atitude. Os integrantes que se retiraram foi por não concordarem com o aumento de insumos químicos em suas produções e por acreditarem que o agronegócio está destruindo a maior forma de vida e de sobrevivência de todo o tipo de vida: o Meio Ambiente.

Essas modificações têm tornado os agricultores dependentes das políticas públicas ao aceitarem, sem aparentes questionamentos, estas mudanças. Percebe-se aqui que o pequeno agricultor está ficando encurralado, ou vende os produtos de acordo com as regras impostas pela política pública do PAA, ou sentirá as dificuldades em vender seus produtos. Observa-se que não está ocorrendo um processo de independência e autonomia do grupo. Talvez porque as políticas públicas controlam a renda do agricultor e, pela necessidade de sobrevivência, estes acabam, primeiramente, aceitando as condições, mas já refletindo sobre elas.

A maior parte dos associados são pequenos produtores que enfrentam os dois canais de distribuição: o canal curto (venda direta ao consumidor) e o canal longo (CEASAS). Destes, o canal longo exige o enfrentamento ao comércio varejista.

Quando as dificuldades relacionadas à burocracia do programa aparecem, observamos que os agricultores se organizam colocando o secretário da Associação à disposição de todos aqueles que não conseguem lidar com a tecnologia computadorizada. Isto se verificou no período de cadastramento da Declaração de Aptidão (DAP). Esta declaração foi muito criticada pelos agricultores, pois sem a quitação ou negociação financeira comprovada pelos bancos, não há cadastro, sem cadastro, não há inscrição renovada no PAA, o que os impedem de vender seus produtos para o Programa Municipal de Alimentação Escolar (PROMAE), resultado, sem garantia de venda.

Outra situação enfrentada foi o atraso dos pagamentos por parte da administração pública. Sem capital, não há o investimento na produção e nem pagamento de dívidas.

Mesmo com o enfrentamento a estas dificuldades, os membros da ASSOLIMA, construíram coletivamente os processos educativos que permitiram que todos compartilhassem sentimentos, que as pessoas se redefiniram como membros da Associação, traduzindo esforços para uma convivência que explicita uma compreensão deste espaço de diálogos.

Nestes relacionamentos intersubjetivos, percebeu-se que a prática da convivência fez com que agricultores que fazem parte da ASSOLIMA refletissem sobre um valor social de pertencimento a um pedaço de chão que transcende o seu valor financeiro. Percebeu-se que mesmo com tantas dificuldades para vencer as barreiras do viver da produção agrícola, aqueles integrantes resistem em continuar uma história, resistem em serem “roceiros”.

Observou-se que a ASSOLIMA surgiu de acordo com os conceitos dusselianos de instituição e comunidade política. A Associação nasceu como resposta às reivindicações de uma região que buscava uma organização no sentido de agregar *vontades de vida*. De acordo com Dussel (2007, p.25), “O ser humano é um ser vivente. Todos os seres vivos animais são gregários; o ser humano é originalmente comunitário”.

De acordo com o autor, a institucionalização é necessária porque é um momento em que a comunidade decidiu dar para si um governo. Nesse sentido, Dussel (2007) destaca que quando uma comunidade se institucionaliza, ocorre um momento de passagem da *potentia*, ou seja, do poder da comunidade, para o estabelecimento de um poder organizado – *potestas* – que é atribuído a uma liderança.

Dussel (2007) evidencia que essas instituições políticas são atravessadas por campos políticos materiais que se cruzam como o campo ecológico, o campo econômico e o campo cultural. Foi o que se observou ao pesquisar a ASSOLIMA. Há a preocupação com o meio ambiente ao dialogarem sobre o uso de insumos agrícolas no sentido de aumentar a produção e atender às demandas do mercado local. Uma das exigências do PAA como a inscrição junto ao Ministério da Agricultura da Associação e a confirmação desta passa pelo registro da declaração de Aptidão (DAP) e este órgão exige que os agricultores estejam com suas dívidas bancárias organizadas para participar das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. No campo econômico, a Associação se preocupa em cumprir com os compromissos relacionados às políticas públicas e no atendimento ao comércio local. No campo cultural, a ocorrência de jantares nos meses de janeiro e julho têm por objetivo alimentar a integração entre os participantes no sentido de ampliar a comunicação entre as famílias. Outra manifestação cultural da região do “Souza Lima” são os Terços Juninos, em que há uma significativa participação das famílias dos integrantes da ASSOLIMA.

Observei, também, que a Associação pode ser considerada uma comunidade política, porque, de acordo com Dussel (2007), há uma liderança com poder “obediencial”; há uma disciplina na organização das reuniões; as decisões são coletivas; possui objetivos em comuns como, por exemplo: o de sobreviver da agricultura; há o compromisso de cumprir e em prestar contas à comunidade. A ASSOLIMA é uma organização política no sentido dusseliano, pois a sua institucionalização tornou funcional a produção e o aumento da capacidade de suas próprias ações, além do mais, é atravessada pelos campos materiais econômicos, ecológicos e culturais o que leva a uma relação fraterna entre os seres humanos, a flora e a fauna locais. Percebeu-se assim, um empenho na Associação que transcende o

valor material, pois estes vêm carregados de histórias. O compromisso assumido pela ASSOLIMA comunga com os processos educativos como o diálogo, o ensinar e o aprender em vários ambientes, com o desejo de viverem em comunidade.

Percebeu-se o compromisso de cada participante para com os seus familiares, para com a comunidade, mas que podem encontrar fim, quando os mediadores das políticas públicas não possuírem igual comprometimento.

1.1 - Contribuições da metodologia empregada

A metodologia empregada abrangeu uma pesquisa de abordagem qualitativa que envolveu os seguintes instrumentos: a observação participante, os diários de campo, as entrevistas semiestruturadas e a memória oral. A **observação participante**, contribuiu no sentido de oportunizar e analisar o interior de uma associação e refletir sobre a sua atuação na comunidade: “Souza Lima” e no Programa da Agricultura Familiar. A observação revelou-me um modo de contato com o real. Colocou-me diante de uma ampla variedade de descobertas e de aprendizagens. As **entrevistas semiestruturadas**, contribuíram no sentido de resgatar através da **memória oral** coletiva ou individual, a história da criação da ASSOLIMA e da Região do “Souza Lima”. Muitas vezes a fala dos entrevistados foi entonada e fragmentada, portanto significações que permitiram a aproximação com a verdade. As falas foram refletidas, analisadas e comparadas nos diários de campo. Os **diários de campo**, proporcionaram acompanhar o desenvolvimento do projeto, a visualizar, comparar, analisar e refletir sobre os dados. Os retratos físicos dos entrevistados e observados (aqueles que mais se destacavam nas reuniões), os relatos dos acontecimentos gerais ocorridos nas reuniões ou nas entrevistas particulares, a descrição dos ambientes, a reconstrução dos diálogos, as descrições das atividades formaram um conjunto de pistas que favoreceram a identificação dos processos educativos que emergiram da convivência entre os participantes da ASSOLIMA.

1.2 - Contribuições da pesquisa aos participantes e à ASSOLIMA

Foi observado que a ASSOLIMA precisará refletir mais sobre o processo de dependência das políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar. Percebemos que está ocorrendo uma certa alienação frente à realidade política que o programa procura esconder nas entrelinhas, que é justamente este controle econômico. Procurará refletir, também, sobre os desafios a serem enfrentados, sem abandonarem as suas raízes, mas se adaptando a novas realidades como a ocorrência de loteamentos que estão atraindo uma grande diversidade de pessoas intencionadas a morarem na zona rural e não no espaço territorial camponês.

Observou-se, também, que a pesquisa contribuiu com a comunidade no sentido de revivenciar uma memória quando se registrou a formação da ASSOLIMA e a caracterização da região do “Souza Lima”. Para alguns entrevistados, ao evidenciar a lembrança da criação da Associação, foi um momento saudável, mas ao mesmo tempo, lamentável, principalmente no que se refere ao fim da Festa do Milho. Durante as reuniões, participei das dinâmicas de grupo, procurei interagir e conviver com os participantes.

Procurei atender ao pedido da comunidade, registrando os processos educativos que emergem da convivência entre os participantes da ASSOLIMA, no sentido de contribuir para a permanência do território camponês.

1.3 - Contribuições pessoais

Estudar a ASSOLIMA possibilitou aprofundar os meus conhecimentos sobre as associações como espaços de luta política e também verificar os processos educativos e a prática social da convivência. No meu entendimento, seria impossível a existência de uma comunidade política desse teor na zona rural de Poços de Caldas. Oportunizou-me conhecer as políticas públicas do PRONAF, PAA, PNAE, DAP, PROMAE e suas intencionalidades em controlar além da renda, a produção de alimentos, a comunidade, a cultura tradicional, enfim a vida do agricultor familiar, a vida do oprimido. Compreendi que os movimentos sociais rurais são fundamentais na construção de processos de resistência a um projeto que segrega os pequenos agricultores. Durante as observações, busquei refletir não somente para o desenvolvimento da pesquisa, mas também para a reflexão de meu próprio comportamento diante dos observados e pesquisados. Descobri que o processo de aprender sendo também

observado, foi um desafio, pois os processos educativos do ouvir e observar me ensinou a aprender sem palavras, apenas com o olhar. Aprendi o quão importante é olhar a simplicidade na convivência entre os seres humanos.

1.4 - Contribuições para a Área de Educação

É abrangente o valor que as pessoas dão ao espaço em que vivem, às pessoas que os rodeiam, aos caminhos políticos de uma comunidade, trilhados no coletivo.

Ao conviver o ser humano faz-se e refaz-se ao longo de sua existência. Esta pesquisa contribui para a Área de Educação destacando a importância do diálogo, do saber ouvir, do saber compartilhar decisões que visam o bem comum, do saber reerguer uma comunidade nos momentos de crise, do saber refletir e questionar as políticas públicas que interferem diretamente na vida das pessoas da comunidade. É nos conscientizando que geramos saberes que nos empurram para uma vontade de conviver no coletivo. Compreender a educação que se dá em espaços não escolares, com grupos populares.

1.5 - Limitações

Ao desenvolver a pesquisa, algumas limitações foram observadas, como a locomoção até o local pesquisado que se encontra a 17 km do centro da cidade. As reuniões aconteciam à noite mesmo em períodos chuvosos e frios; por ser muito requisitado, não foi possível realizar a entrevista com o atual presidente da ASSOLIMA; alguns agricultores se recusaram a participar da entrevista coletiva, fato que me impediu analisar uma diversidade maior de opiniões.

Ao adquirir mais esta experiência em meu percurso estudantil, avanço, levando evidências e dúvidas que foram aparecendo ou sendo reestruturadas ao longo deste estudo.

Neste momento da pesquisa deixo algumas questões que são pistas que devem ser desdobradas em novos estudos acadêmicos:

- Qual foi ou é o papel da escola frente à Associação?
- Porque alguns produtores, moradores da Região do “Souza Lima”, se recusam a participar da Associação?

- Porque, mesmo com o desenvolvimento da prática da convivência e dos processos educativos, a ASSOLIMA pareceu não estar desenvolvendo um processo oposto frente exigências das políticas públicas relacionadas à Agricultura Familiar?
- Estudos comparativos entre a ASSOLIMA ou outra Associação ou Cooperativa também cadastradas no PAA.

Espera-se que este estudo possa contribuir para outros interessados em empenhar-se no mundo das Associações, Cooperativas ou Movimentos Sociais relacionados, não somente com a Agricultura Familiar, mas com o território camponês e que o ato de pesquisar não seja apenas um trabalho técnico de aprofundamento de estudos, mas também, e acima de tudo, seja um ato de engajamento na luta pelos oprimidos e por um mundo digno para todos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Sara Ferreira de et al. Comunidade é tudo. In: **Seminário de Pesquisa em Práticas Sociais e Processos Educativos: contribuições de Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva**, 26 de novembro e 03 de dezembro de 2013. Universidade Federal de São Carlos; SP, 2013. Disponível in: <http://pspeindex.blogspot.com.br/>. Acesso em: 23 set. 2016.
- ANDREWS, George Reid. **América Afro-Latina, 1800-2000**. Tradução de Magda Lopes. São Carlos: EduFSCar, 2014.
- ARAÚJO-OLIVERA, S. S. **Exterioridade: o outro como critério**. In: OLIVEIRA, Maria Waldenez de. e SOUSA, Fabiana Rodrigues de.(Orgs). **Processos Educativos em Práticas Sociais: pesquisa em educação**. São Carlos: EduFSCar, 2014.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Histórias de Minas**. Belo Horizonte: Comunicação, 1979.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em Educação: fundamentos, métodos e técnicas**. Portugal: Porto Editora, 1994.
- BRANDEMBURG, Alfio. Do rural tradicional ao rural socioambiental. **Ambiente & Sociedade**. Campinas. nº 2 p. 417-428. Jul-dez, 2010. Disponível in: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v13n2/v13n2a13.pdf> . Acesso em: 14 mai. 2017.
- BOFF, Leonardo. **Virtudes para um mundo possível: comer e beber juntos e viver em paz**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- BOSI, Ecléia. **Cultura e Dezenraizamento**. In: BOSI, Alfredo. (Org.). **Cultura Brasileira: temas e situações**. São Paulo: Ática, 1987.
- BOSI, Ecléia. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOSI, Ecléia. **O Tempo Vivo da Memória: Ensaios de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Sugestões para um jovem pesquisador**. In: **O tempo vivido da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê, 2003. p.59-67.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Identidade e Etnia: construção da pessoa e resistência cultural**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação popular na escola cidadã**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **As flores de Abril: movimentos sociais e educação ambiental**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. (Coleção Educação Contemporânea).
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **“No rancho fundo”: espaços e tempos no mundo rural**. Uberlândia: EDUFU, 2009.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Comunidades Aprendentes**. In: JÚNIOR, Luiz Antonio Ferraro (Org.). *Encontros e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores*. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Prefácio: perguntas, pesquisa. Para quem? Para quê?** In: OLIVEIRA, Maria Waldenez de; E SOUSA, Fabiana Rodrigues de (Orgs.). *Processos Educativos em Práticas Sociais: pesquisa em educação*. São Carlos: EduFSCar, 2014.

BRASIL. **Lei nº 7.802 de 11 de julho de 1989**. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 11 de julho de 1989. Acessado em: 23 de ago. de 2016.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa**. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. *Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta*. 1ª. ed.;1.reimp. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013. 48p.:il.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Agrotóxicos. Lei: 7.802/89**. Brasília. Disponível in: <http://www.mma.gov.br/seguranca-quimica/agrotoxicos>. Acessado em: 15 de mai. 2017

BRASIL. Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nº 10.888, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 06 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. **Diário Oficial da União** - seção 1-17/06/2009, p.2. Brasília, 17 jun.2009. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2009/lei-11947-16-junho-2009-588910-norma-pl.html> Acessado em: 24 de maio de 2017.

BRASIL. Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006: Estabelece as Diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, seção 1 – 25 de julho de 2006 p.1, Brasília, 25 jul.2006. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11326-24-julho-2006-544830-norma-pl.html> Acessado em 24 mai.2017.

BRASIL. Lei nº 7.802 de 1 de julho de 1989. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção de embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. **Diário Oficial da União** – seção 1-12/07/1989, p.11459. Brasília, 12 jul. 1989. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1989/lei-7802-11-julho-1989-356807-norma-pl.html> Acessado em 24 mai.2017.

CAMPOS, Helena Guimarães; FARIA, Ricardo de Moura. **História de Minas Gerais**. Elo Horizonte: Lê, 2005.

CARNEIRO, Maria José. **Desenvolvimento territorial sustentável: retorno ou a morte do camponês?** In: MARTINS, Rodrigo Constante (Org.). Ruralidades, trabalho e meio ambiente: diálogos sobre sociabilidades rurais contemporâneas. São Carlos: EduFscar, 2014.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida.** 34ª ed. São Paulo: Duas Cidades, 2001.

DORNELAS, Pe. Nelito Nonato. A identidade das CEBs. **Vida Pastoral** – São Paulo, publicado em maio/jun. 2006 – p.3-5. Disponível em: <http://www.vidapastoral.com.br/artigos/eclesiologia/a-identidade-das-cebs/> . Acessado em 23 de jul. de 2016.

DUSSEL, Enrique. **1492: O Encobrimento do Outro (A origem do “ mito da Modernidade”): Conferências de Frankfurt.** Rio de Janeiro. Tradução de Jaime A. Clasen – Petrópolis, RJ: Vozes,1993. Disponível in: <https://pt.scribd.com/doc/260779475/Enrique-Dussel-1492-O-Encobrimento-Do-Outro> . Acessado em 10 de out, 2015.

DUSSEL, Enrique. **20 teses de política.** Tradução Rodrigo Rodrigues. 1ª ed. Buenos Aires: Consejo Latino americano de Ciencias Sociales, CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007.

DUSSEL, Enrique. **Oito ensaios de política sobre culturalatino-americana e libertação.** Tradução: Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Paulinas.1997. (Coleção: Atualidades em diálogos).

DUSSEL, Enrique. **Introducción a la libertación.** Bogotá/Colômbia: Editorial Nueva América, 1995. Disponível em: <http://www.enriquedussel.com/DVD%20obras%20%Enrique%20Dussel/html/14.html>. Acessado em: 16 de outubro de 2015.

ESQUERDO, Vanilde Ferreira de Souza; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; ANDRADE, Fernando Rabello Paes de. Agricultura Familiar e o PNAE: a implementação da Lei 11.947/2009 nos municípios do Circuito das frutas- SP. **Retratos de Assentamento – Revista do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor).** Araraquara, SP: Brasil, 1994. V.17, n.2, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico** - Presidente Prudente: [s.n], 2013. Tese (livre-docência) Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Disponível in: http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes_2008.pdf. Acesso em: 14 mai.2017.

FERRREIRA NETO, A. **Desenvolvimento Comunitário.** Rio de Janeiro: Bloch, 1987. Disponível in: http://ojs.unesp.br/index.php/revista_prox/article/view/687 . Acessado em: 28 ago.2015.

FREY, Klaus. Capital Social, Comunidade e Democracia. **Política e Sociedade.** v. 2, nº 2. abr. 2003. p.175-187. Disponível in: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/4958/4317>. Acessado em: 09 de mai.2017.

FIORI, Ernani Maria. Textos escolhidos. **Educação e Política**. Porto Alegre: L&PM, 1991.

FIORI, Ernani Maria. **Primeiras Palavras**. In: FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 58ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para liberdade e outros escritos**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 58ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer: teoria e prática em educação popular**. 13ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Questões de método na construção da pesquisa em Educação** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GRISA, Catia et al. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para debate. **Retratos de Assentamentos**. Araraquara, SP, 2010. Nº 13. p. 320.

GUÉRIOS, Ettiêne; STOLTZ, Tania. (Org). **Educação e Alteridade**. São Carlos: EduFSCar, 2010.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acessado em: 21 de ago.2015.

JACINTO, Silvana Maria. **Formação Histórica da Zona Rural de Poços de Caldas:1872-1950**. Monografia (Conclusão de Curso) Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Poços de Caldas, MG. 2013.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do Saber: manual da pesquisa em ciências humanas**. Tradução Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed, 1999.

MAHASSEN, Suhaila Andere. **Desenraizamento cultural e religioso e suas repercussões psíquicas em drusos inseridos na cultura brasileira**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009. Disponível in: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/15802>. Acessado em: 14 maio de 2017.

MANDELA, Nelson. **Frases de Nelson Mandela sobre Educação**. Disponível in: <https://www.google.com.br/search?q=frases+de+nelson+mandela+sobre+educa%C3%A7%C3%A3o&client=firefox-b-ab&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ved=0ahUKEwiUlo-CwoPUAhXHQ5AKHQBVAhgQsAQINw&biw=1366&bih=657>. Acessado em: 06 de maio de 2017.

MARRAS, Stélio. **A propósito das águas virtuosas: formação e ocorrências de uma estação balneária no Brasil**. Belo Horizonte: editora UFMG, 2004.

MARRICHI, Jussara Marques Oliveira. **A cidade termal: ciências das águas e sociabilidade moderna entre 1839 a 1931**. Campinas, SP: 2009.

MARTINS, Rodrigo Constante et al. **Ruralidades, trabalho e meio ambiente: diálogos sobre sociabilidades rurais contemporâneas**. São Carlos: EduFscar, 2014.

MEGALE, Nilza B. **Memórias Históricas de Poços de Caldas**. 2ª ed. Poços de Caldas: Gráfica Sulminas, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14ª ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MOURÃO, Mário. **Poços de Caldas – síntese histórico social**. São Paulo: Of. Gráfica Saraiva, 1951.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

OLIVEIRA, Ana Luisa Araujo; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. Fortalecimento da Agricultura Familiar: uma análise do PRONAF no Projeto de Assentamento São Pedro, Paranaíta, MT. **Retratos de Assentamento – Revista do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor)**. Araraquara, 1994. V.17, n.1, 2014.

OLIVEIRA, Maria Waldenez de et al. **Processos Educativos em Práticas Sociais: pesquisa em Educação**. São Carlos: UFSCar, 2014.

OTTONI, Homero B. **Poços de Caldas**. São Paulo: Editora Anhembi, 1960.

RIBEIRO, Darcy; ZIRALDO (ilustrações). **Noções de coisas**. São Paulo: FTD, 1995.

RIBEIRO JUNIOR, Djalma et al. Convivência Metodológica: o que aprendemos com Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM PRÁTICAS SOCIAIS E PROCESSOS EDUCATIVOS: contribuições de Petronilha Beatriz e Silva, 2013 – São Carlos, SP. **Anais do IV Seminário de Pesquisa em Práticas Sociais e Processos Educativos Promoção da Linha de Pesquisa “ Práticas Sociais e Processos Educativos” do Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal de São Carlos, 2013, p.42-49.**

RIBEIRO JÚNIOR, Djalma; SOUZA, Rosângela Pereira de. **O fundamento do mundo e o sentido do ser: um estudo sobre a Introducción s la Filosofía de la Liberación de Enrique**

Dussel. In: TEIXEIRA, Iraí Maria Campos (Org). Textos de Estudos – Cosmvisão – (Acompanha seção de debates sobre Convivência). São Carlos, 2014. Disponível em: <http://pspeindex.blogspot.com.br/>. Acessado em: 28 maio de 2016.

SANTOS, Ricardo Menezes. **A formação do Movimento de Pequenos Agricultores – MPA: por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil.** Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, 2016. Disponível em: <https://gpect.files.wordpress.com/2016/10/3638-15501-1-pb.pdf>. Acesso em 15 maio de 2017.

SCHNEIDER, Sérgio. **Teoria Social: Agricultura familiar e Pluriatividade.** Revista Brasileira de Ciências Sociais. RBCS. Vol.18 nº 51. Fevereiro de 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988>. Acessado em 15 de jun. de 2016.

SEGUSO, Mario. **Os admiráveis italianos de Poços de Caldas.** 3ª ed. Poços de Caldas, 2007.

SILVA, José Ribeiro da. JESUS, Paulo de. **Os desafios do novo rural e as perspectivas da Agricultura Familiar no Brasil.** Disponível em: <http://connepi.ifal.edu.br/ocs/index.php/connepi/CONNEPI2010/paper/viewFile/1407/457> Acessado em 14 maio de 2017.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Educação e Identidade dos Negros trabalhadores rurais do Limoeiro.** 322 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1987.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Entre o Brasil e África: construindo conhecimentos e militância.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Práticas Sociais e Processos Educativos da vida e do estudo até o grupo de pesquisa. In: OLIVEIRA, Maria Waldenez de. E SOUSA, Fabiana Rodrigues de. (Orgs). **Processos Educativos em Práticas Sociais: pesquisa em educação.** São Carlos: EduFSCar, 2014.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. ARAÚJO-OLIVERA, S. Stella. Cidadania, ética e Diversidade: desafios para a formação em pesquisa. In: **VI Encuentro – Corredor de las ideas DhLconosur. Sociedad Civil, Democracia e Integración.** Montevideo, 12 de marzo 2004.

SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de Souza; BUAINAIN, Antônio Márcio. (Orgs.). **Economia Agrícola** São Carlos: EdUFSCar, 2011. (Coleção UAB-UFSCar).

SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de et al. **Gestão Integrada da Agricultura Familiar.** São Carlos: EdFUSCar, 2009.

SOUZA, Maria José de. **Reinado e poder no Sul das Minas Gerais.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015.

TEIXEIRA, Iraí Maria de Campos. **Saberes e práticas populares de saúde: os processos educativos de mulheres camponesas.** 148f. Dissertação (Mestre em Educação) – Centro de Educação em Ciências Humanas - Universidade Federal de São Carlos- São Carlos, 2012.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral.** Tradução de Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WEIL, Simone. **A Condição Operária e outros estudos sobre a opressão.** Tradução Therezinha G.J. Langlada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

WONG UN, Júlio Alberto. **Visões de comunidade na saúde: comunidade, interexistência, e experiência poética.** 2002. 69f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Curso de Doutorado em Saúde Pública. Fundação Oswaldo Cruz. Escola Nacional de Saúde Pública. Rio de Janeiro, jun. 2002.

ANEXOS

Anexo A

UFSCAR - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SÃO CARLOS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PROCESSO EDUCATIVOS ENVOLVIDOS NA CONSTRUÇÃO E LUTA PELA CONVIVÊNCIA NA COMUNIDADE RURAL DA REGIÃO DO SOUZA LIMA EM POÇOS DE CALDAS - MG

Pesquisador: Silvana Maria Jacinto

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 51987615.8.0000.5504

Instituição Proponente: CECH - Centro de Educação e Ciências Humanas

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.904.859

Apresentação do Projeto:

Essa pesquisa pretende investigar a ASSOLIMA como uma instituição, os processos educativos e a convivência entre os seus participantes, focando na seguinte questão: Os processos educativos que emergem da convivência entre os integrantes da ASSOLIMA formam uma comunidade política? Assim, o objetivo geral desta pesquisa é: compreender os processos educativos que contribuem para a formação da ASSOLIMA como comunidade política por meio da convivência.

Especificamente, buscaremos refletir sobre a ASSOLIMA enquanto instituição, os processos educativos e a convivência, três temas principais os quais levarão a compreensão da formação de uma comunidade política. Assim teremos como objetivos específicos: 1. Formação da ASSOLIMA como uma instituição e suas perspectivas históricas; 2. Fatores que colaboraram para a prática social da convivência entre seus membros e suas ações sociais; 3. Formação de uma comunidade política. Espera-se com esta pesquisa, a qual está voltada para os trabalhadores do campo, contribuir com movimentos sociais, grupos de pesquisa e estudos, fóruns, que constituem instituições como Associações, se utilizando de processos educativos e da prática social da convivência, no fortalecimento da instituição e na formação de uma comunidade política.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

UF: SP

Município: SAO CARLOS

Telefone: (16)3351-9683

CEP: 13.565-905

E-mail: cephumanos@ufscar.br

Anexo A

UFSCAR - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SÃO CARLOS



Continuação do Parecer: 1.904.859

O objetivo desta pesquisa é compreender os processos educativos que contribuem para a formação da ASSOLIMA como comunidade política por meio da convivência.

Objetivo Secundário:

1. Compreender Formação da ASSOLIMA como uma instituição e suas perspectivas históricas;
2. Verificar quais fatores colaboram para a prática social da convivência entre seus membros em suas ações sociais;
3. Analisar a trajetória de uma comunidade política

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

O desconforto que o sujeito poderá sentir é o de compartilhar informações pessoais ou confidenciais, ou em alguns tópicos que ele possa se sentir incômodo em falar. Nesse sentido, fica garantido que o sujeito não precisa responder a qualquer pergunta ou parte de informações obtidas em debate/entrevista/pesquisa, se sentir que ela é muito pessoal ou sentir desconforto em falar. É garantido, também, que o participante da pesquisa

possa retirar o consentimento a qualquer momento, sem qualquer penalidade, é livre para recusar-se a participar e/ou interromper a participação a qualquer momento. A participação é voluntária.

Benefícios:

A participação no estudo não acarretará custos e não terá nenhuma compensação financeira adicional, é voluntária. Importante ressaltar que a livre participação poderá gerar novos conhecimentos na área, no sentido de contribuir com os projetos e políticas educacionais de formação de professores, pensando tanto na formação inicial como na continuada.

Pelas descrições acima, pode-se inferir que os benefícios suplantam os riscos envolvidos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

- Pesquisa de relevância científica e social para a temática.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- Foi apresentado no TCLE com as alterações sugeridas no parecer anterior.
- Foi apresentado PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO com cronograma atualizado.

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SAO CARLOS

Telefone: (16)3351-9683

E-mail: cephumanos@ufscar.br

Anexo A

UFSCAR - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SÃO CARLOS



Continuação do Parecer: 1.904.859

Recomendações:

Sem novas recomendações

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto respeita os preceitos da resolução 466/12.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_630612.pdf	10/01/2017 07:35:42		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.docx	10/01/2017 07:35:07	Silvana Maria Jacinto	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.doc	04/01/2017 09:40:37	Silvana Maria Jacinto	Aceito
Outros	Roteiro.docx	31/10/2016 17:44:38	Silvana Maria Jacinto	Aceito
Outros	declaracao.pdf	31/10/2016 17:43:23	Silvana Maria Jacinto	Aceito
Folha de Rosto	FOLHADEROSTO.pdf	31/10/2016 17:42:19	Silvana Maria Jacinto	Aceito

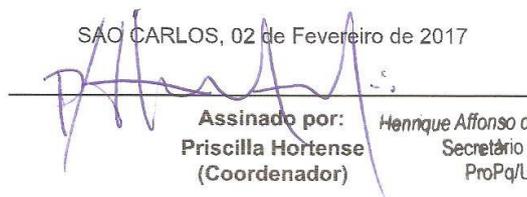
Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SÃO CARLOS, 02 de Fevereiro de 2017


Assinado por: Priscilla Hortense (Coordenador)

Henrique Affonso de André Sobrinho
Secretário Executivo
ProPq/UFSCar

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235
Bairro: JARDIM GUANABARA
UF: SP Município: SÃO CARLOS
Telefone: (16)3351-9683

CEP: 13.565-905

E-mail: cephumanos@ufscar.br

Anexo B*Declaração*

Autorizamos SILVANA MARIA JACINTO a entrar em contato com membros de famílias que participam da Associação Comunitária Rural da Região do Souza Lima (ASSOLIMA) para realizar pesquisa de Mestrado vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos.

Por ser verdade, firmo presente.

Poços de Caldas, 12 de maio de 2016



Presidente da ASSOLIMA

Anexo C

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS CENTRO DE EDUCAÇÃO E
CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
(CECH-UFSCar) / PROGRAMA DE PÓSGRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Decreto nº. 93.933 de 14/01/1987 – Resolução CNS nº. 196/96)

Este formulário de consentimento tem por objetivo informar-lhe sobre o que se trata a pesquisa, bem como obter sua autorização explícita para realizá-la. Espera-se, através deste dar-lhe uma ideia básica sobre a pesquisa e o que sua participação envolverá. Leia atentamente este formulário.

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa: *“Processos Educativos Envolvidos na Construção e Luta pela Convivência na Comunidade Rural da Região do Souza Lima em Poços de Caldas-MG”*.

PESQUISADORA: Silvana Maria Jacinto

Rua: Senador Godoy, 740. Bairro Aparecida

CEP: 37701-144 Poços de caldas/ MG

Telefone: (35) 99233-3387 / Res. (35) 3721-0171

E-mail: smjacinto@uol.com.br

ORIENTADORA: Profª. Drª. Maria Waldenez de Oliveira

Universidade Federal de São Carlos

Rodovia Washington Luis, Km 235, São Carlos/SP

CEP 13565-905

Telefone: (16)3351-8375

E-mail: dmwo@ufscar.br

INSTITUIÇÃO: Faculdade de Educação da Universidade Federal de São Carlos

JUSTIFICATIVA E OS OBJETIVOS: As práticas sociais e os processos educativos provocam um engajamento entre pessoas no ambiente em que vivem. É o saber tecido através da convivência coletiva o que implica em um respeito mútuo à diversidade de ideais e ideias na construção de uma comunidade onde cada indivíduo interage através de diálogos que emergem da convivência na sua participação. Assim, pesquisar a prática

Anexo C

social da convivência na comunidade da Associação Comunitária Rural da Região do Souza Lima (ASSOLIMA) se justifica pela necessidade de direcionar os estudos para o desenvolvimento dos processos educativos que fundamentam este conviver em comunidade. A pesquisa buscará compreender os processos educativos que contribuíram para a formação desta Associação por meio da convivência. Neste sentido, buscaremos conhecer a sua formação como uma instituição, suas perspectivas históricas, os fatores que colaboraram para o desenvolvimento da prática social da convivência e se esta poderá ser considerada como uma comunidade política.

METODOLOGIA: Para buscar dados de pesquisa será utilizada uma abordagem qualitativa, apropriando das seguintes técnicas de pesquisa: observação participativa, diário de campo, entrevista semiestruturada e rodas de conversas (memória oral e diálogos) Essa pesquisa deve abarcar três eixos principais: formação da ASSOLIMA e suas perspectivas históricas; processos educativos que favoreceram a prática da convivência e a se esta pode ser considerada uma comunidade política.

DESCONFORTOS: O desconforto que o sujeito poderá sentir é o de compartilhar informações pessoais ou confidenciais, ou em alguns tópicos que ele possa se sentir incômodo em falar. Nesse sentido, fica garantido que o sujeito não precisa responder a *qualquer pergunta ou parte de informações obtidas em conversas com o pesquisador/entrevistas gravadas e ou imagens/observações/* se sentir que ela é muito pessoal ou sentir desconforto em falar. É garantido, também, que o participante da pesquisa possa retirar o consentimento a qualquer momento, sem qualquer penalidade, é livre para recusar-se a participar e/ou interromper a participação a qualquer momento. A participação é voluntária.

BENEFÍCIOS: A participação no estudo não acarretará custos e não terá nenhuma compensação financeira adicional, é voluntária. Importante ressaltar que a livre participação poderá gerar novos conhecimentos na área, no sentido de contribuir com os *projetos comunitários tanto rurais como urbanos que se utilizam da prática social da convivência no fortalecimento da instituição e na formação de uma comunidade política.*

GARANTIA DE SIGILO: Os resultados da pesquisa serão enviados para você e permanecerão confidenciais. O material que indique a sua participação não será liberado sem sua permissão. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo, nomes fictícios serão usados para garantir a preservação de sua identidade. Uma cópia deste consentimento informado será arquivada pelo pesquisador e outra será fornecida a você.

CUSTOS DA PARTICIPAÇÃO: A participação no estudo não acarretará custos e não terá nenhuma compensação financeira adicional.

CONSENTIMENTO: A assinatura neste formulário indica que li e entendi as informações aqui contidas. Fui informado(a) sobre os objetivos acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar

Anexo C

novas informações e motivar minha decisão se assim o desejar. Certificaram-me de que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais.

O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 – Caixa Postal 676 – CEP 13.565-905 – São Carlos – SP – Brasil. Fone (16) 3306-6443. Endereço eletrônico: acessibilidade@sead.ufscar.br, e em caso de denúncias ou reclamações sobre minha participação poderei entrar em contato com a mesma.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido, me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Assinatura do Participante

Presidente da ASSOLIMA

Assinatura do Orientador

Assinatura do Pesquisador

Anexo D



Escriventes: Estiliana Aparecida
 Lenice Silva
 POCOS DE CALDAS, MG

Ata da Assembleia geral de Constituição da Associação Comunitária Rural da Região do Souzão, Minas Gerais: ASSOLIMAI

Nos dois dias do mês de agosto do ano de 1994 no local da reunião sito na localidade conhecida como venda do Souzão em Pocos de Caldas, Estado de Minas Gerais, reuniram as pessoas a seguir indicadas, com o propósito de constituírem uma associação comunitária rural, sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos:

Acácio Zanetti, brasileiro, 52 anos, casado, produtor rural, R.G.M. 1.730.476, residente no sítio Bela Vista, Antônio Parmentale Cesar, brasileiro, 63 anos, casado, advogado, R.G. 1.287.349-SP, residente R. Jaguarião, nº 55, centro Valmir Neri, brasileiro, 26 anos, casado, produtor rural, R.G. M. 4.844.206, residente na Faz. São Terquino Luiz Carlos Zanetti, brasileiro, 47 anos, casado, produtor rural, R.G. M. 548.915-MG, residente no sítio Bela Vista, Rinaldo Marques, brasileiro, 41 anos, casado, produtor rural, R.G. M. 2.62.8.518, residente no sítio Bela Vista, Marcus Vinícius Leite, brasileiro, 37 anos, casado, produtor rural, R.G. 9595558 SSP/SP, residente à Av. Justino Ribeiro, 80/102 em Pocos de Caldas, Nivaldo Negrimi, brasileiro, 37 anos, casado, produtor rural, R.G. M. 3.389.702, residente Sítio D. Bandeira, Osvaldo Zanetti, brasileiro, 40 anos, R.G.M. 1.597.86.3, residente no sítio Bela Vista, Orlando Silva Lora, brasileiro, 40 anos, casado, produtor rural, R.G. M. 1.736.218, residente no sítio Bela Vista, Antônio Manoel Vilela de Cavalho, brasileiro, 53 anos, casado, produtor rural, R.G. 3.879.3 SSP/SP, residente na fazenda da Sena, Pocos de Caldas, Antônio José Favelli da Silva, brasileiro, 50 anos, casado, produtor rural, R.G. M. 6.250.739 SSP/MG, residente à Rua Melillo 215 em Pocos de Caldas, Romeno Jairo Neto, brasileiro, 40 anos, casado, produtor rural, R.G. 7.153.952-SSP/SP, residente no sítio do bagaço, Benito Souza Lima Luiz Paulo Dalava, brasileiro, 43 anos, casado, produtor rural, R.G. 942096 SSP/MG, residente na Fazenda Santa Izabel em Pocos de Caldas, José Francisco Zanetti, brasileiro, 33 anos, casado, produtor rural, R.G. M. 4.563.446 SSP/MG, residente S. Bela Vista, José Roberto Zanetti, 40 anos, Joaquim José da Costa, brasileiro, 36 anos, casado, produtor rural, R.G. M. 436.804 SSP/MG, residente no Bairro Souzão, Minas em Pocos de Caldas.

LIVRO ATAS 37-A - 100 FOLHAS - CÓDIGO 12.059

Anexo D

REGISTRO DE TÍTULOS DOCUMENTOS
POCOS DE CALDAS/MG

REGISTRO
Oficial: Cleusa Datta Botelho
Substituta: Eliana Luiza Infante
Escriventes: Edizora Anacleto de
Lenice Silva

POCOS DE CALDAS

Claudinei Rubens Zanetti, 26 anos, brasileiro, casado, Produtor Rural
R.G.M. 4.499.352 SSP/MG, residente no sítio Bela Vista, Pocos de Caldas,
Nivaldo Zanetti, 38 anos, brasileiro, casado, Produtor Rural R.G.M. 807
949 SSP/MG, residente no sítio Bela Vista, P. Caldas, Voltaire Neri,
59 anos, casado, brasileiro, Produtor Rural, residente na Fazenda Sant
Terezinha, P. Caldas, R.G.M. 2.769.825 SSP/MG, Orogünko Zanetti, bra-
sileiro, casado, 56 anos, Produtor Rural, R.G.M. 3.839.886, residente no sítio
Bela Vista e Orlando Zanetti, 36 anos, brasileiro, casado, Produtor
Rural, R.G.M. 3.341.225, residente no sítio Bela Vista, Para
coordenar os trabalhos, a Assembleia escolheu, por aclamação, o sen
Valmir Neri, que convidou a mim, Marcu Vinícius Leite, para lavrar
esta ata. Seguidamente se procedeu à leitura e discussão do estatuto
social, o que foi feito artigo por artigo. O estatuto foi aprovado pelo voto
de todos as pessoas anteriormente identificadas. No prosseguimento
dos trabalhos a Assembleia procedeu à eleição dos primeiros membros
da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e dos representantes de
núcleos, tendo o resultado sido o seguinte: Para membros da Direto-
ria executiva: Diretor Presidente Valmir Neri, Diretor Vice Presidente
Aécio Zanetti, 1º e 2º Diretores secretários Marcu Vinícius Leite e Rei-
naldo Marques, 1º e 2º Diretores Tesoureiros Luiz Carlos Zanetti e An-
tonio Paimetella Cury; para membros efetivos do Conselho Fiscal: Antô-
nio Manoel Vello de Carvalho, Antônio Mataveli da Silva e José Roberto
Zanetti, digo, Jorge Roberto Zanetti, brasileiro, R.G.M. 4.695.385, Produtor
Rural, residente no sítio Bela Vista; Para representantes de núcleos:
Biana do Bandeira, Nivaldo Reguini, Souza Lima, Joaquim José da
Costa, Celso, Luiz Paulo Dalova e Bela Vista, Jair Francisco Zanetti -
Todos os membros eleitos já se encontram devidamente identifica-
dos nesta ata. Após a eleição e tomada de posse de todos os membros, o
Presidente da mesa declarou definitivamente constituída a Associação
Comunitária Rural da Região do Souza Lima, ASSOLIMA, Município
de Pocos de Caldas, Estado de Minas Gerais, sociedade civil sem fins lucra-
tivos, criada ao abrigo do Código Civil Brasileiro, que terá como obje-
tivo promover o desenvolvimento socio-econômico da comunidade
representada e junto aos órgãos públicos ou privados. A assembleia

Anexo D

Oficial: Cleuza Danza Botelho
 Substituta: Eliane Luiza Infante Silva
 Escreventes: Edimara Aparecida Taveres
 Lenice Silva
 POÇOS DE CALDAS - MG

deliberou, ainda, por unanimidade, fixar em R\$ 5,00 (cinco reais) o valor da contribuição trimestral de cada associado para o primeiro exercício social. E nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram encerrados e eu, Marcus Vinicius Leite, que servi de secretário, lavrei esta ata, que lida e achada conforme, vai arquivada por todos os presentes, Marcus Vinicius Leite - secretário da Assembleia.

Marcus Vinicius Leite
 Presidente da Assembleia

Advogado O.A.B. nº 13.853/S.P.

<p><i>Alcides Zanetti</i></p> <p><i>Moltano</i></p> <p><i>Marques</i></p> <p><i>Davi Zanetti</i></p> <p><i>Cláudio Silva Lora</i></p> <p><i>João Inácio Zanetti</i></p> <p><i>Jorge Roberto Zanetti</i></p> <p><i>Cláudio R. Zanetti</i></p> <p><i>Ulisses Zanetti</i></p> <p><i>Cláudio Zanetti</i></p> <p><i>Alcides Zanetti</i></p> <p><i>Miguel Zanetti</i></p> <p><i>Arnaldo Aguiar</i></p> <p><i>Thales Zanetti</i></p> <p><i>Luiz Paulo Botelho</i></p> <p><i>João de Deus</i></p> <p><i>Américo Zanetti</i></p>	<p><i>Acácio Zanetti</i></p> <p><i>Voltaire Zanetti</i></p> <p><i>Luiz P. Zanetti</i></p> <p><i>Arnaldo Zanetti</i></p> <p><i>Davi Zanetti</i></p> <p><i>Cláudio S. Lora</i></p> <p><i>João F. Zanetti</i></p> <p><i>Jorge R. Zanetti</i></p> <p><i>Cláudio M. Zanetti</i></p> <p><i>Arnaldo Zanetti</i></p> <p><i>Ulisses Zanetti</i></p> <p><i>Cláudio Zanetti</i></p> <p><i>Alcides Zanetti</i></p> <p><i>Miguel Zanetti</i></p> <p><i>Arnaldo Zanetti</i></p> <p><i>Thales Zanetti</i></p> <p><i>Luiz Paulo Botelho</i></p> <p><i>João de Deus</i></p> <p><i>Américo Zanetti</i></p>
---	--

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
 POÇOS DE CALDAS - MG

Oficial: Cleuza Danza Botelho
 Substituta: Eliane Luiza Infante Silva
 Escreventes: Edimara Aparecida Taveres
 Lenice Silva

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS FÍSICAS
 Apresentado hoje
 Arquivado no processo nº 767
 de nº 5
 de "Registro do 1º exercício social"
 POÇOS DE CALDAS, 12/ novembro/ 1994
 A Oficial

Cleuza Danza Botelho
 Cleuza Danza Botelho

Anexo E

8.1 Primeira Inserção

Dia: 08 de abril de 2015

Local: Salão da Escola Municipal Professora Carméla de Castro

Hora: 19h

Prosa em Roda de Conversa

Reunião com a representante do SEBRAE

No dia, 08 de abril de 2015, participei da primeira inserção da pesquisa de campo. Foi uma reunião da comunidade da Associação Comunitária Rural da Região do Souza Lima. (ASSOLIMA) A reunião estava agendada para às 19h. Cheguei às 19h e 15min, pois estava voltando de São Carlos. Fui bem recebida pela coordenadora da reunião Andreia representante do SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Andreia me disse que há um ano faz reuniões mensais com a comunidade a qual é formada por pequenos agricultores. Neste momento, estavam presentes 6 (seis) pessoas que organizavam as cadeiras em círculo dentro do Salão de Eventos da Escola Municipal Professora Carmélia de Castro. Eram 4(quatro) adultos homens e dois meninos de mais ou menos 10 anos de idade. As cadeiras em tom bordô, estavam dispostas no palco do salão. Dois retiravam e dois carregavam e as crianças organizavam. Me ofereci para ajudar e fiquei junto às crianças. Circulamos 15(quinze) cadeiras. Andrei me chamou para um diálogo. Me disse que agora ela estava feliz, pois o número de cadastrados aumentou bastante. No início eram apenas 5 agricultores a participar das reuniões. Chegou-se a comentar sobre o fim da ASSOLIMA. Então perguntei sobre o que motivou a participação de outros agricultores. Andreia disse que partiu de uma reunião solicitada pelo prefeito com o apoio da ASSOLIMA sobre os Programas: Agricultura Familiar e o PAA – Programa de Aquisição de Alimentos. Nesta reunião que aconteceu neste salão da escola, estavam presentes 40 pessoas que por curiosidade vieram à reunião. A partir deste momento, houve os cadastramentos, pois para participar dos programas, a primeira exigência é que o agricultor esteja cadastrado em alguma associação rural. Foi uma beleza! Expressou a frase com um sorriso nos lábios. Andrei estava vestida com uma calça jeans, botas pretas, uma camiseta branca de gola polo com símbolo da empresa e uma jaqueta preta. O salão é pintado na cor salmão, possui 4 janelas de vidraça e

Anexo E

duas portas também de vidraça envernizadas. Dois banheiros, sendo um feminino e outro masculino, duas dispensas que estavam trancadas, uma cozinha que estava aberta para que todos pudessem ter acesso ao filtro de água que está disposto em cima da pia de inox e ao lado haviam copos plásticos, na cozinha tem um fogão a gás de quatro bocas, um fogão industrial a gás, também de 4 bocas. Uma geladeira branca de tamanho médio. Há um balcão- janela que dá acesso ao salão. No salão há um palco e cadeiras em tom bordô. O piso é em tom bege. Possui dois ventiladores e duas caixas de som anexados à parede do lado direito e esquerdo do palco. Há também uma mesa para jogar ping-pong. Neste momento, chega a secretária, D. Neusa, a organizadora da documentação. Retira o livro de atas, os crachás de identificação com o nome dos associados. Junto à ata, estavam também uma lista de presença do SEBRAE em que foi dispostas para que todos a assinassem. Agora o salão estavam com mais o menos 20 pessoas. A secretária foi solicitando que todos assinassem a lista. As crianças percebendo o aumento de pessoas, foram logo acrescentando, mais cadeiras. O círculo aumentou. Já eram 19h e 30min. Andreia, que estavam sentada conversando com o Sr. Luís Zanetti sobre a pauta da reunião, levantou-se e foi dizendo: “Vamos começar a reunião” e convidou a todos para uma oração (Pai Nosso e Ave Maria). Percebi que alguns integrantes traziam queijos, bolos, garrafas de café e de refrigerantes. Em seguida, anunciou a minha presença dizendo que eu era professora da escola e que iria participar da reunião como fazendo parte do meu trabalho de Mestrado pela UFSCar. (Eu já havia conversado com ela antes bem com o Sr. Luís, presidente da ASSOLIMA.). A pauta da reunião era o diálogo sobre os progressos, melhorias e ajustes dos projetos relacionados ao PAA e à Agricultura Familiar. Aproveitei este momento para contar quantas pessoas estavam presentes. Entre adultos homens e mulheres haviam 23 e 5 crianças num total de 28 pessoas, eu me incluo. Andrei explicou a todos a pauta da reunião e propôs a divisão de grupos em três: marmitas, marmotas e marmanjos, todos nós achamos engraçados. Após a separação dos grupos em três círculos, foram distribuídas duas folhas de sulfite contendo em cada uma: Folha 1 – Progressos alcançados, e Folha 2 – Melhorias e ajustes Fiquei observando cada grupo e percebi que no início, todos ficaram em silêncio até que aparece aquele que motiva a turma a falar: No grupo das marmitas, um senhor de fala grave, de expressão séria, vestido de camisa xadrez azul escuro, calça jeans e botas marrom foi logo dizendo que após a sua entrada na ASSOLIMA, conseguiu aumentar a comercialização e teve que aumentar a produção, estava trabalhando mais e achava que teria que contratar mais um funcionário para ajudar. Uma senhora que estava no grupo concordou com a necessidade do aumento da produção, mas disse que não teria condições de contratar mais ninguém ia ter que “arregaçar as mangas e trabalhar mais”, todos riram. Outros

Anexo E

integrantes disseram que outro ponto positivo foi o aumento do cadastro dos produtores mesmo sendo de outras regiões, além do Souza Lima e do Zanetti. Fui verificar outro grupo, o dos marmotas. Cheguei com a conversa já em andamento e percebi que discutiam sobre a padronização das caixas com o logo, ou marca da ASSOLIMA, para que estas não se percam mais. Estavam questionando a perda de caixas. Fui para o grupo dos marmanjos. Neste grupo a discussão geravam em torno do programa do governo federal de valorização do jovem no campo. Um dos jovens disse que hoje em dia manter o jovem agricultor estava difícil e lembraram de seus colegas que decidiram ir para a cidade, abandonando a vida no campo devido às próprias dificuldades de se manter e viver da agricultura e que seria interessantes pesquisar mais sobre o assunto. Um senhor que estava ouvindo a conversa disse que de ponto negativo estava no fato de que um dos associados não estava cumprindo uma das normas do estatuto. Este agricultor Não produziu o suficiente para a entregar a quantidade de produtos exigidos para o abastecimento do Mercado Central, não solicitou a ajuda de outro associado, comprou os produtos que faltavam para completar de outro produtor não cadastrado, ferindo assim a confiança entre os associados e o que é pior ferindo a credibilidade dos comerciantes, ou seja, dos clientes. Todos ficaram em silêncio num momento de reflexão e concordaram, balançando a cabeça. Após 30 minutos, Andreia que visitava os grupos, para ouvi-los sem dar opiniões, chamou-os para a formação do “grupão”. Percebi que a presença feminina nas discussões e que haviam 4 mulheres que dirigem seus próprios negócios referentes à Agricultura Familiar, desde o cultivo até à distribuição dos produtos. Os grupos se apresentaram e chegaram a um consenso: pontuaram os progressos: o aumento de associados, o aumento da comercialização, a credibilidade dos clientes dos supermercados e do Mercado Central, a distribuição dos alimentos no CEASA e no PAA. A contribuição do SEBRAE. A presença constante do novo presidente. Como pontos de melhoras e ajustes: a padronização das caixas com o logo ou marca da Associação, a construção de uma sede nova e independente do uso do espaço escolar, o respeito ao estatuto da Associação, o pagamento da prefeitura que naquele momento estava atrasado e decidiu se em comum acordo que o presidente e mais dois representantes iriam até à secretaria de Promoção Social buscar os cheques e entrega-los aos produtores. O Sr. Luís, solicitou a doação de prendas para o bingo da escola que ocorreria no próximo domingo no sentido de retribuir a colaboração ao ceder o espaço para as reuniões. Andreia pediu a palavra e encerrou a reunião dizendo que foi muito produtiva no que se refere às pontuações de progresso e melhorias e convidou a todos para um café comunitário. Neste momento a secretária levantou e falou rapidamente que não saíssem sem antes assinarem a lista de presença e a ata que já estava pronta. Durante o café os

Anexo E

integrantes foram atendendo a esta solicitação. Não foi marcada a próxima reunião. Terminado o café, a secretaria trancou as portas e janelas e fomos todos embora num sistema de caronas.